

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE  
MESQUITA FILHO”

**CONSTRUÇÕES DE SENTIDO DE UM GRUPO DE  
FALANTES DA REGIÃO DE PATROCÍNIO-MG:  
UM ESTUDO SOBRE O CÔMICO E O AMBÍGUO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista como requisito para obtenção do título de doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu

Aluna: Ormezinda Maria Ribeiro

Araraquara  
Janeiro de 2006

Ribeiro, Ormezinda Maria

Construções de sentido de um grupo de falantes da região de Patrocínio-MG: um estudo sobre o cômico e o ambíguo. / Ormezinda Maria Ribeiro. – Araraquara, 2006.

207 f.. : 30 cm

Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) –

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

Orientador: Antônio Suárez Abreu

1. Lingüística – Variação. 2. Metáfora. 3. Cognição.  
4. Ambigüidade. I. Título.

## Examinadores

---

Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu (Orientador)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gladis Massini-Cagliari

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Maria Facuri Coelho Marchezan

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Eloísa Cerdan Del Lama Barbieri

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Lúcia Mosqueira de Oliveira Vieira

À minha filha Anna Cecília, com a  
saúde de sua tenra infância,  
esquecida entre livros e teses;

Às minhas sobrinhas, Natália e  
Amanda, com um carinho  
especial;

Aos meus pais, José Luiz e  
Lucinda, meus maiores exemplos  
de sabedoria;

Ao Tom, meu orientador e porto  
seguro.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pedra angular, pela vida;

Aos meus pais, meus exemplos de mestres, pela formação inicial, sem a qual eu jamais poderia concluir mais esta etapa e pelas constantes orações para que nesse caminho as pedras fossem degraus e não obstáculos;

À minha irmã Lurdinha, pedra preciosa, pelo apoio incondicional, por ter feito, muitas vezes, o papel de mãe para minha filha, enquanto eu me dedicava às pesquisas;

A Antônio Suárez Abreu, o Tom, pelas orientações seguras e, sobretudo, por ter me acolhido e incentivado na conclusão deste trabalho e me ensinado o caminho das pedras;

À Rita Torres, meu “anjo da guarda” na secretaria do Programa de Pós-Graduação, sempre zelosa e atenciosa me apoiando a distância, ao cuidar dos aspectos burocráticos deste trabalho;

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, por tudo que pude compartilhar com eles, ao longo desses duros anos de estudo e aprendizagem- o meu reconhecimento e a certeza de sua indescritível importância para o meu trabalho;

Às minhas primeiras professoras, em especial à Dona Elizene Freitas e Dona Nilcéia Mansur, por terem tirado as primeiras pedras de meu caminho...

Aos professores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Patrocínio, hoje Centro Universitário do Cerrado-Unicerp, onde fiz minha graduação. Em especial à minha professora de Linguística, Marisa Rocha Guimarães, que me aguçou o interesse pelos estudos da linguagem e o desejo de continuar sempre a pesquisar;

À comunidade dos “Dourados”, que desde a minha infância despertou em mim a curiosidade pela variação linguística e cujos membros, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho;

À Professora Clêuza Lemes Rodrigues, amiga de todas as horas, pela paciência em discutir comigo os aspectos linguísticos deste texto;

Às professoras, Gladis Massini-Cagliari e Rosane de Andrade Berlinck, pelas inestimáveis contribuições a este trabalho.

À vereadora por Patrocínio Marly de Fátima Souza Ávila, por ter possibilitado a impressão deste trabalho.

Adélia Prado disse: 'Deus de vez  
em quando me tira a poesia. Olho  
para uma pedra e vejo uma pedra'.  
Drummond viu uma pedra e não viu  
uma pedra. A pedra que ele viu  
virou poema.

(Rubem Alves)

## SUMÁRIO

|                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------|-----|
| LISTA DE FIGURAS .....                                             | ix  |
| RESUMO .....                                                       | x   |
| ABSTRACT .....                                                     | xi  |
| INTRODUÇÃO .....                                                   | 12  |
| SEÇÃO I .....                                                      | 18  |
| 1. AS TRILHAS DA PESQUISA .....                                    | 18  |
| 1.1 Metodologia de trabalho .....                                  | 20  |
| 1.2 O paradoxo do observador .....                                 | 25  |
| SEÇÃO II .....                                                     | 28  |
| 2. UM POUCO DE HISTÓRIA .....                                      | 28  |
| 2.1 Registros da região do Rio Dourados .....                      | 31  |
| 2.2 Retratos do grupo .....                                        | 41  |
| 2.3 Quem conta um conto aumenta um ponto? .....                    | 46  |
| SEÇÃO III .....                                                    | 56  |
| 3. AS MÚLTIPLAS FACES DA LINGUAGEM .....                           | 56  |
| 3.1 Língua, Antropologia e Sociologia: um panorama .....           | 57  |
| 3.2 Antropologia Lingüística .....                                 | 68  |
| 3.3 Variação lingüística .....                                     | 70  |
| 3.4 A Sociolingüística Variacionista .....                         | 81  |
| 3.4.1 A Variação Lingüística no Território Mineiro .....           | 85  |
| 3.4 Sobre topicalização, inversão e anacoluto .....                | 89  |
| 3.5 Sobre ambigüidade .....                                        | 94  |
| 3.6 A teoria dos espaços mentais e a construção dos sentidos ..... | 100 |
| 3.7 Sobre metáforas .....                                          | 105 |
| 3.7.1 O Conceito Tradicional de Metáfora .....                     | 106 |
| 3.7.2 A Teoria de Lakoff & Johnson .....                           | 108 |
| 3.7.3 Alguns aspectos da metáfora .....                            | 113 |
| 3.8 Sobre metonímias .....                                         | 115 |
| 3.9 Sobre histórias e parábolas .....                              | 119 |
| SEÇÃO IV .....                                                     | 122 |
| 4. DA ANÁLISE .....                                                | 122 |
| 4.1 Apresentação dos dados .....                                   | 122 |
| 4.2 Matizes e formas: a opção teórica .....                        | 123 |
| 4.3 Análise dos dados das entrevistas .....                        | 131 |
| 4.3.1 Dados colhidos em entrevistas .....                          | 133 |

|                                                      |     |
|------------------------------------------------------|-----|
| 4.3.2 Recortes dos registros em diário de campo..... | 134 |
| 4.4 Análise dos dados do diário de campo .....       | 147 |
| 4.5 Palavras e gestos: cruzando dados .....          | 184 |
| SEÇÃO V .....                                        | 189 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                        | 189 |
| 6. REFERÊNCIAS.....                                  | 192 |
| 7. APÊNDICE .....                                    | 197 |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 vista da Av. Rui Barbosa no Século XIX.....                      | 18  |
| Figura 2 Vista da Antiga Fazenda Serra Negra.....                         | 28  |
| Figura 4: Mapa da Localização Fisiográfica no Estado de Minas Gerais..... | 36  |
| Figura 5: Mapa da Localização do Município na Região Fisiográfica.....    | 37  |
| Figura 6: Mapa da Região do Rio Dourados.....                             | 38  |
| Figura 7: Mapa da Divisão de Bairros da Cidade de Patrocínio-MG.....      | 40  |
| Figuras 8 e 9-Jovens da Região do Rio Dourados garimpando.....            | 41  |
| Figura 10-Foto da Padaria de “Seu Polidório”, nos anos 30.....            | 46  |
| Figura 11. Mapa Falares Mineiros.....                                     | 88  |
| Figura 12- Esquema A-Texto "O entardecer da vida" .....                   | 127 |
| Figura 13- Esquema B- Texto “O entardecer da vida” .....                  | 128 |
| Figura 14- Esquema C- Texto “O entardecer da vida” .....                  | 129 |
| Figura 15- Esquema D- Texto “O entardecer da vida” .....                  | 130 |
| Figura 16- Esquema A- Recorte 1- Entrevista “A”. .....                    | 144 |
| Figura 17- Esquema B- Recorte 1- Entrevista “A” .....                     | 145 |
| Figura 18- Esquema A- Recorte 2- Entrevista “A”. .....                    | 136 |
| Figura 19- Esquema B- Recorte 2- Entrevista “A” .....                     | 137 |
| Figura 20- Esquema A- Recorte 3- Entrevista “A”. .....                    | 139 |
| Figura 21- Esquema A- “Ser Dourado”. .....                                | 186 |
| Figura 22- Esquema B- “Ser Dourado” .....                                 | 187 |

## RESUMO

Apresentamos uma pesquisa sobre um grupo de falantes de uma região rural conhecida como Dourados, no município mineiro de Patrocínio e egressos dessa região, residentes nessa cidade. O falar característico desse grupo, propagado por diversas gerações, distingue esses falantes nas demais comunidades. Partimos da hipótese de que o aspecto cômico provocado pela ambigüidade nas construções realizadas por esse grupo é determinado, na maioria dos casos, pela relação metafórica e metonímica e pelos efeitos da projeção de imagens, localizando a metáfora no modo de conceptualizar um domínio mental em termos de um outro. Sem perdemos o foco da análise lingüística, dedicamos um tempo à pesquisa histórica e antropológica, para apresentar o grupo em seu contexto histórico-social. Assim, este trabalho se constitui em uma investigação de variação lingüística que, passando pela abordagem da Teoria dos Espaços Mentais, de Fauconnier (1998), caracteriza-se como um estudo nos campos da Lingüística Cognitiva e tem uma relação com o quadro da Sociolingüística e da Antropologia Lingüística. O modelo dos “espaços mentais” proposto por Fauconnier (1998) e os mapeamentos metafóricos de Lakoff e Johnson (2002) constituem o aporte teórico para tentar explicar os processos cognitivos que se estabelecem na mente desses falantes, quando se envolvem em um evento de fala. Concluimos que a fala, aparentemente peculiar do grupo, é também apresentada em outras comunidades, pois, conforme Lakoff e Johnson (1980), a maior parte de nosso sistema conceptual é metaforicamente estruturado, ou seja, é parcialmente compreendido em termos de outros conceitos.

## **ABSTRACT**

We present a research about a group of speakers from a rural region known as Dourados, in the city of Patrocínio, state of Minas Gerais, and also former inhabitants of this region who moved to the city mentioned. The peculiar speech of this group, propagated for various generations, distinguishes these speakers from other communities. Believing the hypothesis that the comic aspect brought by the ambiguity in the constructions produced by this group is determined, in most cases, by the metaphoric and metonymic relation and by the effects of image projection, locating the metaphor in the way of conceptualizing a mental domain in terms of another. We dedicate some time to a historical and anthropological research, intending to present the group in its socio-historical context, without, however, losing the focus of the linguistic analysis. Thus, this work constitutes an investigation of a linguistic variety which, going through the approach of the Mental Space Theory, of Fauconnier (1998), which is characterized as a study in the fields of Cognitive Linguistics and has a relation to Sociolinguistics and Linguistic Anthropology, as well. The model of “mental spaces” proposed by Fauconnier (1997, 1998) and the metaphoric mapping of Lakoff (1993) and Lakoff and Johnson (2002) will constitute our theoretical support in order to try to explain the cognitive processes which have established in the minds of the speakers of the researched community when they are involved in a speech act. Thus, we conclude that the speech, apparently peculiar of the group, is also presented in other linguistic communities, for, according to Lakoff and Johnson (1980), a major part of our conceptual system is metaphorically structured, which means, it is partially understood in terms of other concepts.

## INTRODUÇÃO

**E neste caminho tinha uma pedra...**

Media in via  
Media in via erat lapis  
erat lapis media in via  
erat lapis  
media in via erat lapis.  
Non ero unquam immemor illius  
eventus  
pervivi tam mihi in retinis defatigatis.  
Non ero unquam immemor quod media  
in via  
erat lapis  
erat lapis media in via  
media in via erat lapis.

(Carlos Drummond de Andrade, 1999, p. 12)

A nossa opção pelo linguajar de uma comunidade rural justifica-se basicamente pelo interesse que os estudos dialetológicos sempre nos despertaram, surgido de nossa convivência com pessoas oriundas de um povoado da região de Patrocínio MG, chamado “Dourados”. Embora o falar característico do grupo o distinga dos demais, não se tem conhecimento de nenhum estudo mais acurado acerca dos aspectos lingüísticos que caracterizam

seus falantes<sup>1</sup>. O que se percebe é a propagação de algumas expressões bastante peculiares, por pessoas que não pertencem à comunidade, com um certo humor. Nesse aspecto, devemos salientar que é justamente essa nota de comicidade que tem contribuído para manter viva a variação lingüística no seu lugar de origem.

A princípio, repetir expressões do grupo, como “Tem queijo, seu Pedrinho fresco?”, era uma brincadeira que se transformou na curiosidade em descobrir as origens e o porquê de construções dessa natureza.

Esse interesse cresceu à medida que nos inteirávamos dos estudos da linguagem, quando, ainda adolescente, fizemos a opção pelo curso de Letras, na Faculdade de Ciências e Letras-FAFI, hoje Centro Universitário do Cerrado-Unicerp, na cidade de Patrocínio.

A disciplina Lingüística, no início dos anos 80, em uma faculdade de interior, não era o centro das atenções. Mas, já nessa época, vislumbrávamos na disciplina “Introdução à Lingüística” uma janela aberta para uma resposta a nossa curiosidade em saber porque algumas pessoas da comunidade, alguns colegas de escola, e amigos da família falavam de um modo tão peculiar. O que muitas vezes era motivo de riso e até mesmo de discriminação pelos demais falantes e de negação da origem pelos falantes dessa comunidade, para nós, era um despertar para a busca científica dos caminhos da linguagem.

Esses caminhos foram sendo construídos ao caminhar. Seus contornos foram sendo delineados em nossa própria caminhada como estudante e como

---

<sup>1</sup> A região rural do Município de Patrocínio já foi alvo de um importante estudo lingüístico, desenvolvido por Carlos Vogt e Peter Fry. Confira: VOGT, Carlos & FRY, Peter (1983). "Ditos e feitos da falange africana do Cafundó e da calunga de Patrocínio (ou de como fazer falando), *Revista de Antropologia*, 26, 65-92.

educadora. Não havia mais, no meio do caminho, como mudar esse percurso. A menina curiosa acerca de um falar de seus conterrâneos se viu envolvida com a educação e, na educação, e pela educação, fez-se curiosa em conhecer os caminhos da linguagem humana. Como educadora não conseguiu mais separar o homem de sua história, de seu meio, e não conseguiu mais ver a linguagem ou seu ensino como uma simples transmissão de saberes, normas e regras cheias de exceções. Encantou-se com a Sociolingüística, porque vislumbrou nessa área uma maneira de juntar os conhecimentos lingüísticos às práticas sociais, à Antropologia, à História e à Educação. Como Dom Quixote, perseguiu um sonho de criança, antes que ele se perdesse no tempo, na linearidade, nas convenções, nas normas das exclusões e exceções.

O material que compõe as informações básicas com as quais redigimos o trabalho final se constitui de anotações de falas em ocasiões informais, de registros de transcrições de falas obtidas em entrevistas gravadas a partir de intervenções da pesquisadora, além de documentações deixadas por pessoas já falecidas e documentos históricos obtidos nos arquivos públicos municipais, acervos de historiadores da região, bem como de informações de outras pessoas que conviveram com o grupo pesquisado.

Esta é uma investigação de variação lingüística que, passando pela abordagem da Teoria dos Espaços Mentais, de Fauconnier (1998), caracteriza-se como um estudo nos campos da Lingüística Cognitiva e tem uma relação com o quadro da Sociolingüística e da Antropologia Lingüística.

Nessa medida, trata da análise de um grupo de falantes de uma região rural de Patrocínio, MG, e egressos dessa região, residentes nessa cidade.

O modelo dos “espaços mentais” proposto por Fauconnier (1997, 1998) e os mapeamentos metafóricos de Lakoff (1993) e Lakoff e Johnson (2002) constituem nosso aporte teórico para tentar explicar os processos cognitivos que se estabelecem na mente dos falantes da comunidade pesquisada, quando se envolvem em um evento de fala.

Assim, reportar-nos-emos aos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva com foco na teoria de Lakoff e Johnson (2002), Fauconnier e Sweetser (1996), Fauconnier e Turner (1996) e Fauconnier (1997, 1998).

A teoria dos Espaços Mentais, defendida por esses autores, explicita que a construção de domínios cognitivos ou Espaços Mentais se dá a partir de expressões linguísticas apropriadas, que pressupõem operações sintáticas e semânticas necessárias à construção de sentido. A cada novo espaço mental, uma nova referência é construída, a partir da instalação de um enunciador, num determinado tempo e lugar e isso é marcado por mecanismos linguísticos, aos quais Fauconnier chama de construtores de Espaço (*space builders*), que são formas linguísticas ativadoras do processo de referenciação.

Propomo-nos a analisar as expressões linguísticas desse grupo de falantes a partir desses mecanismos linguísticos.

Partimos da hipótese de que o aspecto cômico provocado pela ambigüidade nas construções realizadas pelo grupo pesquisado é determinado, na maioria dos casos, pela relação metafórica e metonímica e pelos efeitos da projeção de imagens, ou seja, localizando a metáfora no modo de conceptualizar um domínio mental em termos de um outro.

Admitimos, neste estudo, que a teoria das metáforas não pode separar o cognitivo do social, assumindo que toda e qualquer consideração teórica que procure propor uma abordagem puramente cognitiva, ou puramente sócio-cultural não conseguirá fornecer uma visão satisfatória da linguagem, razão pela qual, antes das análises, dedicamos um tempo à pesquisa histórica e antropológica, com a intenção de apresentar o grupo em seu contexto histórico-social.

Essas considerações se fazem necessárias, pois nos remetem à necessidade imperiosa de pesquisarmos a língua em uso, e mostrar que a interação entre o cognitivo e o social nos permite efetivamente abordar a linguagem sob uma ótica que nos revele toda a sua riqueza de formulações sócio-históricas, sem, contudo, perdemos o foco da análise lingüística.

Assim, estamos levando em consideração, neste estudo, três aspectos imprescindíveis: os recursos lingüísticos e cognitivos dos falantes/ouvintes, a contextualização dos enunciados analisados e os resultados das projeções realizadas pela comunidade lingüística pesquisada.

O texto foi organizado em cinco seções: a primeira delinea os caminhos da pesquisa; a segunda seção apresenta o perfil dos sujeitos/objetos da pesquisa, os registros históricos e as memórias sobre o grupo; a terceira seção é dedicada à construção da base teórica que ancora nosso estudo; a quarta seção apresenta as análises dos dados a partir das transcrições das falas, alinhavadas pelo aporte teórico definido na seção três e, à guisa de conclusão, na quinta seção são tecidas nossas considerações finais, considerando, porém, que esse resultado não é definitivo, constitui apenas a sistematização de observações que careciam

de registros lingüísticos, que, no entanto, não são só nossas, mas compartilhadas com uma comunidade maior.

O apêndice traz a transcrição das entrevistas gravadas, na íntegra, e a transcrição dos registros do diário de campo.

Não é ainda a camada final do asfalto dessa trilha. É apenas o começo de um caminho, que já não tem mais a pedra...

## 1. AS TRILHAS DA PESQUISA



“O caminho se faz ao caminhar”.

Antônio Machado (2001, p. 64).

Figura 1 vista da Av. Rui Barbosa no Século XIX.

Esta pesquisa compõe-se, como ponto de partida, de levantamentos de dados históricos, sociais e antropológicos que possibilitem a compreensão da comunidade objeto deste estudo.

Estivemos em contato com historiadores e escritores da região na busca de dados significativos que pudessem apontar o surgimento desse grupo, cujas características comuns não se limitam apenas ao uso da variante lingüística, mas também a uma constituição física bastante peculiar e de fácil identificação, verificada em várias gerações, talvez pela prática comum da consangüinidade nos casamentos de seus membros.

Posteriormente, fizemos contatos com membros comunidade, com a intenção de desvelar suas origens e o porquê de se terem estabelecido naquela região.

Durante um período de três anos, estivemos em contato mais direto com membros da comunidade estudada, participando de diversos eventos sociais, que nos levassem a uma observação mais efetiva das formas de comunicação desse grupo, sem que interviéssemos de modo direto, para não artificializar a situação comunicativa. Após esse período de observação indireta, em que anotávamos os dados coletados e as informações passadas por pessoas que conviviam diariamente com o grupo objeto de pesquisa, escolhemos alguns membros da comunidade denominada informalmente de “Dourados” e gravamos entrevistas, das quais selecionamos o *corpus* para análise lingüística.

Após esse período, o trabalho de campo que pudemos conduzir veio se estendendo ao longo de várias idas à cidade de Patrocínio e à região rural próxima ao rio Dourados, sendo as estadas de curta duração. Embora sejamos da cidade onde a pesquisa se realizou e o interesse pela comunidade tenha sido despertado há muitos anos, foi a partir de 1995 que as gravações foram sendo organizadas de modo mais sistemático, independentemente do fim a que se destinavam.

Desde o início da pesquisa, uma exigência cuja satisfação nos parecia fundamental era permitir que a fala gravada transcorresse de modo informal e o mais natural possível, conforme recomenda Tarallo (1986, p. 20-26). Assim, foram gravadas as conversas dos informantes em entrevistas informais em que a fala espontânea era propiciada por contextos criados pela utilização de questões que

envolviam emocionalmente o entrevistado, além dos registros das situações cotidianas. Somando-se a isso dados fornecidos por terceiros que constam do acervo conhecido por toda a comunidade da cidade de Patrocínio e para além de suas fronteiras, recorremos à fala descontraída e alegre e o gosto por longas conversas, características marcantes do grupo. Isso nos possibilitou evidenciar as marcas lingüísticas próprias dos falantes. Embora muitas situações registradas em diário de campo não pudessem ser gravadas, estão devidamente anotadas e transcritas, conforme seu contexto, neste trabalho. Após a transcrição das falas gravadas e da organização dos dados registrados em diário de campo, selecionamos as estruturas sintáticas que foram analisadas tendo como base a teoria dos espaços mentais de Fauconnier (1997, 1998).

### **1.1 Metodologia de trabalho**

Assumimos, com Tarallo (1986, p. 7; 35), que uma ciência da linguagem é social por natureza e que nosso compromisso com o aspecto social da linguagem nesta pesquisa é, portanto, imperativo. Quando se fala em pesquisa, fala-se em sociedade e não há como pensar em sociedade sem considerar os seus aspectos dinâmicos e interacionais. O homem, parte integrante dessa sociedade, encontra seu habitat entre outros homens, seus semelhantes, que guardam em si a individualidade e a alteridade inerentes à condição humana. Portanto, cada um é um ser individual, dentro de um coletivo que se altera constantemente. Pesquisa-se para aplicar nessa sociedade e pesquisa-se dentro dessa sociedade.

As Ciências Sociais chamam a si a necessidade de firmar um caráter científico, considerando o embate que travam com as ciências naturais, no

sentido de merecerem o estatuto de ciência. Seu objeto, sendo histórico e determinado por um conjunto de fatores que se confundem com a própria sociedade, tem na provisoriedade e no dinamismo características fundamentais.

Assim, se pensarmos, consoante a própria natureza dessas ciências, não podemos conceber uma definição de cientificidade tal qual se pensa para as ciências da natureza. Contudo, não podemos negar o caráter científico das Ciências Sociais sob a alegação de que não é neutra, de que encerram um comprometimento ideológico que não pode ser ignorado, posto que a visão de mundo do observador e do objeto estão intrinsecamente interligadas. Mas há que se compreender que as Ciências Sociais possuem instrumentos e teorias capazes de estabelecer uma aproximação da riqueza que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma imperfeita e insatisfatória, conforme assegura Minayo (1994, p. 15).

O objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva. Existe uma identidade entre sujeito e objeto. Observador e objeto são de natureza idêntica. O investigador também faz parte da observação por ele mesmo realizada.

Na pesquisa qualitativa, quem estabelece os parâmetros de rigor não é o método, mas o pesquisador e a comunidade que vai consumir e gerar a pesquisa.

Há que se repensar a concepção positivista, cuja tendência básica é a sustentação de que aquilo que não se conta não se escreve, pois entender que a medida é uma coisa boa é diferente de afirmar que só é bom aquilo que se pode medir. O próprio Descartes, embora “positivista”, dá-nos a liberdade de interpretar seus métodos, sem, contudo, empregá-los de uma maneira absoluta, quando

afirma que: " Se meus escritos valem alguma coisa, possam os que os tiverem [...] utilizá-los do melhor modo que entenderem." (DESCARTES, 1965, p. 42).

Nossa concepção de ciência tem suas origens na concepção clássica de ciência, que, em nome da objetividade e do caráter científico, difunde a idéia de que não pode haver afinidade entre pesquisador e pesquisado. Essa mentalidade preconiza o distanciamento. Hoje a pesquisa qualitativa oferece oportunidades de novas interpretações. O investigador e o investigado gozam de paridade no contexto da pesquisa. Todavia, não se rompe com os dados quantitativos, mas abrem-se caminhos para os sentimentos, as emoções e as interações. Os dados qualitativos e os dados quantitativos são coadjuvantes da mesma cena. Não se pode negar totalmente o quantitativo. Contudo, não se pode tratar do assunto apenas como um aspecto de quantidade; a questão não é somente de substituição de palavras por números.

Na pesquisa sociolinguística interacional, por exemplo, a descrição etnográfica, cujo objetivo central é documentar e analisar aspectos específicos do processo comunicativo (verbal e não-verbal) e contextualizar esse processo no grupo social em que ele ocorre, caracteriza-se por utilizar uma metodologia qualitativa por excelência, conforme afirma Bortone (1996a, p. 390), ecoando o apregoado nas ciências sociais:

O argumento central da pesquisa reside no fato de a identidade social e étnica ser em grande parte estabelecida e mantida pela linguagem. Isto se deve não só às características históricas e ideológicas através das quais os grupos são estruturados, como também pelos símbolos e identidades criados que modelam e direcionam as formas discursivas que estão sendo analisadas.

A focalização da análise etnográfica está na situação de uso, nos hábitos diários e sistematizados e na organização lógica e comportamental desse uso.

Assim, a coleta de dados e sua análise se complementam mutuamente (BORTONE, 1996b, p. 24).

Tanto a sociedade para a qual se pesquisa, quanto a Universidade na qual se desenvolve a pesquisa são formadas por seres humanos, que não são números estatísticos simplesmente, mas seres que interagem e se modificam, a despeito de um quociente frio. Ao contrário do que pensam os positivistas, cartesianos mais ortodoxos, a pesquisa qualitativa não acaba com a veracidade dos fatos. Ao evidenciar as emoções, ao contrário, descortina novos rumos, apontando para o mais próximo possível da realidade. O lugar dos resultados da pesquisa não é mais o gráfico e a tabela, mas o próprio homem. Aquele que desencadeia, realiza e se serve da pesquisa (RIBEIRO, 2002).

O ser humano não é um ser compartimentado e não pode estar enquadrado em simples dados com comprovação aritmética ou tabulado como um elemento neutro.

No caso específico de nossa pesquisa, temos uma comunidade de falantes, cujo falar característico a distingue dos falantes de uma comunidade maior, na qual está inserida, e cujos indivíduos com seu linguajar interagem nessa comunidade. A despeito de serem aceitos pela sociedade envolvente, são reconhecidos como membros de uma comunidade particular, mais pela característica lingüística do que propriamente étnica. Compartilham saberes, informações e interferem no seio daquela sociedade, que não só aceita o grupo, como, de certa maneira, propaga e mantém o falar característico dos habitantes e egressos da região do Rio Dourados.

A pesquisadora, além de ser membro da comunidade maior, conviveu e ainda mantém contatos, não só no âmbito da pesquisa, mas pessoais, com diversos membros do grupo pesquisado, pela proximidade de relações de seus familiares. Nesse caso, não está isenta de interações, sentimentos e emoções. Realçamos que o próprio interesse pela comunidade e pela pesquisa deu-se em decorrência desses sentimentos.

Assim, baseando-nos nas recomendações de Tarallo (1986, p. 27), procuramos:

1. por meio de um contato informal e descontraído, acomodar nosso comportamento social e lingüístico ao grupo da comunidade pesquisada;
2. intermediar nossos contatos com as pessoas da comunidade por intermédio de pessoas de relacionamento comum;
3. deixar claro para os entrevistados que o nosso interesse era registrar as experiências do grupo, sem destacar o aspecto lingüístico como ponto principal;
4. registrar o máximo possível de situações de interações comunicativas, não só por meio de entrevistas gravadas, uma vez que a variável sintática, nosso ponto de interesse, sendo mais recorrente na fala, dificilmente seria detectada em ocasiões previamente formalizadas. Empregamos, portanto, outras estratégias de registro, como anotações de falas em ocasiões informais, possibilitadas em eventos sociais de naturezas diversas;
5. assegurar ao grupo que o trabalho realizado seria usado para conclusão de um estudo que estava sendo feito há anos, cuja finalidade é um registro histórico da comunidade;

6. escolher os informantes de forma a contemplar a representatividade de ambos os sexos, de faixas etárias e níveis de escolaridade diferentes.

## **1.2 O paradoxo do observador**

A presença da pesquisadora no momento da coleta sistemática do material de análise é denominada na literatura sociolingüística de “o paradoxo do observador”, ou seja, é inevitável que o pesquisador esteja presente para obter uma quantidade significativa de amostra de língua vernácula sem comprometer a espontaneidade do informante, diante de um pesquisador que está investigando a sua língua.

Buscamos em Labov (1972) e em Tarallo (1986) uma técnica desenvolvida no âmbito da sociolingüística para superar o paradoxo do observador e, assim, evitarmos problemas na interação.

A partir das orientações desses autores, procuramos, neste trabalho, registrar uma grande quantidade de material e, em seguida, selecionar os dados mais significativos e que mais atendiam aos nossos objetivos, para posterior análise. Esse material é constituído de entrevistas e de anotações de conversas entre informantes, sem a intervenção direta da pesquisadora.

Conforme já mencionado, o material recolhido resultou de situações cotidianas de comunicação lingüística, nas quais o pesquisador presenciou a conversa entre dois ou mais informantes, interagindo, em alguns casos, com os interlocutores, ou apenas observando e registrando as interlocuções por escrito, ou em fita cassete.

Na maioria das entrevistas, a pesquisadora procurou tratar de temas de interesse dos entrevistados, deixando o seu discurso fluir livremente com um mínimo de intervenção.

Um outro cuidado tomado, consoante às orientações de Labov (1972) e Tarallo (1986), foi o de diminuir a distância entre o informante e a entrevistadora, facilitando a interação, ao buscar uma linguagem menos formal e mais próxima da linguagem do grupo, às vezes repetindo as marcas da variante pesquisada, todavia, preocupando-se em não constranger o entrevistado. As lembranças ao modo peculiar da fala local constituíram-se como marcas de interação, durante as conversas e foram tratadas de forma natural.

Isso foi possível graças ao fato de a pesquisadora ser bem aceita pelos informantes, pois, quando não havia uma relação de amizade ou de proximidade com o entrevistado, ou com sua família, cuidou de ser apresentada aos membros da comunidade pesquisada por intermédio de outro membro do grupo, ou por alguém que privasse de estreita relação com o indicado a ser informante.

Tal procedimento facilitou o contato e evitou qualquer forma de negativa por parte do grupo em colaborar com a pesquisa. Assim, todos os membros contatados atenderam prontamente à solicitação feita sempre de maneira informal.

Durante a entrevista, as perguntas diretas foram evitadas, deixando lugar para a conversa provocada a partir de comentários e lembranças de fatos conhecidos, sugeridos pela pesquisadora, ou ainda por meio de perguntas indiretas.

Uma outra estratégia empregada para descontrair e criar um clima mais propício à conversa mais espontânea foi o estímulo por meio de narrativas pessoais, ou pequenas anedotas contadas pela pesquisadora, de forma que o entrevistado se sentisse à vontade para contar também suas histórias.

Labov (1972) demonstrou, em seus estudos, que a narrativa de experiências pessoais é a forma mais produtiva para a conversação espontânea. Ao narrar as suas experiências de vida, o falante naturalmente se envolve com o assunto da conversa, sem se preocupar com a forma como se expressa. Assim, quanto mais envolvente e mais significativa for a experiência narrada para o entrevistado, melhor será o nível da entrevista.

Atentando para essas orientações, acreditamos ter contornado, nesta pesquisa, o paradoxo do observador.

## 2. UM POUCO DE HISTÓRIA



Figura 2 Vista da Antiga Fazenda Serra Negra  
Fonte: Arquivo Público de Patrocínio-MG.

A Vila de Patrocínio está em uma das mais lindas e aprazíveis situações. Ocupa o alto e os lançantes de uma colina de pendor suave, encostada de um lado ao topo de uma serra, e gozando pelos outros lados da mais risonha e extrema perspectiva, de largos e formosos horizontes.

Bernardo Guimarães (1981, p. 42)

Propomo-nos, para os fins deste trabalho, a incursionar na história do município de Patrocínio, para, mais do que fazer uma arqueologia de filha ausente que volta às raízes, desvelar os caminhos que constituíram a comunidade objeto deste estudo.

O município de Patrocínio localiza-se na Zona Fisiográfica denominada Alto Paranaíba, ocupando uma área de 2.841 km<sup>2</sup>, correspondente a 22% da microrregião. A cidade, conforme Resende (1986, p. 17), encontra-se a 966 metros de altitude e tem sua posição geográfica determinada pelas coordenadas de 18 17 00 e 46 59 36 W.

Conta a História<sup>2</sup> que a bandeira de Lourenço Castanho Taques, no ano de 1668, vinda de São Paulo, atravessa o Sul de Minas e Sabarabuçu. Lourenço e seus guerreiros abatem, então, os índios cataguás e investem para o Oeste e o Triângulo, onde massacram os índios araxás e dirigem-se a Paracatu, após atravessarem a gleba de terra onde hoje está a cidade de Patrocínio. Já no fim século 17, por volta de 1690, o bandeirante Bartolomeu Bueno, o famoso Anhangüera, sai de Babarabuçu, atual Sabará, com destino às terras dos goiases e passa pela região norte da futura Patrocínio, à beira do Rio Dourados, região na qual o grupo objeto deste estudo veio a se instalar posteriormente. Conta a história oficial também que o Governo Português, a partir da descoberta das minas em Goiás, em 1725, visando à fiscalização, por intermédio do Capitão Gomes Freire e Martinho de Mendonça, abre a estrada denominada Picada de Goiás, que liga Pitangui a Goiás, passando pela Lagoa Seca (Patrocínio). À volta dessa estrada são concedidas sesmarias.

Por volta de 1772, o Conde de Valadares, Capitão General de Minas Gerais, autoriza a exploração no Bromado e Esmeril ao Capitão Inácio de Oliveira Campos que, após atacar negros e índios fugitivos e destruir um grande quilombo situado às margens do rio Dourados, estabelece a Fazenda Brumado dos Pavões, no local chamado “Catiguá”, por onde passaram todas as bandeiras que, a partir dessa data, rumavam para os sertões de Goiás. Ao final desse ano, com a volta do Conde de Valadares para Portugal, o Capitão Inácio de Oliveira Campos retorna a Pitangui e, alguns anos depois, ao morrer, deixa para sua mulher a famosa Joaquina de Pompeu, a próspera fazenda Dos Brumados que,

---

<sup>2</sup> Cf. SANARELLI JÚNIOR. Anuário de Patrocínio. Patrocínio: Reggraf, 1997.

em sua fundação, abastecia os viajantes que iam de Minas para Goiás. Bromado, na língua tupi significa “bagaço de cana-de-açúcar”.

Como alguns forasteiros oriundos de Pitangui ali comesçassem a se instalar, inicia-se o povoado de “Salitre” na sesmaria do Esmeril, concedida a Antonio Queiroz Teles, onde erguem uma casa de oração que, em 1807, dá origem ao arraial de Nossa Senhora do Patrocínio, cuja região está incorporada oficialmente à Capitania de Goiás. Todavia, pelo alvará de 4 de abril de 1816, os julgados de Nossa Senhora do Desterro do Rio das Abelhas (Desemboque) e São Domingos de Araxá, ao qual pertencia Patrocínio, são reincorporados à Capitania de Minas Gerais e desmembrados da Capitania de Goiás.

Nesse ínterim, visitam o povoado o médico da Universidade de Praga, Iohann Emmanuel Pohl, que escreve o livro “Viagem ao Interior do Brasil”, o professor de Botânica francês, Auguste de Saint-Hilaire, autor do livro “Viagens às nascentes do Rio São Francisco, e Von Eschwege, outro ilustre visitante, que também registrou suas impressões sobre o arraial da época. Segundo esses historiadores, os habitantes do povoado eram pobres, em sua maioria negros livres, que sobreviviam do cultivo de milho e feijão. As localidades vizinhas, entre as quais se incluem os moradores da região do Rio Dourados, conforme o relato de Iohann Emmanuel Pohl, apresentavam um melhor aspecto e pertenciam a pessoas abastadas que preferiam a vida no campo a morar em pequenas localidades e que, no máximo, iam ao arraial nos domingos e festas religiosas.

Em 1820, o fazendeiro Antonio Queiroz Teles doa as terras que pertenciam a sua sesmaria ao patrimônio do povoado. Em 9 de março de 1839, a Lei Principal nº 114 cria a Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, transformada

em vila e município de Nossa Senhora do Patrocínio, no ano seguinte, pela Lei Provincial nº 171, de 23 de março. Com a posse do primeiro chefe municipal, o Capitão Francisco Martins Mundim, presidente da primeira Câmara Municipal, passa a residir no casarão do Largo da Matriz (hoje Casa da Cultura), instala-se a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio, em 7 de abril de 1842, data oficial de comemoração da cidade que só vem a ser reconhecida como tal pela Lei Provincial nº 1995, de 13 de novembro de 1873 e oficializada em 12 de novembro de 1874.

## 2.1 Registros da região do Rio Dourados.



O Rio

O rio que me viu  
pequenino, brincar nas  
praias e correr nos  
vales, quantas vezes  
queixou-me de seus  
males, no rolar tão  
plácido e divino!

(Massillon Machado)

Figura 3 Um trecho do Rio Dourados.  
Fonte: Arquivo Público de Patrocínio- MG.

Em Ferreira (1999, p. 706), a palavra **dourado** figura como:

(adj.) 1 da cor do ouro; 2 Revestido de camada ou folha de ouro; 3 enfeitado ou bordado a ouro; 4 feliz, alegre, despreocupado; (s.m.) 5 douradura; 6 a cor dourada; peixe actinopterigeo, cacaciforme, caracídeo (*Salminus brevidens* do Rio São Francisco, *S. maxilosus* da bacia do Paraná), carnívoros, de grande porte, de coloração dourada endente ao vermelho, muito apreciado para pesca esportiva e cuja carne é de primeira qualidade, alcança 1 m de comprimento e 20 kg de peso.

A Nova Enciclopédia de Pesquisa Fase especifica que o dourado é o mais belo e mais apreciado dos peixes dos rios brasileiros. Atinge mais de 1. 40m de comprimento e cerca de 30 kg e tem carne muito saborosa. Tem esse nome devido à cor de ouro claro, sendo que cada escama é atravessada no meio, por uma pequena risca preta, formando-se assim um ligeiro desenho de numerosas linhas retas, que percorrem o corpo da cabeça à cauda (NOVA...,1979, p.1267).

Todavia, no linguajar da região de Patrocínio, a palavra “dourado” tem outra conotação. Designa, em termos gerais, as pessoas oriundas da região rural próxima ao Rio Dourados e, por extensão metonímica, todas as pessoas que gostam de pão doce, ou ainda as que possuem traços físicos característicos daquele grupo, quais sejam, pele muito clara, olhos bem azuis, cabelos extremamente loiros e finos e um falar característico.

Segundo informações obtidas em conversas com pessoas mais idosas, cujas idades variam entre 80 e 92 anos, nascidas e criadas na região rural, objeto de nossa pesquisa, confirmadas pelos documentos oficiais do município de Patrocínio, o rio que dá nome àquela localidade rural recebeu o nome de Dourados em razão da ocorrência de peixes com essa denominação. Esse rio que divide o município de Patrocínio com o município de Coromandel a noroeste é importante na rede hidrográfica de Patrocínio, que pertence à Bacia do Paranaíba.

Outros pequenos córregos deságuam no Rio Dourados: o Córrego Feio, Córrego Mariano, Córrego Estiva, Córrego das Bombas, Córrego da Barrinha, Córrego Preto, Córrego Lavrinha, Córrego Pulador, Córrego Bebedor e

Bebedorzinho, Córrego Ponte Alte, Córrego Taquara, Córrego Gavião, Córrego Boa Vista e Ribeirão Douradinho.

No tratado orográfico do município de Patrocínio, as Serras Negra e do Gavião constam como sendo as de mais destaque. A Serra Negra, localizada ao leste da sede municipal, apresentando altitudes máximas entre 1.200 e 1.260 metros, constitui o remanescente de um antigo vulcão. Em seu topo plano abriga a Lagoa do Chapadão a 1.200 metros de altitude. A Serra do Gavião, ao norte, forma um significativo conjunto montanhoso com as Serras de Boa Vista e Ventania, com altitudes em torno de 1.000 metros (RESENDE, 1986, p. 17, 18).

A região conhecida por Dourados localiza-se exatamente entre as Serras do Gavião e Serra Negra e, segundo os informantes mais idosos, foi constituída pela divisão da Fazenda Serra Negra, nos meados de 1800.

A História de Patrocínio, recontada por Sanarelli Jr. (1997, p. 3) traz as seguintes informações:

- Por volta de 1690- O bandeirante Bartolomeu Bueno, o famoso Anhangüera, parte de Sabarabuçu (hoje, Sabará) rumo às terras dos goíases. E passa pela região da futura Patrocínio, à beira do Rio Dourados.
- 1737- À margem da estrada, são concedidas as Sesmarias. Coincidentemente, entre 1º e 8 de abril, está concedida a José Pires Monteiro, que ia da Lagoa Seca ao Ribeirão Feio.
- 1771- O governador Conde de Valadares determina ao Capitão Inácio de Oliveira Campos a realizar explorações no Bromado e Esmeril, onde é criada a Fazenda do Brumado dos Pavões. Inácio de Oliveira ataca índios e negros fugitivos, inclusive destruindo um grande quilombo que se situa na região dos Dourados. Aqui é o limiar da história de Patrocínio mais conhecida.

As informações oficiais correspondem às informações dos entrevistados.

Na tentativa de descobrir as origens do grupo, encontramos a narrativa histórica

que assegura serem os primeiros habitantes da localidade compreendida entre a Serra Negra e a Serra do Gavião os forasteiros oriundos principalmente de Pitangui, que começaram a fixar residência na Fazenda Bromado dos Pavões.

Todavia, as informações dos membros mais idosos, repetidas por informantes mais jovens, dão conta também de outra versão, a de que, nesse povoado, que já foi alvo de comentários de visitantes ilustres<sup>3</sup>, como o médico Iohann Emmanuel Pohl, da Universidade de Praga, em 1818 e, em 1819, do botânico Auguste de Saint-Hilaire, teria sido deixado um bebê do sexo feminino, recém nascido, em uma noite em que um grupo de ciganos esteve acampado na região. Essa criança cresceu entre os moradores e teria sido a origem do grupo, que, por sua vez, não miscigenou, uma vez que se casavam entre si e "apuravam" a raça.

Outra versão dá conta de que um alemão teria passado pela região deixando seus descendentes. Ouvimos também a mesma história, porém, em uma versão em que o ancestral seria um francês.

Uma característica marcante do grupo é o tipo físico peculiar, muito semelhante aos grupos europeus germânicos pomeranos e franceses, no que diz respeito ao tom de pele e dos olhos. Os típicos "Dourados", como são chamados, são facilmente reconhecidos nas ruas da cidade pela tez clara, os olhos azuis, cabelos muito loiros, os traços finos, nariz delicado e compleição física miúda, o que, segundo as pessoas da região, é devido aos casamentos aparentados.

Alguns informantes arriscam-se a analisar os traços de personalidade do grupo motivados pela possível ascendência cigana. Segundo membros do grupo,

---

<sup>3</sup> Conforme descrito na Seção II deste trabalho.

(e eles afirmam, em tom mais de orgulho do que propriamente de rejeição), os “Dourados” são pessoas que têm o tino para os negócios, a exemplo dos ciganos, e são “velhacos”, sabem negociar, e, por isso, estão bem de vida. Por outro lado, vigora também, na comunidade, a conotação mais negativa dessa “esperteza”. Segundo relato de pessoas da cidade, eles passam a idéia de que nos negócios vale a máxima maquiavélica: “os fins justificam os meios”. Esses traços, como a peculiaridade lingüística, são apontados como os motivos pelos quais muitos deles não gostam de ser identificados como tal.

A justificativa, muitas vezes, vem pela explicação geográfica. Defendem-se afirmando que todos são chamados de Dourados, porém, várias são as localidades que abrigam esses grupos: Caxambu, Lavrinhas, Martins, Pulador, Samambaia, Sapé, etc...

Para melhor localizar essa Região, apresentaremos a seguir o Mapa da Localização Fisiográfica no Estado de Minas Gerais (Figura 4), o Mapa da Localização do Município na Região Fisiográfica, (Figura 5) e o Mapa da Região do Rio Dourados (Figura 6)



Figura 4: Mapa da Localização Fisiográfica no Estado de Minas Gerais.  
Fonte: Secretaria de Urbanismo de Patrocínio-MG.



Figura 5: Mapa da Localização do Município na Região Fisiográfica.  
Fonte: Secretaria de Urbanismo de Patrocínio

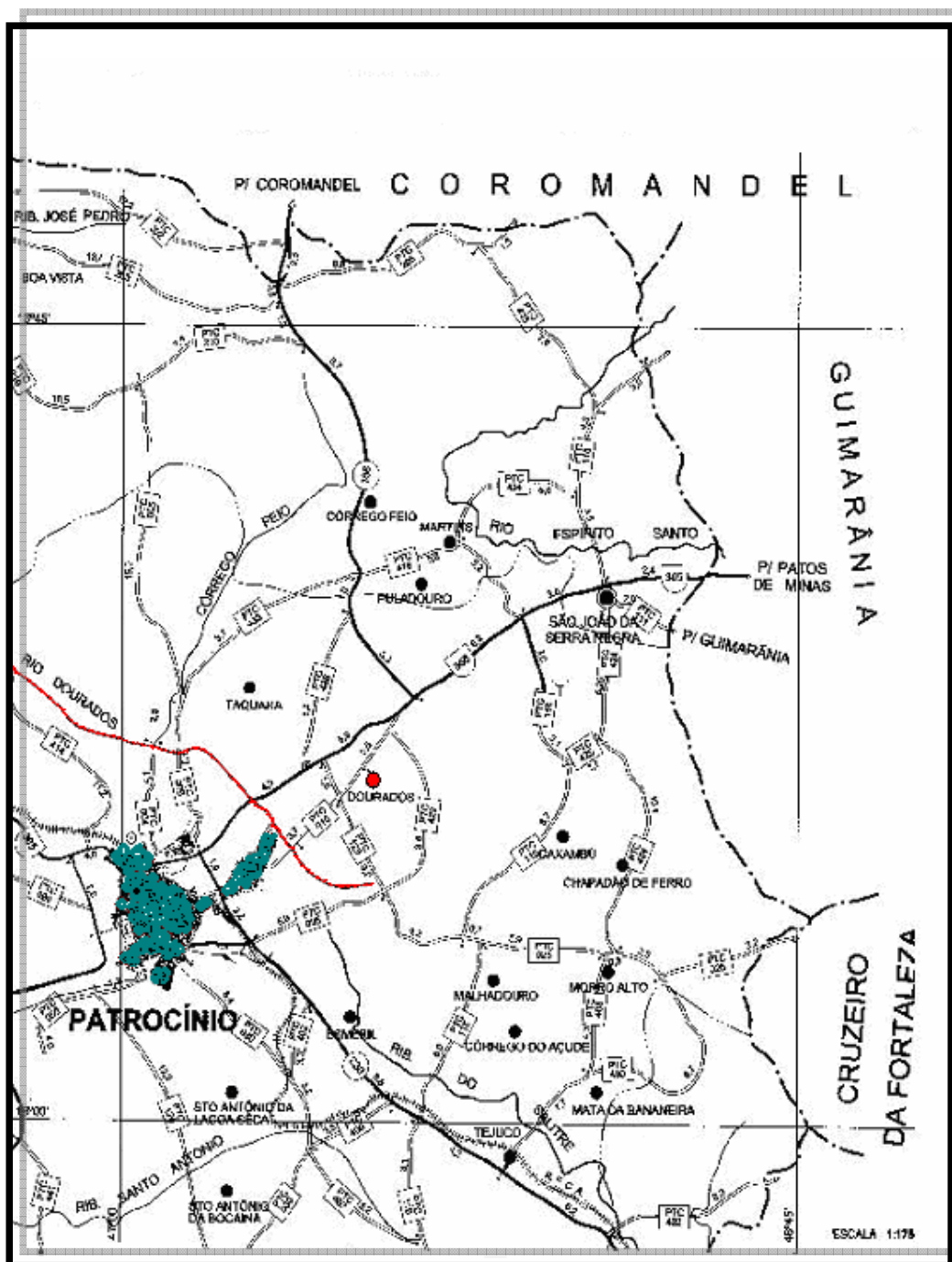
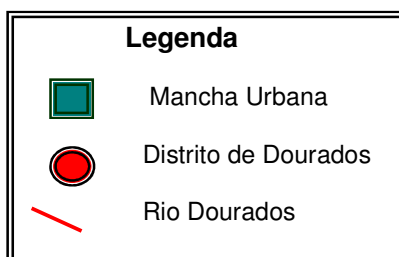


Figura 6: Mapa da Região do Rio Dourados.  
Fonte Secretaria de Urbanismo de Patrocínio MG.



Assim, quando se referem àqueles membros do grupo que “falam enrolado”, dizem os demais que eles são oriundos da Comunidade do Pulador que, apesar de ter em seu grupo pessoas de renome e respeitadas na cidade, são tidos como os mais “atrasados”, “sem evolução”, os que levam uma vida miserável, servindo até mesmo como contra exemplo para os que de lá saíram e mudaram de vida.

O Cartório de Registro Civil apresenta dados significativos sobre esse grupo, que confirmam os casamentos nas próprias famílias, principalmente dos remanescentes da região rural. As crianças e as famílias em geral são registradas com os sobrenomes: Paula, Nunes, Nunes de Paula, Reis, Reis de Paula, Pires, Pires de Paula, Caixeta, Pires Caixeta, Paula Caixeta, Pedrosa, Fernandes, Pedrosa Fernandes.

Um outro dado significativo é a localização concentrada do grupo na região urbana. Os registros imobiliários e as informações populares dão conta de que há uma grande concentração do grupo em basicamente três bairros da cidade: a Vila Constantino, a Vila Boa Esperança e o Bairro Carajás. Esses três logradouros ficam próximos um do outro, sendo que, nos dois últimos, a população oriunda da comunidade conhecida como Dourados representa cerca de 60% do total. No bairro chamado de Vila Constantino, o grupo encontra-se de forma mais diluída, uma vez que o bairro é mais antigo e mais próximo do centro. Os demais foram formados por invasões. Os moradores da cidade ainda chamam esse bairro de Vila dos Atrevidos, nome popularmente dado à invasão, hoje legitimada, feita basicamente pelos egressos da zona rural de Dourados, que não fica muito distante desses bairros.

O mapa a seguir mostra os bairros de Patrocínio e, em destaque, os bairros com maior concentração de residências de pessoas egressas da zona rural da região do Rio Dourados:

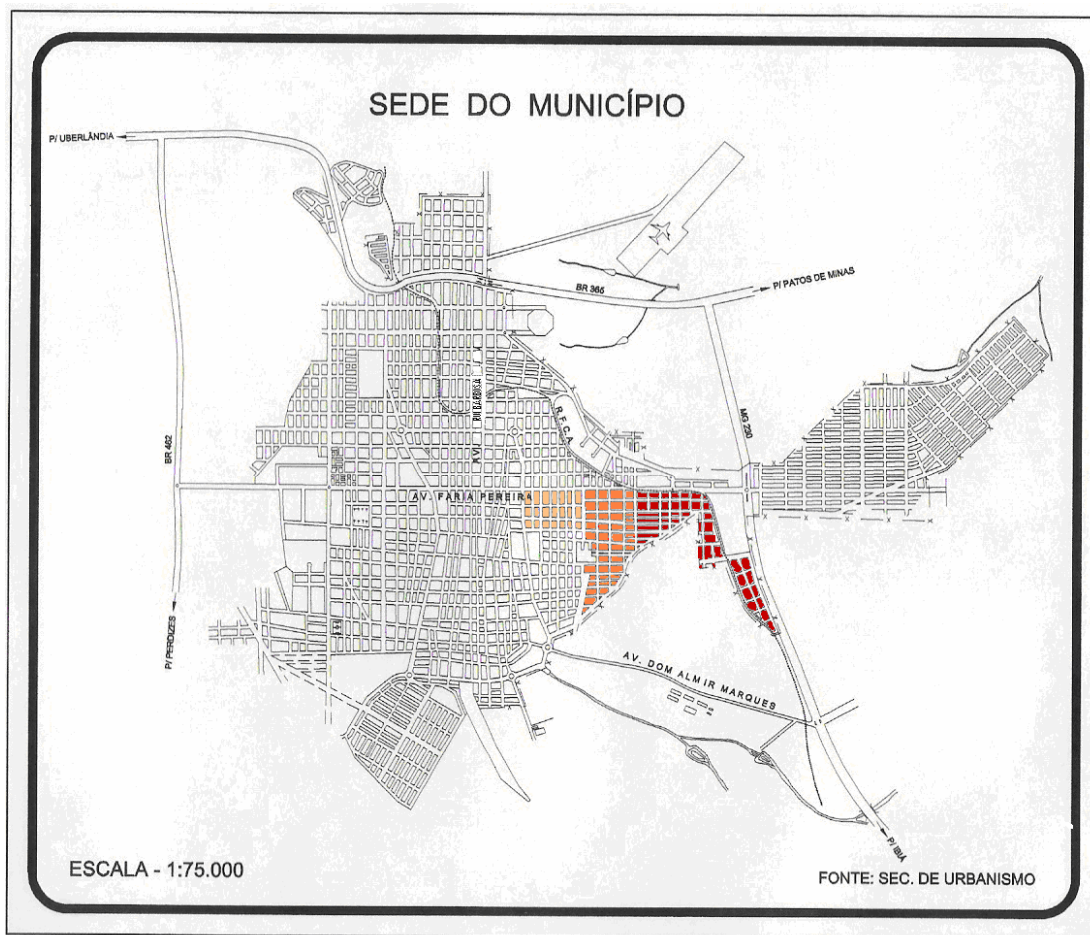
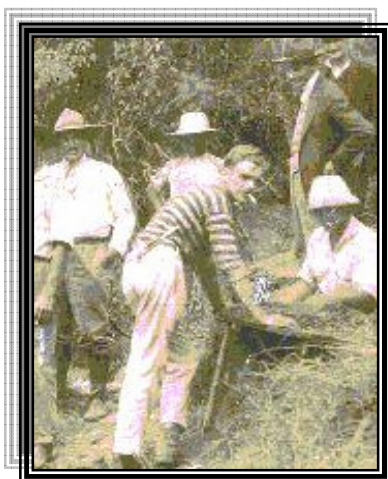


Figura 7: Mapa da Divisão de Bairros da Cidade de Patrocínio-MG.  
Fonte: Secretaria de Urbanismo de Patrocínio.

| Legenda                                                                             |                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
|  | Vila Constantino   |
|  | Vila Boa Esperança |
|  | Bairro Carajás     |

Sustentados pelos registros cartoriais e pelas entrevistas com membros mais velhos do grupo e com pessoas da cidade, constatamos que o grupo é bem mais numeroso do que supúnhamos a princípio. O fato de as famílias serem formadas por muitos filhos, principalmente as mais antigas, e de se constituírem muito jovens, determinou o grande número de descendentes encontrado na pesquisa. Há relatos de casais com mais de 20 filhos, cujos descendentes também possuem em média cerca de 10 filhos. As famílias atuais têm diminuído esse número, mas ainda há registros de várias famílias com mais de seis filhos. Um membro do grupo, de 80 anos, informou que seus pais tiveram 13 filhos e seu avô 21, filhos de dois casamentos, e que ele próprio é pai de 9 filhos. Segundo relatou, os encontros festivos da família chegam a juntar cerca de 4000 pessoas.

## 2.2 Retratos do grupo



Figuras 8 e 9-Jovens da Região do Rio Dourados garimpando.  
Fonte: Acervo do Arquivo Público de Patrocínio.

O grupo pesquisado, chamado popularmente de “Dourados”, é composto, como dissemos, em sua maioria, por pessoas de tez clara, olhos verdes ou azuis, compleição física pequena e cabelos geralmente loiros, o que faz com que pessoas de outras comunidades associem o nome “dourado” ao tipo físico predominante no grupo<sup>4</sup>. Como é comum a prática de casamentos endogâmicos, o fenótipo dos membros do grupo não varia muito.

De um modo geral, as atividades econômicas praticadas pelos membros do grupo giram em torno da agricultura e da pecuária, com destaque para a criação e o comércio de bois. Nesse caso, é notória a habilidade de comercialização que as pessoas provenientes desse grupo apresentam. O grupo, em sua grande maioria, reside, atualmente, na cidade de Patrocínio, em maior concentração nos bairros próximos à região rural de onde vieram: a região do Rio Dourados, a poucos quilômetros da zona urbana. Contudo, vários membros do grupo residem na zona rural e só se deslocam até a cidade para atividades comerciais ou para participar de eventos sociais e muitos deles, mesmo residindo na cidade, possuem propriedades rurais na região de origem.

Embora a maioria dos membros do grupo seja composta de produtores rurais ou comerciantes, encontramos também enfermeiros, médicos, arquitetos, bancários, professores, fotógrafos, dentre outras profissões, e vários deles já se elegeram vereadores, ocupando com destaque uma cadeira na Câmara Municipal de Patrocínio.

---

<sup>4</sup> O nome “dourado” atribuído aos membros do grupo ocorre em razão do Rio Dourados, que circunda a região de origem do grupo, conforme explicitado em 2.1.

Assim, a comunidade objeto deste estudo não poderá ser entendida em sua essência se não for observada a partir de um olhar antropológico, que se configura, na linguagem de Foucault (1985), como uma arqueologia.

A linguagem de um grupo, ainda que rarefeita e “dissolvida” entre outros grupos só pode ser de fato entendida se vista nos limites de seu mundo, mas com comparação a outros “mundos”. Nesse limite, instaura-se o homem, ser histórico, cuja única coisa própria é a linguagem, pela qual se transforma em um ser individual, social e cultural. As interações da prática comunicativa constituem o meio pelo qual se reproduzem cultura, sociabilidade e personalidade, pois esses processos de reprodução cobrem as estruturas simbólicas do mundo da vida (Habermas, 1975, p. 64).

A princípio, escolhemos registrar as falas daqueles representantes do grupo considerados mais populares. Essa opção mostrou-se providencial, pois, pouco tempo depois de gravarmos uma entrevista com um dos mais conhecidos membros desse grupo, tivemos a notícia de seu falecimento, com uma idade próxima dos 60 anos. Vários informantes se reportaram às famosas expressões desse “personagem popular”, bastante conhecido além dos limites do município, tanto por suas façanhas comerciais, quanto pelo falar típico e descontraído. Essas entrevistas foram conduzidas no sentido de tentar resgatar as falas conhecidas por muitos e difundidas em toda a comunidade, inclusive fora dos limites do município.

A mesma sorte não tivemos com um outro membro que, segundo informação dos mais jovens, era o “historiador da região”, um ancião que gostava de contar histórias e registrá-las em um caderno, perdido após sua morte. Só

tivemos contato com uma filha e sua viúva, que, doente e em idade muito avançada, não dava conta de muitas informações precisas. Restou-nos somente, desse encontro, a confirmação de alguns dados já informados por um meio-irmão bem mais jovem e residente, há muito tempo, no ambiente urbano, e de um sobrinho, cuja idade se aproximava da do tio falecido. O modo peculiar de falar do grupo não foi evidenciado na entrevista com a viúva, nem com a filha.

Os encontros com os informantes pertencentes ao grupo pesquisado ocorreram de forma tranqüila, pois éramos conduzidos àqueles que “conversariam” conosco por intermédio de alguém da comunidade, quase sempre uma sobrinha, uma prima, ou amigos. A opção por gravar as memórias de outros grupos foi, em princípio, uma tentativa de registrar as impressões de outros sobre o nosso grupo de interesse, mas, posteriormente, despontou-se uma possibilidade de evidenciar as diferenças lingüísticas. Assim, escolhemos informantes que conheciam bem as pessoas do grupo pesquisado e que integram a mesma geração.

Quanto aos informantes de outras comunidades, muitos foram os que se dispuseram a contar as histórias das quais tinham conhecimento e a confirmar certos dados que tínhamos somente em informações orais que bem poderiam ter sido distorcidos com o tempo.

Registramos as falas de homens e mulheres de faixas etárias definidas previamente de modo a contemplar o linguajar de pessoas residentes tanto na zona rural, quanto daquelas que residem na zona urbana.

À comunidade, objeto principal deste nosso estudo, denominamos “Dourados”, em referência ao local de origem e à forma como são conhecidos

seus integrantes, pelas demais comunidades. Chamamos “Outro” ao grupo dos demais informantes que participaram da pesquisa. Esse grupo foi ouvido, inicialmente, com a intenção de nos confirmar dados a respeito do grupo principal, considerando que muitas expressões atribuídas aos integrantes da Comunidade de Dourados já faziam parte do anedotário regional e eram divulgadas até mesmo em circunscrição nacional. Nosso propósito original era o de registrar, em forma de memórias, essas falas e confirmar sua veracidade, à medida que íamos contatando mais informantes, incluindo-se o possível e aludido autor da expressão citada. Contudo, percebemos que seria relevante gravar algumas entrevistas com pessoas de outras comunidades para contrapormos suas maneiras de falar. Desse modo, escolhemos informantes que teriam aproximadamente a mesma idade, vivendo em ambiente e com atividades profissionais semelhantes às daqueles do grupo principal. As falas gravadas tratavam, geralmente, de assuntos ligados ao grupo foco de nosso interesse. Assim, pudemos reunir dados históricos, e verificar ocorrências que permitissem comparações e ou diversidades lingüísticas para análise.

Há que se reiterar que, nesses contatos, descobrimos que essa comunidade é bem maior do que supúnhamos e que hoje representa, na formação do povo patrocínense, um percentual bastante significativo. Embora tenhamos observado uma concentração maior de membros egressos dessa comunidade rural em três bairros, seus descendentes podem ser encontrados na zona urbana em quase todos os bairros. São geralmente identificados pelos traços físicos característicos, pelos sobrenomes comuns, além do aspecto peculiar da linguagem tanto no nível fonológico, quanto lexical e sintático. O aspecto lingüístico, quase sempre alvo de brincadeiras dos demais grupos,

paradoxalmente, os une e os separa, conforme tivemos a oportunidade de constatar pelas conversas informais e entrevistas com seus representantes e confirmar com aqueles que convivem com o grupo. Devido às troças que são feitas com relação ao falar característico do grupo, muitos, embora oriundos daquela região rural, não gostam de ser identificados como seus membros.

Segundo informações dos membros mais antigos, a região da antiga Fazenda Serra Negra, cuja divisão foi requerida pelo Sr. Francelino Nunes de Paula e pelo Sr. Bernardo Alves da Silva, há cerca de 200 anos, tem várias denominações além de Dourados, dentre elas: Caxambu, Puladouro, Sapé, Samambaia, Lavrinha, Martins. Apegando-se a essas outras denominações, vários membros do grupo, moradores na zona rural ou urbana, não se reconhecem como um “Dourado”.

### 2.3 Quem conta um conto aumenta um ponto?



Figura 10-Foto da Padaria de “Seu Polidório”, nos anos 30.  
Fonte: Acervo do Arquivo Público de Patrocínio

Não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução. A memória é a mais épica das faculdades.

Walter Benjamin (1986, p. 12)

Recordar, para nós, é trazer à tona, pela memória daqueles que conviveram com as pessoas da comunidade estudada, fatos e falas que se teriam perdido no tempo, não fosse a persistência da memória.

Foi em Brandão (1998, p. 11) que buscamos uma explicação para essa memória, para situar uma travessia nesse resgate de dados que nos ajudasse a compreender e situar a comunidade pesquisada, não só histórica ou geograficamente, mas também com um olhar antropológico, pois, conforme esse pesquisador: “não devemos esquecer que a lembrança não reconstrói apenas um passado ou uma fração do passado. Ela funda a cada vez um presente ao restabelecer as suas origens”.

Assim, tomamos, em nosso diário de campo, notas às vezes despretensiosas, às vezes carregadas de humor ou impregnadas de saudosismos daqueles que conviveram ou ainda convivem com pessoas desse grupo. Essas notas, que constituem nosso corpus, representam etapas da pesquisa que não poderiam ser desprezadas, pois compõem o itinerário de uma viagem iniciada há um longo tempo.

Difícilmente se encontra alguém na cidade de Patrocínio ou em regiões vizinhas que não conheça ou não tenha ouvido contar uma história atribuída aos membros da comunidade rural de Dourados, ou de lá provenientes e que hoje, em grande maioria, residem na cidade.

Durante nossas entrevistas, contatamos diversas pessoas que conviveram e convivem com o grupo. E, de acordo com essas pessoas, para reconhecer um “dourado” basta conversar com um deles por alguns minutos, conforme destaca um informante de outra comunidade:

Tem muitos deles que estudaram e tão empregados e tão muito bem, mas só que aquela pronúncia é aquela. Mas é o que eu tava te dizendo: eles às vezes melhoram um pouquinho e coisa, mas se você conversa meia hora com eles, basta conversar vinte minutos, meia hora com um deles você descobre se eles são um deles se não são.

Esse informante ainda faz questão de enfatizar que: “tem pessoas nesse grupo aí que remeda eles, mas pronuncia igual eles”.

Na fala popular, ser dourado, como já dissemos no item 2.1, é ser muito claro, de olhos azuis, de compleição física miúda e cabelos muito loiros; gostar de comer rosca e, sobretudo, falar “enrolado”. Mas nem todos gostam de se identificar como tal. Muitos levam na brincadeira e se dizem “da gema”. Alguns, enquanto contribuía para a pesquisa, apontando dados, relatando fatos históricos, apresentando outros membros, confirmavam essa idéia de negação, pelo tom de troça com os próprios membros que não admitiam pertencer ao grupo dizendo: “Olha eu sou “dourado”, mas não gosto de falar que sou não. Eu fui criado nos Martins. Foi lá que eu estudei. Meus irmãos mais velhos é que são de lá. Eles é que são dourado”.

Outros, embora não negassem a origem, se esquivavam da idéia pejorativa de ser um deles, afirmando que os que saíram de lá mais cedo são mais instruídos. Afirmam uns que os típicos Dourados são mesmo os do “Pulador”. Os que ainda moram lá, que não têm instrução, que não “evoluíram”. Todavia, muitos se referiram às pessoas importantes na cidade, cujo trabalho social e comunitário é reconhecido não só no município, mas no país, como membros importantes dessa comunidade, dita como a mais atrasada. E citaram esses expoentes como pessoas que, embora pertençam à elite social da cidade e sejam profissionais com curso superior, não se envergonham da origem e, apesar das brincadeiras

que daí decorrem, confessam serem “autênticos Dourados do Pulador”. Outros se defendem dizendo: “a gente é dourado, mas ninguém passa manta na gente não.” “Dourado”, nesse caso teria a conotação de “bobo”.

Segundo relatos de um informante que conviveu e fez negócios com alguns membros do grupo dos Dourados, o que eles não podem ser classificados é como bobos, pois em tudo que fazem levam vantagem:

Eles são pessoas seja aonde eles for eles saem bem. Eles começam a conversar com as pessoas assim as pessoas às vezes assusta, mas no fim realiza aquilo que eles sente, seja de qualquer maneira bem pronunciado ou mal pronunciado, eles só saem dali depois que eles realizam o que eles quer. Se for pra dar certo, falta de conversar ou insistir não é que eles vão perder o que eles querem.

Essa referência pôde ser observada em muitas falas, tanto de membros do próprio grupo, quanto nas memórias das outras pessoas.

Um dado expressivo e que sempre veio à tona nas entrevistas e que pôde ser observado ao longo dos anos foi o número de pessoas com problemas mentais, os chamados “bobos”, popularmente. O índice de casamentos consangüíneos no grupo é altamente significativo. O tipo físico praticamente não se altera em razão disso e, possivelmente, um dos problemas acarretados pela união consangüínea seja os nascimentos de filhos com problemas mentais.

Apesar de o número desses descendentes não ser tão elevado assim, considerando a proporção dessas uniões, essas pessoas normalmente são conhecidas na comunidade e fazem parte dos categorizados como “tipos inesquecíveis”<sup>5</sup>, como em qualquer outra cidade.

---

<sup>5</sup> Expressão retirada do título da canção “Tipos inesquecíveis de minha terra”, composta por Goiá, músico mineiro, natural de Coromandel, cidade vizinha à comunidade de Dourados. A letra refere-se aos personagens populares dessa cidade.

As referências ao tipo físico e ao fato de gostarem de rosca são constantes, tanto pelos próprios membros, quanto pelos outros. Uma senhora, quando entrevistada, falando de seus filhos, do orgulho de ter filhos queridos na comunidade, contou que, na escola em que um de seus filhos trabalha, os colegas vivem pedindo para que ele leve rosca feita por ela, dizendo que ela tem fama de ser “boa rosqueira” e que, quando ele leva, a turma brinca com ele: “Essa rosca é da fonte, mas eu nunca vi dourado preto”. E lembra que seu filho responde que é preto porque foi feito no escuro, em vez de dizer que não é “dourado apurado”, porque seu pai era moreno, natural de outra comunidade. Nesse caso, quase exceção, os pais provêm de famílias não aparentadas. Segundo um informante com a idade de 80 anos, que nasceu e sempre viveu na região, onde ainda administra sua fazenda, somente há poucos anos as famílias têm sido formadas por pessoas de “outra raça”.

Uma outra história referente ao tom de pele e ao fato de “Dourados” gostarem de rosca foi registrada em uma reportagem da TV “Ouro Verde”, emissora local, levada ao ar às doze horas do dia 02 de junho de 2002 e apresentada durante o Programa Patrocínio Rural. A intenção era demonstrar uma simulação com os fazendeiros da região de como era o transporte de boiada, antigamente. Para isso, estavam acampados em uma fazenda das redondezas, onde o repórter entrevistava os peões, cujas idades variavam entre 3 e 70 anos. Um deles, um jovem moreno de aproximadamente 20 anos, quando requisitado pelo entrevistador, foi flagrado comendo rosca. O repórter então brincou: “Deixa essa rosca aí e vem cá para um dedo de prosa. Dourado dessa cor é o primeiro que eu vejo”.

Uma outra característica do grupo sempre levantada por aqueles que recontam suas histórias é o fato de serem bons negociantes. Muitos se aventuram a dizer que a história contada pelos membros mais velhos da comunidade que figura como uma lenda entre eles de que seriam descendentes de ciganos, pode ser confirmada por esse traço: a esperteza para os negócios. Muitos deles são negociantes, não têm muita instrução, mas um bom patrimônio, razão de orgulho na comunidade e de desconfiança entre os outros.

Segundo informações de outras comunidades: “Pra negociar com um dourado tem que ficar velhaco”. Membros da própria comunidade garantem que eles não são desonestos, mas conseguem vender até “relógio parado”. Uma outra informação, dada por senhoras que residiram na comunidade rural desse grupo embora não fossem de lá, é que as mulheres são extremamente trabalhadoras e de bom coração. Estão sempre prontas a ajudar, quer em mão de obra, quer com apoio moral ou financeiro. São também lembradas como fiéis aos maridos e suas defensoras. Na hierarquia familiar, as mulheres são tidas como submissas aos maridos, os filhos são descritos como respeitadores dos pais e normalmente não se desviam dos seus conselhos. As exceções são raras, considerando que as famílias são numerosas. Entre os mais velhos é possível verificar uma média de 10 filhos por casal. Os filhos em segundas núpcias chegam a mais de vinte. Encontramos casos em que o tio era 20 anos mais jovem que os sobrinhos, e tratado com o respeito devido a um tio. O sobrinho de 80 anos pede a bênção ao tio de 60 e devota-lhe o respeito à moda antiga.

Ainda hoje, principalmente na zona rural, é comum o casamento entre primos, cuja idade média não ultrapassa os dezesseis anos tanto para os

homens, como para as mulheres. Muitas vezes, os noivos são primos-irmãos, ou seja, os pais também são casados na mesma família, o que cria um laço maior de consangüinidade. Nesse grau de parentesco encontramos casos de casais com até quatro filhos com problemas mentais.

Uma informante relatou um caso de uma senhora que casou sua filha com um filho de criação. Nesse caso, embora não exista a questão da consangüinidade, evidencia-se a questão cultural a que está imersa essa comunidade, pois não se estabelece um laço de afinidade que impeça a realização dessas uniões, o que há é o interesse em assegurar as núpcias.

Segundo informantes da própria comunidade, seus conterrâneos se vêem limitados para a escolha dos cônjuges ou ignoram a orientação médica que não recomenda casamentos consangüíneos. Alguns informantes acrescentaram que uma das razões desses casamentos nas mesmas famílias seria o fato de o grupo se sentir discriminado entre os demais e não se relacionar com outros grupos. Para essas pessoas, a causa de o “típico dourado” ser “mirradinho”, “franzino” e falar “enrolado”, com um “sotaque estranho” são esses parentescos.

Uma outra razão, quiçá a principal, conforme a interpretação de um informante que conviveu e ainda tem relações comerciais e de amizade com diversos membros desse grupo, é o interesse econômico. Segundo analisa, o que motiva essas uniões consangüíneas é muito mais a proximidade da cerca da fazenda vizinha do que a proximidade afetiva, ou a falta de opções.

Muitos são os casos em que os casamentos entre famílias fizeram anexar terras ao patrimônio dos cônjuges. O casamento, então, estaria garantido não por uma certidão, mas pela escritura das terras.

Dentre as histórias contadas sobre esse grupo, as da padaria do Seu Polidório são as mais recorrentes. Quase todos os entrevistados se referiram a esses fatos, incluindo-se também os próprios membros do grupo. Alguns generalizam e atribuem as histórias aos “Dourados” de um modo geral. Outros já identificam os personagens.

Durante as entrevistas, sempre que tínhamos oportunidade, retomávamos essas histórias contadas há muito tempo na cidade e recontadas tantas vezes pelos informantes, a fim de verificar a procedência delas. Um dos informantes chegou a se identificar como o autor e ainda fez troça; outros se indignaram: “que é que tem gostar de rosca. O povo não come pão? Não é só dourado não!”. Segundo uma senhora, que diz ter orgulho em ser um deles, mesmo que tenha saído de lá bem nova e se casado com gente de outro arraial, “deve ter sido algum bobo lá dos Pulador que veio na cidade falar daquele jeito e agora os Dourados todos levam a fama”.

Um senhor bastante conhecido na cidade lembrou uma história da padaria: um rapazinho franzininho, de cabeça branquinha e olhos vivos e bem azuis chegou na Padaria do Seu Polidório, um dos locais mais lembrados nessas memórias. Com as bochechas bem rosadas, olhou para a vitrine e perguntou:

\_Tem pão de sal seu Polidoro de doce?”

Algumas pessoas repetiram esta versão:

\_Tem pão, seu Polidoro sovado?

Outros contam que eles entravam na padaria e pediam: “me dá uma rosca breada de açúcar nas rachas”. Ou ainda: “tem rosca? Então racha e bréia”.

Há referências a essa mesma história pelas próprias pessoas do grupo dizendo que alguém chegou para o outro depois de sair da padaria (e a pessoa acredita que é alguém lá do Pulador, porque o povo “é mais atrasado”), e disse: “cê viu aquela égua amarrada no pau do Pulidoro? Era eu comendo uma rosca de 90”.

Um outro episódio foi contado por uma senhora de outra comunidade com cerca de 45 anos e confirmada pela viúva (72 anos) e pela filha (40 anos) de um açougueiro, que na época residia naquela comunidade rural e atendia aos seus moradores, vendendo-lhes carne ou comprando deles o gado. Eles chegavam no açougue e perguntavam: “tem seu Lazo muchiba?”

Outras situações parecidas, contadas na cidade e espalhadas além dos limites do município de Patrocínio, que já fazem parte do anedotário local e atribuídas aos membros dessa comunidade foram também relatadas pelos informantes de outras comunidades e confirmadas por um dos membros mais famosos e reconhecidos do grupo como um típico “dourado” que se orgulhava de sê-lo. Uma delas aconteceu no antigo Armazém do Seu Pedrinho Jacinto, conhecido comerciante na cidade, hoje já falecido. Esse senhor teria chegado no balcão do estabelecimento e pedido: “tem queijo, seu Pedrinho fresco?” De outra vez: “tem feijão seu Pedrinho do bago roxo?”

Outros “Douradinhos” teriam dito em estabelecimentos da cidade: Tem farinha dona Maria de mandioca? Tem bala dona coisa gostosa? Tem seu João miudim?

Além dessas, compõem o acervo cultural e lingüístico dessa conhecida comunidade, outras tantas histórias, lendas, ou fatos, que são contados aos mais

jovens e disseminados no anedotário popular como características lingüísticas típicas de um grupo. Embora essa disseminação dê notoriedade ao grupo, tanto no município de Patrocínio, quanto em outras regiões do Brasil, não se tem notícia de um registro oficial. O que se sabe consta apenas do repertório oral do povo patrocinese, reproduzido também por aqueles que lá residem, ou residiram.

Em vista disso, nosso interesse em pesquisar essa comunidade lingüística também comunga com a preocupação de que esses fatos possam se perder com o tempo, considerando que constituem uma característica importante na formação desse povo.

### 3. AS MÚLTIPLAS FACES DA LINGUAGEM

A linguagem cria uma imagem do mundo. Construímos nosso pensamento com os tijolos da linguagem, como um arquiteto constrói uma casa. A linguagem é obra comum e contínua de todos os membros do corpo social. Língua e sociedade são inconcebíveis uma sem a outra.

Claret, (1980, p. 64)

Pode ser que todas as histórias descritas em 2.3 tenham sido aumentadas, pode ser que seus verdadeiros autores permaneçam anônimos. Contudo, nossa intenção neste trabalho é a de resgatar dados importantes para a própria história do grupo. Essas histórias, se não são exatamente como as relatadas, não deixam de ser verdadeiras, pois foram ouvidas por várias pessoas e confirmadas por outras tantas. Pode ser que o imaginário popular se tenha encarregado de propagá-las dando-lhes uma outra dimensão, mas isso não tira a sua face de verdade.

E essa manifestação lingüística, em seus recortes possíveis, carece de ser estudada, por isso esta seção a seguir tem a função de apresentar um aporte teórico que aponte para uma reflexão em torno da linguagem e de seus contextos.

### 3.1 Língua, Antropologia e Sociologia: um panorama

A língua, de acordo com Claret (1980, p. 56),“(...) é um conjunto completo: motor, veículo e termo de cultura. Ela revela, propaga, consagra e condensa a cultura da comunidade que se exprime através dela”. Em um trabalho que pretende focalizar um dado lingüístico e contracenar com dados antropológicos, vale lembrar Brandão (1998, p. 30):

Pensemos em termos de culturas no seu sentido semiótico mais pleno possível. Pensemos sobre elas não como o produto acabado das teias de reciprocidade de bens, de serviços e de significados entre os homens, mas como a realização de seu próprio processo. O processo social (logo, histórico) da cultura permanente atualiza-se na cotidiana experiência da vida social.

Essa tentativa de recuperar, pela linguagem, um falar peculiar de um grupo, que fala também pelo que dizem dele, suscita-nos a idéia de que a linguagem vai sendo construída ela mesma como uma teia e como a imagem que se constrói sobre a própria linguagem vai tecendo as redes de significado e de representação que se pode confundir com a própria linguagem. O grupo mantém um falar característico porque aprendeu a falar assim e, dessa forma, em um acordo tácito entre os seus, exercitam essa maneira de falar. Motivo de críticas para alguns, de pesquisa para outros, na verdade nada mais é do que um vestígio da representação do imaginário popular que propaga o que um dia lembra ter ouvido alguém dizer que ouviu.

A Antropologia pode nos ajudar a compreender as necessidades do homem social de construir a sua história e de propagá-la pela faculdade da linguagem. E se é a linguagem que nos torna humanos e diferentes, resgatar a linguagem falando da linguagem parece-nos mais do que uma metalinguagem, mas um olhar do homem para dentro de si mesmo e de sua humanidade. Talvez

a persistência da memória, na língua ou na ênfase nos fatos da língua, se explique pela necessidade humana de estar imersa na linguagem. Nesse sentido podemos nos reportar à idéia de *mythos* em seu sentido primitivo, perdido e desqualificado no tempo, conforme recorda Brandão (1998, p. 36), “dizer a lembrança” (...) “Aquilo que sem ler do escrito eles lembram e sabem, por lembrar as lembranças do que compartilham”.

Guimarães (1979, p. 55) diz que a tarefa do lingüista é a de ligar um enunciado produzido em uma situação particular ao seu sentido ou sentidos possíveis nesta situação. Vogt (1980, p. 78) destaca que falar é assumir um comportamento governado por regras e o trabalho do lingüista, é, pois, o de estabelecer que regras são determinantes desse comportamento.

Há uma relação significativa que liga o significante ao significado, convencional e historicamente motivada. Essa relação não é apenas arbitrária, mas torna-se necessária à medida que é determinada e mantida pela finalidade para a qual existe e em função da qual, em princípio, deve ser respeitada por todos os membros da comunidade lingüística em que ela se observa. Afirmando esta particularidade da relação que une entre si os dois termos do signo, há que se considerar o fato fundamental de que a linguagem se realiza em sociedade, de que sua função primeira é a comunicação e, finalmente, de que, para se realizar, é indispensável que os indivíduos que entre si se comunicam respeitem as relações estabelecidas entre um dado significante e um dado significado, constituindo entre eles um acordo tácito, ou seja, que todos dêem os mesmos nomes às mesmas coisas.

A linguagem exige e pressupõe o outro e a partir daí a linguagem é dada com a sociedade, que, por sua vez, só se sustenta pelo uso comum dos signos de comunicação pelos seus elementos. Assim, cada uma dessas duas entidades implica a outra, conforme nos lembra Benveniste (1989, p. 95).

A língua considerada somente como meio de análise da sociedade será tomada para esse fim em sincronia com a sociedade numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado. A língua é, em primeiro lugar, o interpretante da sociedade; em segundo, ela contém a sociedade. A segunda proposição é justificada pela primeira. Empiricamente podemos observar que é possível isolar a língua, estudá-la e descrevê-la, por ela mesma, sem que seja necessário se referir a seu emprego na sociedade ou a suas relações com as normas e as representações sociais que formam a cultura. De outro lado, é impossível descrever a sociedade, sua cultura, prescindindo de expressões lingüísticas. Nesse sentido a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por essa (BENVENISTE 1989, p. 96-7).

O que atribui à língua essa posição de interpretante é que, em virtude de sua própria estrutura, ela se apresenta como o instrumento de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade, porque está investida de propriedades semânticas e porque funciona como uma máquina de produzir sentido. A língua permite a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas, cuja propriedade única se deve à sua estrutura composta de signos, de unidades de sentido, numerosas, mas finitas, que entram em combinação ao serem regidas por um código e que permitem um número cada vez maior de

mensagens, já que o efetivo dos signos aumenta sempre e as possibilidades de utilização e combinação desses signos aumentam conseqüentemente.

Todavia, há que se considerar que as palavras não têm realidade fora da produção lingüística, pois elas existem nas situações nas quais são usadas, daí a importância do contexto para a construção do sentido. Robin (1977, p. 88), destacando as diferenças entre um enunciado e um discurso, afirma que o discurso é sempre relacionado às suas condições de produção.

Cabe aqui uma consideração: a de que cada um fala a partir de si. Para cada falante, o falar emana dele e retorna a ele; cada um se determina como sujeito com respeito ao(s) outro(s). A língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Fornece o instrumento lingüístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável entre o eu e o não-eu apresentada na língua pelos pronomes.

A inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais determina os modos de enunciação.

O sentido, por sua vez, é construído no espaço entre, por meio de mediações simbólicas compartilhadas (conceitos, jogos de linguagens, formas instituídas). A linguagem também descreve e relaciona, não apenas designa ou representa, funciona como um modo de estar no mundo, de se constituir como um indivíduo e de se sentir integrante de uma comunidade. Assim, para estar com o outro há que se objetivar a subjetividade pela linguagem. Viver em sociedade é organizar as diferentes objetividades.

O eu se constrói em colaboração, é o que enfatiza Bakhtin (1992, p. 28), quando diz que nossa identidade se forja no intercâmbio de linguagem com outros, à medida que começamos a nos ver pelos olhos de outros.

Enfim, não há como pensar a linguagem e seus sujeitos independentes das inferências históricas, sociais, étnicas, estéticas, psicológicas, econômicas, sociológicas, assim como não se pode pensar os sujeitos deslocados de sua identidade, construída na pela linguagem.

Para Andrade (2000, p. 142)

o processo identitário é, ao mesmo tempo, individual e social e supõe uma interestruturação entre a identidade individual e a identidade social dos atores sociais, em que componentes psicológicos e sociológicos se articulam organicamente. Os indivíduos se integram em diferentes grupos sociais, assumindo diferentes identidades coletivas, identificando-se com esses grupos, tendo o sentimento de a eles pertencerem, mas simultaneamente, tendem a diferenciar-se, tornando-se autônomos e afirmando-se como indivíduos, como sujeitos, como autores sociais.

O processo representativo é, simultaneamente, individual e social. A interestruturação desses dois níveis se dá por meio da integração do sujeito nos diferentes grupos sociais com os quais ele se confunde, ao mesmo tempo que se diferencia, tornando-se indivíduo.

Com Goffman (1988, p. 64) ponderamos sobre o fato de que as sociedades se estruturam sobre valores e regras, de forma a acomodar hierarquicamente os diversos grupos que nela coexistem. Se “o outro e o mesmo são uma construção recíproca que se desvela ao longo de situações históricas”, conforme afirma Arruda, (1998, p. 18), entendemos que a noção de sujeito não pode estar dissociada do contexto social. Por essa razão, buscamos na teoria das Representações Sociais, proposta pelo psicólogo francês Serge Moscovici, em

1961, cujo conceito surge do olhar psicossocial à realidade, o que implica a consideração de aspectos individuais e coletivos do conhecimento social, ou seja, o sujeito se constitui nas relações sociais e esse fato ocorre por meio da linguagem (MOSCOVICI, 1963, p. 41).

Assim, a identidade social aparece como um aspecto da identidade pessoal. O que constitui, para Santos (2000, 64), um paradoxo, pois, se, por um lado, reporta à idéia de unicidade e especificidade (o que é único, singular), ao mesmo tempo traz a noção de semelhança (o que é igual ao outro).

Nesse sentido, a linguagem de um grupo, como marca de identidade, pode, ao mesmo tempo em que comporta a idéia de pertencimento, de agregação, comportar também a idéia de estigma, se o indivíduo se sente socialmente estigmatizado.

Quando uma criança começa a falar, ela não aprende apenas um idioma. Ela aprende a variedade específica do idioma falada por seus pais. A adoção de uma variedade lingüística específica tem a função de marcar a inclusão de um indivíduo no grupo social para o qual ele pertence e de dar identidade aos membros desse grupo específico, assegura-nos Massini-Cagliari (2004, p. 14). Como falantes nativos do português, nós aprendemos distinguir as variações dessa língua e as aceitamos como pertencentes à Língua Portuguesa, assim como sabemos distinguir expressões típicas da fala de pessoas mais jovens daquelas empregadas pelos mais idosos e, de igual modo, reconhecemos as expressões que são específicas a uma determinada situação, pois, conforme explicita Massini-Cagliari (2004, p. 15), falar o português, nesse sentido, não só é

saber regras que existem exclusivamente no idioma aprendidas de escola. Saber um idioma, portanto, é também saber suas variedades.

A língua varia no tempo, no espaço geográfico, no espaço social e de uma situação comunicativa para outra. Pode-se afirmar, assim, que coexistem várias “línguas portuguesas”, cada uma das quais é uma variedade do português.

Cada variedade da língua é, em princípio, um código, com seus elementos e regras, por maior que seja a semelhança entre esses códigos. Contudo, a tarefa de isolar e descrever tais variedades não é tão simples como possa parecer, à primeira vista, porque não há fronteiras rígidas entre elas. E, conforme lembra Oliveira (1999, p. 65), haverá sempre um componente de arbitrariedade em qualquer divisão que se faça. Entretanto, a descrição lingüística não pode prescindir de tais divisões.

Como exemplo, Oliveira (1999, p. 66) cita o fato de a migração de trabalhadores de baixo nível salarial de uma região pobre para um grande centro poder se transformar em um dialeto geográfico em social assim como o código usado pelas gerações mais velhas e aquele empregado pelas mais jovens serem, na verdade, variedades diacrônicas muito próximas. Além do fato de muitos elementos e regras do registro informal utilizados pela camada culta da população ocorrerem também nos dialetos sociais das camadas ditas “incultas”, acrescentando que tende a existir, também, certa correlação entre escrita e formalidade, por um lado, e entre informalidade e fala, por outro.

Oliveira (1999, p. 67) explica que esse entrecruzamento de dimensões vem dificultar o estabelecimento de limites precisos entre a coordenada social e a geográfica, entre a etária e a diacrônica, entre dialetos sociais e variações de uso

(ultraformal, formal, semiformal e informal) ou ainda entre as dicotomias formal versus informal e escrito versus falado.

Uma outra faceta da complexidade do problema, que, de certo modo está interrelacionada à questão da constituição da identidade lingüística, umbilicalmente ligada à identidade do indivíduo, é o sentido de pertencimento à comunidade. O mineiro e o gaúcho, embora usem o mesmo código, falam a mesma língua, porque se consideram membros da mesma comunidade lingüística, pois, conforme lembra Oliveira (1999, p. 67) mesmo que existam várias “línguas” portuguesas como códigos, há um e somente um português como instituição social.

Toda língua encerra uma forma de ver o mundo e um conjunto de conhecimentos imprescindíveis para sobreviver dentro do seu mundo cultural. A conservação de um idioma significa muitas vezes a própria sobrevivência física de forma idêntica. É por isso que a sociolingüística estuda as variações lingüísticas em relação com as variações sociais identitárias (classe, etnia, idade, gênero). A linguagem, conforme nos assegura (Burke, 1984, p. 41), é o maior e mais importante código simbólico humano, que permite a abstração. Está interligada com o contexto social. E isso significa que o fato lingüístico não é produzido no vazio, mas na sociedade na qual se insere.

O conhecimento de mundo é determinado pela expressão que cada indivíduo recebe e a linguagem, como reprodutora desse mundo, o submete à sua própria organização. É a inteligência que possibilita ao indivíduo colher, recolher e reunir os dados oferecidos pela percepção, imaginação, memória e linguagem, formando redes de significações com as quais organiza e ordena o mundo,

recebendo e dando um sentido a ele e fazendo-se conhecer por meio do recurso dos signos da língua, com os quais o indivíduo promove o agenciamento sintagmático.

A língua, no interior da sociedade, pode ser encarada como um sistema produtivo, pois ela produz sentidos, graças à sua composição de significação e graças ao código que condiciona este arranjo. E é neste prisma que a linguagem do grupo, objeto deste estudo, deve ser encarada. Não como algo estanque, pronto, acabado e imutável, mas como uma reflexão da estrutura de uma língua viva, cotidiana, que serve a toda uma sociedade. Sociedade esta que a condiciona e estabelece como patrimônio sócio-cultural.

Língua e sociedade, contudo, não são isomórficas; suas estruturas e variações são independentes. Alguns autores, no entanto, afirmam que a língua é o espelho da sociedade, que ela reflete sua cultura, sua estrutura social em suas particularidades e suas variações. Benveniste (1989, p. 95) pondera, reiterando a afirmação de que língua e sociedade não são grandezas isomórficas, que não se podem conciliar esses dois pontos de vista e que a idéia de procurar entre estas duas entidades relações unívocas que fariam corresponder tal estrutura social a tal estrutura lingüística seria demonstrar uma visão simplista das coisas.

É mister estabelecer a distinção entre as acepções dos termos língua e sociedade para se evitar confusões. Existe a sociedade como dado empírico, histórico (a sociedade chinesa ou francesa, por exemplo) e de outra parte, existe a sociedade como coletividade, como base primeira da existência dos homens. De forma análoga existe a língua como idioma empírico, histórico (a língua chinesa e a francesa) e existe a língua como sistema de formas significantes,

condição primeira de comunicação. Percebe-se, então, dois níveis, em cada uma das entidades: um histórico, outro fundamental.

Benveniste (1989, p. 96) mostra, com esse exemplo, que entre uma língua histórica e uma sociedade histórica, não se pode estabelecer correlação como um signo de necessidade; mas pode-se perceber homologias num nível fundamental. Nesse nível, alguns caracteres são comuns, tanto língua quanto sociedade são para os homens realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza, o meio natural e a expressão natural, coisas, segundo esse lingüista, que não podem ser concebidas como outras que não são e que não podem ser imaginadas como ausentes. Ambas são herdadas e não se imagina que tenha existido nesse nível um começo tanto em uma, quanto em outra. Nem uma nem outra podem ser mudadas pela vontade dos homens. O que pode mudar efetivamente pela história são as instituições, às vezes a forma inteira de uma sociedade particular, mas nunca o princípio da sociedade, que é o suporte e a condição da vida coletiva e individual. Da mesma forma o que muda na língua são as designações, que se substituem e são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua. Essa mudança se dá em razão da diversificação constante, das crescentes atividades sociais que exigem designações novas. A língua tem uma dupla natureza profundamente paradoxal: é ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Essa dualidade se reencontra em todas as propriedades da linguagem.

Há que se estabelecer, portanto, a relação que existe entre o pensamento e a realidade, considerando que este é traduzido pela linguagem. Pode-se afirmar que toda atividade mental só pode ocorrer no âmbito de uma língua. É impossível

conceber a atividade intelectual de uma dada sociedade separada da linguagem. Nesse ponto a Lingüística e a Antropologia se encontram.

Dentro desse contexto, podemos definir a linguagem como uma instituição sócio-cultural exclusivamente humana, a base da sociedade, nossa via de acesso ao mundo e ao pensamento. É constituída por quatro fatores fundamentais: os fatores psíquicos, que condicionam e possibilitam a sua realização pelo falar, escutar, escrever e ler; os fatores sócio-culturais, que definem e delimitam as línguas de acordo com a cultura e as sociedades que as organizam, ou correspondem a estágios diferentes em uma mesma sociedade; os fatores psicológicos, que suscitam em nossas mentes a necessidade de informação e de comunicação e definem nossa predisposição artística, científica, filosófica, estabelecendo nossa performance lingüística e, ainda, os fatores lingüísticos que organizam e estruturam o funcionamento da linguagem, determinando nossa competência e nossa performance, enquanto seres capazes de criar e compreender significações (CHAUI, 1995, p. 150).

A linguagem pode ser traduzida por uma relação ternária em que a realidade, o mundo ou nossas idiossincrasias são remetidas a um sentido ou significação pelo uso de uma palavra ou signo. Esta relação é, por sua vez, cíclica: as significações são representadas por novas expressões lingüísticas, a “linguagem” articula novas significações e interpreta a realidade de maneiras novas, num continuum.

### 3.2 Antropologia Lingüística

Não há como entender a linguagem de um povo, ou de um indivíduo separando-a do ambiente cultural em que se desenvolve. Assim, conforme afirma Duranti (2001, p. 41), se quisermos compreender o papel da língua na vida das pessoas, precisamos ir além do estudo de sua gramática e entrar no mundo da ação social, onde as palavras são encaixadas e constitutivas de atividades culturais específicas.

Buscamos em Duranti (2001, 42) a definição de Antropologia Lingüística, que, assim como outras Ciências, dedica-se ao estudo do papel das línguas e da faculdade lingüística dos indivíduos, uma vez que essa faculdade é medida culturalmente.

Para essa ciência, a mensagem lingüística só pode ser entendida no contexto em que é produzida e interpretada. Assim, o estudo da linguagem contextualizada abre margem para a análise além da estrutura lingüística.

O termo Antropologia Lingüística, embora apareça na literatura desde 1870, só é disseminado a partir de 1964, com a publicação da coletânea de Dell Hymes que inclui artigos cujos autores não se denominavam antropólogos lingüistas como Mauss, Meillet, Lévi-Strauss, Bloomfield.

Esse termo é tido como sinônimo para Lingüística Antropológica, Sociolingüística e Etnolingüística, uma vez que todas abarcam dois grandes campos como a Lingüística e a Sociologia. As fronteiras entre essas ciências são linhas tênues, pois suas interações também contribuem para melhor definir o que seja Antropologia Lingüística.

Para Duranti (2001), a diferença entre os termos está muito mais relacionada a histórias, identidades e interesses teóricos diferentes, do que propriamente com os campos dessas ciências em si. Duranti (2001), apoiando-se em Foley (1997), entende como Lingüística Antropológica o sub-campo da Lingüística que se preocupa com o lugar da linguagem em seu contexto social e cultural mais amplo, em sua preocupação em avançar e sustentar as práticas culturais e as estruturas sociais.

As pesquisas acadêmicas desenvolvidas por Sapir e seus discípulos e os trabalhos de documentação das estruturas gramaticais das línguas indígenas americanas e outras línguas ágrafas fizeram com que antropólogos se dedicassem a aproximar as fronteiras dessas duas ciências. Assim, os chamados lingüistas antropólogos se ocupavam da linguagem como meio pelo qual os mitos e narrativas históricas pudessem tomar forma, encarando o uso da língua como uma janela para a cultura.

Também os estudos de John Gumperz e Charles Ferguson, a investigação da variação dialetal e contato lingüístico no Sul da Ásia, e a “etnografia da fala” desenvolvida por Hymes, posteriormente renomeada para “etnografia da comunicação”, deram forma a esse campo de estudos que atualmente tem desenvolvido uma identidade intelectual própria.

Assim, a Antropologia Lingüística é um campo interdisciplinar que se baseia em várias outras disciplinas independentemente estabelecidas, mas especialmente nas disciplinas das quais tira seu nome: a Antropologia e a Lingüística.

Ela parte do princípio de que as palavras são importantes e de que os signos lingüísticos nunca são neutros, mas usados para a construção de afinidades e diferenciações culturais realizadas nas comparações. O trabalho dos antropólogos lingüistas é verificar que as diferenças não estão apenas nos códigos simbólicos que as representam. O que está em questão não são apenas os traços lingüísticos que distinguem um som de outro, uma palavra de outra, ou diferentes formas de se dizer a mesma coisa, mas como essas diferenças ocorrem nos atos concretos de fala, na mistura de palavras com ações e na substituição de palavras pela ação. Dessa forma, o trabalho dos antropólogos lingüistas está, também, na maneira em que as palavras são enunciadas numa dada ocasião e o que representam para enunciadores e pesquisadores. Ou seja, as questões culturais são colocadas como ponto chave, assim, estabelece-se a impossibilidade de uma Antropologia sem o estudo da linguagem, posto que a linguagem é considerada como o sistema cultural mais sofisticado disponível às sociedades humanas e a seus membros.

### 3.3 Variação lingüística

#### Noturno de Belo Horizonte

Que importa que uns falem mole  
descansado  
Que os cariocas arranhem os erres na  
garganta  
Que os capixabas e paroaras escancarem  
as vogais?  
Que tem em si os quinhentos réis  
meridional  
Vira cinco tostões do Rio pro norte?  
Juntos formamos este assombro de  
misérias e de grandezas,  
Brasil, nome de vegetal!...

(Mário de Andrade, 1972, p. 99)

É pela linguagem que o indivíduo define sua identidade cultural e o seu *status* social, pois o indivíduo e a sociedade se determinam mutuamente na língua e pela língua. Os falantes de outro grupo social também têm seu modo de se comunicar adquirido por influência de aspectos geográficos, históricos e sociais de sua comunidade. Ocorre, então, uma variação de linguagem, ou seja, maneiras diferentes de dizer a mesma coisa, o que constitui o objeto de estudo da sociolingüística. Considerando que nenhuma língua natural humana é um sistema em si mesmo homogêneo e invariável é que se consubstancia o fenômeno da variação.

Conforme Dubois et. al. (1993, p. 609) “chama-se variação o fenômeno no qual, na prática corrente, uma língua determinada não é jamais, numa época, num lugar e num grupo social dados, idêntica ao que ela é noutra época, em outro lugar e em outro grupo social.”

A natureza variável da língua é um pressuposto fundamental para a Sociolingüística, que orienta e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento lingüístico, considerando que as diferenças lingüísticas, observáveis nas comunidades em geral são vistas como um dado inerente ao fenômeno lingüístico. A não-aceitação da diferença é responsável por inúmeros preconceitos sociais e, nesse aspecto, o preconceito lingüístico tem um efeito particularmente nefasto, uma vez que a sociedade reage de maneira particularmente consensual quando se trata de questões lingüísticas.

Todavia, há que se ponderar que, assim como não existem línguas inferiores, não existem variedades lingüísticas inferiores, pois as línguas não são

homogêneas e a variação observável em todas elas é produto de sua história e do seu presente e da necessidade e viabilização no seio de uma dada comunidade.

Nesse sentido, lembramos o que diz Alkmim (2001, p. 41):

A rejeição a certas variedades lingüísticas concretizadas na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e de usos vocabulares, é compartilhada sem maiores conflitos pelos não especialistas em linguagem. O senso comum opera com a idéia de que existe uma língua – o bem social a disposição de todos – que é adquirida distintamente, em função de condições diversas, pelos falantes. Na realidade, existe sempre um conjunto de variedades lingüísticas em circulação no meio social. Aprende-se a variedade a que se é exposto, e não há nada de errado com essa variedade. Os grupos sociais dão continuidade à herança lingüística recebida. Nessa direção, é necessário admitir que os grupos localizados na classe popular não adquirem a língua de uma forma imperfeita e assim não deturpam a língua comum.

Vista nessa perspectiva, a homogeneidade lingüística pode ser considerada um mito, que pode apresentar conseqüências graves no contexto social. Esse mito, conforme pondera Massini-Cagliari (2004, p. 14), decorre do fato de que não há nenhum problema aparente de compreensão mútua na comunicação cotidiana entre falantes de variedades diferentes do português brasileiro.

Uma comunidade lingüística pode ser definida como tal se seus membros compartilham ao menos uma variedade de língua e também normas de uso correto, uma comunicação intensiva entre eles, repertórios verbais ligados a papéis e unificados por normas, enfim uma integração simbólica no interlocutor do grupo ou do sub-grupo de referência. É possível constatar em qualquer comunidade de fala, a coexistência de um conjunto de variedades lingüísticas. Essa coexistência não acontece no vácuo, mas sim, no universo das relações

sociais determinadas pela da estrutura política de cada comunidade. Assim, na realidade objetiva da vida social, existe sempre uma ordenação valorativa das variedades lingüísticas utilizadas, refletindo a hierarquia que constitui os grupos sociais. Por isso, em todas as comunidades, ocorrem variedades lingüísticas que são tidas como superiores ou inferiores.

Nesse sentido, lembremos Gnerre (1995), quando afirma que uma variedade lingüística vale o que valem na sociedade os seus falantes. Para esse lingüista, uma variedade lingüística vale como reflexo do poder e da autoridade que seus integrantes têm nas relações econômicas e sociais.

Isso explica a ocorrência de variedades de prestígio e de variedades não prestigiadas na sociedade de forma geral, pois a variedade padrão é a variedade lingüística que mais apresenta valor na esfera social, cujo prestígio torna-se evidente no interior de uma comunidade, uma vez que a língua padrão apresenta uma enorme importância em uma sociedade como a qual pertencemos.

Para a lingüística, toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, pois representa um sistema completo que permite a um povo sempre expressar o universo físico e simbólico em que vive. Entretanto, a avaliação social das variedades lingüísticas constitui um elemento perceptível em qualquer comunidade da fala. Apesar de essa afirmação carecer de fundamentação científica, é comum ouvir falar em línguas simples, inferiores, primitivas.

A linguagem é a faculdade que, definitivamente, diferencia o homem dos outros animais. A linguagem é o que nos faz humanos. Todavia, é muitas vezes pela linguagem que o homem é discriminado pelos seus próprios semelhantes. Falar diferente dos demais não significa ser diferente. E, se vivemos em uma

época em que se prega a inclusão, o primeiro sinal a ser aberto, no sentido da não exclusão, é a aceitação da variante lingüística adotada pelo falante.

A Sociolingüística se ocupa da variação social da língua e denomina variação sócio-cultural as variações lingüísticas geradas por influência das condições sociais dos falantes. Tem como tarefa revelar, na medida do possível, a co-variação entre os fenômenos lingüísticos e sociais e, eventualmente, estabelecer uma relação de causa e efeito, conforme definem Dubois et al. (1993, p. 561). Mas é na sociolingüística interacional que vamos encontrar respaldo ao nosso pensamento de inclusão, tomando a linguagem como condutor essencial do homem na sociedade, pois essa ciência tem encontrado nos estudos de tradição antropológica, como a etnografia da fala, critérios mais precisos para o estabelecimento de indicadores culturais na elaboração do perfil sociocultural de determinado grupo social. A importância social do processo comunicativo nas sociedades urbanas e industriais é revelado pela habilidade do falante na condução dos atos conversacionais e na sua adaptação às diversas situações de fala.

Em geral os critérios que determinam os padrões de uma língua se estabelecem principalmente pela ação da escola e dos meios de comunicação, levando os falantes de um idioma a aceitar como “certo” o modo de falar do segmento social mais privilegiado, tanto no aspecto econômico como no cultural. Com o tempo, a maneira segundo a qual esse grupo utiliza a língua vai se impondo como um padrão da gramática normativa para estabelecer conceitos de “certo” e “errado”.

Se o princípio de inclusão considera basicamente a diversidade humana, há que se considerar as diversas formas de manifestação de uma mesma língua, a variação lingüística, como uma forma de manifestação humana.

Ecoando Tarallo (1986, p. 19), que afirma ser a língua falada o:

(...) veículo de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face. É a língua que usamos em nossos lares ao interagir com os demais membros de nossas famílias. É a língua usada nos botequins, clubes, parques, rodas de amigos; nos corredores e pátios das escolas, longe da tutela dos professores. É a língua falada entre amigos, inimigos, amantes e apaixonados. Em suma, a língua falada é o vernáculo: a enunciação e expressão de fatos, proposições, idéias (o que) sem a preocupação de como enunciá-los.

E lembrando Sapir (1971, p.44), para quem a língua sofre a influência do ambiente em que se acham os seus falantes, desde que as forças sociais atuem sobre o ambiente físico fazendo com que esse se reflita na língua, verificamos que há uma correlação constante entre língua e cultura.

O homem vê o mundo por meio de sua cultura, assim, tende a considerar correto e mais natural o seu modo de vida, por isso tem o costume de discriminar os que são diferentes, afirma Laraia (1996, p. 75). Mas a cultura de um grupo também pode ser difundida a outro e essa difusão torna-se possível pela língua de uma dada comunidade.

Assim, o ambiente social, característico de um grupo, reflete-se em grande parte na língua, uma vez que a maioria dos elementos que constituem os elementos físicos se encontra distribuídos no tempo e no espaço, de maneira que a variabilidade de colocação dos materiais léxicos não encontra limites de combinação quando se considera a língua falada.

Halliday (1979, p. 111) define dialeto como "uma variedade de uma língua diferenciada de acordo com o usuário: grupos diferentes de pessoas no interior da comunidade lingüística falam diferentes dialetos".

Preti (1982, p. 43) assegura que as "leis" lingüísticas (normas), fixadas na consciência coletiva dos falantes, são ideais para atender às necessidades de comunicação dos grupos sociais.

Ao hierarquizar a norma lingüística, Preti (1982, p. 55) insere entre a norma culta ou padrão e a norma popular ou sub-padrão, a norma comum, hipotética, que comportaria uma combinação das regras da gramática culta com o popular. Segundo Preti, a norma comum seria mais distensa do que a culta, porém, mais contida e menos livre do que a popular.

Recorremos a Lyons (1987, p. 245) para estabelecer a relação entre a sociolingüística e a etnolingüística e, assim, apontar nossa compreensão do que seja variação lingüística ou dialeto. Reportando-se a Hudson (1980, p. 1), Lyons define a sociolingüística como "o estudo da linguagem em relação à sociedade", acrescentando que a maioria dos especialistas rejeita essa definição por considerá-la muito ampla, e a etnolingüística é definida nessa mesma linha como sendo o estudo da linguagem em relação à cultura, cujo termo é considerado no mesmo sentido empregado pela antropologia e pelas ciências sociais de um modo geral.

Tomemos, pois, esse sentido para nos referir ao nosso ponto de enfoque neste trabalho, e, daí, partiremos para nossa definição de variação. Outra vez ancoraremos nossa conceituação em Lyons (1987, p. 265-6).

A Antropologia brasileira cresceu com os trabalhos de campo desenvolvidos nas sociedades indígenas. A partir daí, outras minorias étnicas, representadas por vários grupos formados pelas correntes imigratórias, passaram a ser objeto de interesse de pesquisas. Paulatinamente, pesquisas orientadas para alguns aspectos da sociedade rural, ou com ênfase em questões religiosas, despontaram como indicativo de um interesse pelo estudo da própria sociedade nacional.

Nos anos 70, intensificou-se o interesse pelo estudo da própria sociedade, incluindo-se a vida urbana. As Ciências Sociais e a própria Antropologia passaram a considerar essa vertente, tendo em Roberto Da Matta seu precursor. Esse antropólogo estimulou muitos pesquisadores a buscar próximo de suas origens seu objeto de estudo e sem necessariamente ter que realizar um longo deslocamento, tanto no plano espacial como cultural, para realizar suas pesquisas.

A Sociolingüística pode ser conceituada como uma ciência que trata da relação língua-sociedade e, se entendida como uma teoria lingüística que busca o que de social e constitutivo da linguagem não pode prescindir da reflexão sobre a ação social, pois não se pode estudar o ato lingüístico sem estudar o ato social em geral. A competência lingüística, conforme assegura Orlandi (1979, p. 43), inclui muitos outros fatores que não os estritamente lingüísticos. Nesse ponto, a Lingüística e a Sociologia se encontram, o que se estende à Sociolingüística e à Antropologia.

A Sociolingüística também se preocupa com as minorias étnicas. Assim, a busca da descrição científica dos aspectos culturais e lingüísticos dessas minorias

se apresenta como uma perspectiva que vislumbra transpor barreiras lingüísticas que interferem na integração de uma comunidade.

Bortone (1996, p. 387) apresenta a Sociolingüística Interacional como uma linha que tem encontrado nos estudos de tradição antropológica, como a etnografia da fala, critérios precisos para o estabelecimento de indicadores culturais na elaboração do perfil sócio-cultural de determinado grupo social. Acrescenta essa autora que os dialetos não-padrões, nas sociedades estratificadas em classes, são considerados inadequados, mal estruturados e até ilógicos e que essas atitudes não são lingüísticas, mas sociais e se baseiam em critérios culturais e não em conhecimentos lingüísticos.

Gumpers (1989, p. 7) afirma que a identidade social e étnica é estabelecida e mantida, em grande parte, pela língua no seu aspecto discursivo. Assim, para tratar dos problemas de identidades e das divisões sociais, políticas e étnicas nós precisamos analisar os mecanismos comunicativos nos quais eles surgiram.

Labov (1972, p. 40) define a comunidade lingüística como um grupo de pessoas que compartilham um conjunto de normas comuns com respeito à linguagem e não como um grupo de pessoas que falam do mesmo modo. Eis porque assegura que conhecer uma língua não é apenas conhecer formas engendradas pela gramática, mas também o valor atribuído a elas.

Para Himes, (1984, 135) a etnografia do discurso deve voltar-se para o trabalho de campo, pois os usos e as situações do discurso formam um verdadeiro sistema cultural, cuja definição é imperiosa. Há que se preencher, portanto, a distância entre o que descreve a etnografia e o que descrevem os dicionários e as gramáticas.

Tarallo (1986, p. 8) chama de variantes lingüísticas “as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. É necessário observar que, na mesma trilha de Tarallo, Lemle (1978, p. 85) já definia as variantes por relações: padrão versus não-padrão. A variante padrão, segundo esses autores, situa-se como tal em razão do prestígio sociolingüístico que goza na comunidade e é, em geral, conservadora. As variantes tidas como não-padrão são, de um modo geral, estigmatizadas pelos membros da comunidade.

Essas variantes são também chamadas de dialeto; cumpre-nos estabelecer essa terminologia, lembrando Romaine (1994, p. 1), quando afirma que as noções de língua e dialeto são fundamentalmente sociais e não lingüísticas. Para essa autora, o termo dialeto geralmente tem sido usado para se referir a uma variedade subordinada do idioma.

Em Português, o dialeto corresponde a uma variedade da língua, enquanto em outras línguas como a chinês, por exemplo, o dialeto equivale a uma outra língua, uma vez que tem o seu próprio sistema léxico, sintático e fonético; entretanto, não é considerado como tal por não ter adquirido o *status* cultural e social, e, portanto, não ter sido oficializado como uma língua.

A heterogeneidade lingüística, no âmbito de um vasto e diversificado país como o Brasil, é, segundo Lemle (1978, p. 61), um fato natural, e, por isso mesmo, inevitável, que decorre da própria heterogeneidade social, devido aos diferentes graus de coesão interna e contato inter-grupal das diversas sub-comunidades que constituem essa nação.

Todavia, consoante o que nos assegura Massini-Cagliari (2004 p. 15-16), geralmente, os brasileiros assumem que no Brasil se fala uma variedade única do idioma português e que, de acordo com essa percepção, o Brasil é um país sem qualquer problema lingüístico. Essa percepção do idioma por brasileiros só pode ser considerada correta, afirma essa lingüista, se levarmos em conta que quase todos podem se comunicar em português dentro do território brasileiro, onde não há nenhum problema aparente de inteligibilidade mútua em comunicação cotidiana entre locutores de variedades diferentes de português brasileiro, diferentemente do que acontece a variedades de outros idiomas, como italiano, chinês e inglês. Essa autora acrescenta que também estará correto esse entendimento se comparamos o Brasil com países onde há o bilingüismo ou multilinguismo oficial, em que dois ou mais idiomas são considerados idiomas oficiais da nação e onde uma parte considerável da população se constitui de falantes ativos de mais de um idioma.

Assim, conforme Massini-Cagliari (2004 p. 16), realmente, pode-se considerar que, no Brasil, a maioria da população é constituída de falantes portugueses monolíngües, e a maioria deles não fala um segundo idioma. Todavia, pondera essa autora, essa percepção do mundo lingüístico brasileiro também pode ser considerada errada se nós ancorarmos no fato de que, apesar de as mídias (principalmente a televisão, rádio e jornais) sempre difundirem a idéia de que o Brasil é um gigante lingüisticamente homogêneo, essa impressão não corresponde à realidade, pois o português não é, de fato, a única língua falada no Brasil.

Massini-Cagliari (2004 p. 16), lembra que, historicamente, o português brasileiro é relativamente uma variedade recente do português de Portugal e que, devido ao isolamento geográfico ou social, não houve bastante tempo para o aparecimento de dialetos distintos com *status* de línguas reconhecidas como diferentes ou de dialetos cuja inteligibilidade mútua não seja possível. Afirmar também essa autora que, embora a maioria de brasileiros seja monolíngüe, não é verdade que o Brasil seja um país monolíngüe. Massini-Cagliari (2004, p.16) reporta-se a dados recentes que estimam cerca de 200 idiomas diferentes, falados dentro do território brasileiro, sendo aproximadamente 170 idiomas indígenas, enquanto os outros são principalmente de origem européia ou asiática.

Por esse prisma, o Brasil deve ser considerado uma nação multilíngüe, como 94% dos países no mundo, como destaca Oliveira (2002, p. 83-84), para quem as razões pelas quais prevalece ainda um falso conceito da situação lingüística brasileira são basicamente três: ignorância da verdade, negligência à verdade como resultado de uma política que intencionalmente projeta uma idéia conveniente de um país monolíngüe, ou simplesmente puro preconceito lingüístico.

### **3.4 A Sociolingüística Variacionista**

A Sociolingüística se ocupa da variação social da língua e denomina variação sócio-cultural as variações lingüísticas geradas por influência das condições sociais dos falantes. Tem como tarefa revelar, na medida do possível, a co-variação entre os fenômenos lingüísticos e sociais e, eventualmente,

estabelecer uma relação de causa e efeito, conforme define Dubois et al. (1993, p. 561).

Um dos modelos metodológicos de análise propostos pela Sociolingüística foi iniciado por Willian Labov e apresenta-se como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo. Conforme garante Tarallo (1986, p. 7), foi Labov quem mais veementemente insistiu na relação intrínseca entre língua e sociedade e na possibilidade de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada.

A Sociolingüística tem por objeto de estudo os padrões de comportamento lingüístico, observáveis dentro de uma comunidade de fala e os formaliza analiticamente por meio de um sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis.

Esse modelo visa a responder a questão central da mudança lingüística a partir de dois princípios teóricos fundamentais: primeiro, o sistema lingüístico que serve a uma comunidade heterogênea e plural deve ser também heterogêneo e plural para desempenhar plenamente as suas funções; rompendo-se assim a tradicional identificação entre funcionalidade e homogeneidade; segundo, os processos de mudança verificados em uma comunidade de fala se atualizam na variação percebida em cada momento nos padrões de comportamento lingüístico observados nessa comunidade, considerando que, se a mudança implica necessariamente variação, a variação não implica necessariamente mudança em curso (LABOV, 1966, 1972).

Um estudo sociolingüístico visa à descrição estatisticamente fundamentada de um fenômeno variável, tendo como objetivo analisar, apreender e sistematizar

variantes lingüísticas usadas por uma mesma comunidade de fala. Para tanto, calcula-se a influência que cada fator, interno ou externo ao sistema lingüístico, possui na realização de uma ou de outra variante.

Desse modo, a análise sociolingüística tenta estabelecer a relação entre o processo de variação que se observa na língua em um dado momento (sincronicamente) com os processos de mudança que estão acontecendo na estrutura da língua ao longo do tempo (diacronicamente).

Os processos de mudanças atuais que ocorrem na comunidade de fala são essenciais para a Sociolingüística. Segundo Labov, (1972, p. 41), para esse modelo teórico-metodológico, comunidade de fala é entendida como um grupo de pessoas que compartilha traços lingüísticos que distinguem seu grupo de outros; comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente, partilha normas e atitudes diante do uso da linguagem.

A Sociolingüística Variacionista é também denominada de Teoria da Variação e, para os sociolingüistas, nas comunidades de fala, freqüentemente, existirão formas lingüísticas em variação, isto é, formas que estão em coocorrência (quando duas formas são usadas ao mesmo tempo) e em concorrência (quando duas formas concorrem). Dessa forma, reconhecendo a existência da heterogeneidade lingüística como um fator inerente à comunidade de fala, a Sociolingüística entende que não existe um caos lingüístico e que não há supremacia de uma variante sobre outra, e que, a seu modo, todas as línguas e variantes são complexas.

A análise sociolingüística é orientada para as variações sistemáticas, inerentes ao seu objeto de estudo, concebidas como uma heterogeneidade

estruturada, cujo processamento, análise e sistematização sejam impossíveis de serem processados. Há, pelo contrário, um sistema (uma organização) por trás da heterogeneidade da língua falada.

Assim, considera a língua em seu contexto sócio-cultural, uma vez que parte da explicação para a heterogeneidade que subjaz aos usos lingüísticos encontra-se em fatores externos ao sistema lingüístico e não só nos fatores internos à língua.

Jespersen (1963, p. 244) define o lingüisticamente correto como aquilo que é exigido pela comunidade lingüística a que se pertence. Falar correto significa o falar que a comunidade espera; erro em linguagem equivale a desvios dessa norma, sem relação alguma com o valor interno das palavras ou formas.

Labov (1972, p. 222) observa que um dialeto desprestigiado, apesar de ser visto por muitos como desarticulado e desorganizado internamente, na realidade é um subsistema de regras coerentes e formais que constituem diferenças sistemáticas.

Em geral, os critérios que determinam os padrões de uma língua se estabelecem principalmente pela ação da escola e dos meios de comunicação, levando os falantes de um idioma a aceitar como “certo” o modo de falar do segmento social mais privilegiado, tanto no aspecto econômico como no cultural. Com o tempo, a maneira segundo a qual esse grupo utiliza a língua vai se impondo como um padrão da gramática normativa para estabelecer conceitos de “certo” e “errado”.

Se o princípio de inclusão considera basicamente a diversidade humana, há que se considerar as diversas formas de manifestação de uma mesma língua, a variação lingüística, como uma forma de manifestação humana.

É na sociolingüística interacional que vamos encontrar respaldo ao nosso pensamento de inclusão, tomando a linguagem como condutor essencial do homem na sociedade, pois essa ciência tem encontrado nos estudos de tradição antropológica, como a etnografia da fala, critérios mais precisos para o estabelecimento de indicadores culturais na elaboração do perfil sócio-cultural de determinado grupo social. A importância social do processo comunicativo nas sociedades urbanas e industriais é revelada pela habilidade do falante na condução dos atos conversacionais e na sua adaptação às diversas situações de fala.

### **3.4.1 A Variação Lingüística no Território Mineiro**

Nem tudo que varia sofre mudanças; toda mudança lingüística, no entanto, pressupõe variação. Variação, portanto, não implica mudança; mudança implica sempre variação. Mudança é variação!

Tarallo (1986, p. 63)

O tão propalado jeito mineiro de falar o português, de acordo com Zágari (1998) não é único. Segundo esse pesquisador, não há apenas um jeito, mas três diferentes, conforme registra em seu livro "Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais".

O trabalho de Zágari (1998) parte do princípio de que, dentro da variante mineira do português brasileiro, existem três formas de falar mineiro, circunscritas

em três regiões diferentes: um falar mineiro-paulista, no sul e sudoeste de Minas; um falar mineiro puro, no centro; e um falar mineiro-baiano, no norte e noroeste do estado – incluindo a região de Montes Claros.

Zágari diz que é impossível determinar as fronteiras definitivas dos locais onde as diferenças entre as três maneiras de falar ocorrem, porque há algumas áreas de intersecção e o nível de escolaridade também imprime diferenças nesses tipos de falar.

O falar baiano é típico da região norte do estado, em cidades como Governador Valadares, Paracatu, Várzea de Palma, Itamarandiba, dentre outras. Esse "falar abaianado", que caracteriza essa região lingüística é claramente influenciado pelo estado vizinho, a Bahia. Nessa região fala-se "córção", "lévando", "pérdido", "móreno", "pélado" etc. Além disso, as consoantes "t" e "d", quando surgem antes de "i" não são palatalizadas como no resto do estado. Fala-se "verdadí" e "bondadí", enquanto no resto de Minas fala-se "verdadji" e "bondadji". Há também a ocorrência de nasalidade fora da sílaba tônica: "pãnela", "cãnela" e "bãnela".

O "falar apaulistado" encontrado por Zágari em cidades como Divinópolis, Pará de Minas e Lavras, Patos de Minas e São Gonçalo do Abaeté, é influenciado pelo também vizinho estado de São Paulo. Entre esses falantes é recorrente o emprego do "r" retroflexo, sempre pronunciado com a língua voltando-se mais para a garganta do que para os dentes, semelhante ao falar do caipira paulista. O estilo dessa região dá destaque com bastante ênfase o "r" em palavras como "sorte", "lagarta", "margem" e "moderna".

O falar mineiro mais típico não apresenta nenhuma das características anteriores. Nessa região, que fica entre as outras duas regiões citadas, conforme mapa a seguir, há uma tendência a aglutinar palavras. Fala-se "ocê" em lugar de "você", "pódexá", por "pode deixar", "dexovê", em vez de "deixa-me ver", "mininu" e não "menino", e "correnu" por "correndo". Esse último exemplifica os casos de expressões com uso de gerúndio: nessa região o "d" desaparece e o "u" substitui o "o", como em "falanu" (falando), "cumenu" (comendo) e "fazenu" (fazendo). É comum a omissão de ditongos formados no meio das palavras, como em "pexe" (peixe), "caxa" (caixa), e "temoso" (teimoso) para que, contraditoriamente, se formem ditongos em sílabas finais quando a vogal é antecedita de "s" ou "z", ao pronunciarem as palavras em "arroiz" (arroz), "feiz" (fez) e "deis" (dez).

Minas Gerais possui, ainda, formas lingüísticas que podem ser consideradas retenções de estágios anteriores da língua portuguesa, o que pode ser exemplificado pelo uso ou omissão do artigo definido diante de nomes próprios. Na região identificada como "falar baiano" nota-se a ausência do artigo definido diante de nomes próprios, diferentemente do observado nas regiões designadas como "falar mineiro" e "falar paulista", cuja tendência é o emprego do artigo definido. De acordo com Cohen (2000, p. 49) essa omissão do artigo diante de nomes próprios é resquício de uma forma lingüística registrada em documentos de períodos anteriores da língua da mesma região, que remontam aos séculos XVIII e XIX.

Também a variação social ou vertical da língua pode ser observada nessas três regiões lingüísticas, todavia, não representa uma variação com intensidade significativa. O que se pode registrar é o que destaca Cohen (2000, p. 48) "as

variáveis lingüísticas que se manifestam socialmente estratificadas nas grandes cidades hoje, podem ter sido variáveis regionais em estágios anteriores da língua”.

De acordo com Zágari (1998), as três grandes áreas distintas dos falares característicos de Minas Gerais podem ser divididas e situadas conforme o mapeamento esboçado a seguir:



Figura 11. Mapa Falares Mineiros

Fonte: ZÁGARI, M. R. Os falares mineiros- Esboço de um Atlas Lingüísticos de Minas Gerais, In: AGUILERA, V. (Org.) A Geolingüística no Brasil-Caminhos e perspectivas. UEL: Londrina, PR, 1998.

A comunidade objeto deste estudo está situada na região em destaque no mapa, caracterizada pelo falar paulista, com um ritmo de fala mais apressado do que o característico do falar mineiro e do falar baiano, bem mais arrastado, embora apresente muitas das características do “falar mineiro”, conforme demonstram as transcrições de falas dos entrevistados.

Além das características comuns entre as comunidades lingüísticas mineiras e das características próprias da região denominada “falar paulista”, a comunidade lingüística da microrregião mineira próxima ao Rio Dourados apresenta ainda um falar típico, distinto das demais, o que constitui o nosso corpus de análise e finalidade deste estudo.

### **3.4 Sobre topicalização, inversão e anacoluto**

A topicalização caracteriza-se pela estrutura tópico mais comentário e pode ocorrer, em português, com quaisquer constituintes clausais. Embora seja também encontrada na modalidade escrita da língua, é mais recorrente na fala e é própria do discurso não planejado, aparecendo em situações de fala informal.

Vasconcelos (1996, p. 183) assegura que a contrastividade e a informatividade merecem especial atenção ao se observar o aspecto funcional da topicalização, considerando as características mais fortes desse fenômeno: a entonação e a anteposição.

A contrastividade permite que se imprima um maior relevo a determinado referente, colocando-o em evidência na progressão temática e fazendo dele um tópico. Esse contraste pode aparecer implícito ou explícito e aparece como uma

função preponderante em topicalização, de acordo com Vasconcelos (1996, p. 184), ecoando Givón (1990), quando assegura que há uma forte relação entre anteposição de SNs e contrastividade, uma vez que o falante, na codificação de seus enunciados, utiliza-se do contraste, para uma maior eficácia comunicativa.

A informatividade, também colocada como função preponderante em topicalização, sugere que o falante leva em conta o que imagina estar na mente do interlocutor e, segundo Prince (1981), embala a informação de acordo com tais suposições, de modo a torná-la acessível e eficaz. Nesse caso, há que se considerar também a relação dado/novo, pois daí emerge a questão da predizibilidade/recuperabilidade apontada por Vasconcelos (1996, p. 184).

Há uma relação entre a predizibilidade/recuperabilidade e o dado, no sentido de que o falante supõe que o ouvinte possa predizer, ou imaginar que um item lingüístico possa ocorrer em certa posição na sentença. Assim, as informações que podem ser recuperáveis no contexto precedente podem ser consideradas dadas, por serem predizíveis ou inferíveis. O dado, portanto, na medida em que se torna inferível/predizível, corresponde a recuperável.

O dado, também chamado tema, é o elemento já conhecido. É, para Halliday (1974, p. 53), o elemento da Perspectiva Funcional da Sentença, o que é realizado por ocupar a primeira posição na frase. Firbas (1964, p. 272) discorda de Halliday com relação à afirmação de que o tema ocupa o primeiro lugar na frase e define o tema como os elementos frasais que contêm informação conhecida ou a ser inferida.

Prince (1981, p. 225) acrescenta, para esse reconhecimento, a escala de familiaridade: se estiver na consciência é velho, se está sendo introduzido, novo.

As entidades do discurso podem ser classificadas como novas, evocadas e inferidas.

Já para Combettes (1983, p. 19), assim como para os psicolinguistas, o tema é o elemento que já pertence ao campo da consciência. Não é o conhecido, é o dado, depende do contexto. É a partir deles que ocorre o desenvolvimento da informação nova (rema).

Por outro lado, a lingüista americana Bardovi-Harlig (1990, p. 45) usa a terminologia tópico e comentário. Para essa autora, o tópico é aquilo sobre o qual o resto da frase é e o Comentário tem informação dada e nova. Essa informação nova é tida como “foco” que é o responsável pelo avanço da informação.

Adotaremos, então, para evitar confusões terminológicas, o tema ou tópico como a informação dada e o rema ou comentário como a informação nova.

Assim, reportamo-nos a Mateus, et al. (1989, p.215), quando afirma que:

A posição que os constituintes ocupam na frase é outra forma de assinalar o constituinte foco: dada a função cognitiva do foco, é natural que ele ocorra em posição final de frase; assim um dos processos de marcar o foco de um dado enunciado, é deslocar o constituinte que tem essa função para posição final de frase.

E retomamos Van Dijk (1992, p. 198) ao afirmar que no interior da estrutura sentencial de muitas línguas, “dado”, “velho” ou outra forma tópica muitas vezes precede a informação nova, focalizada e, portanto, mais relevante.

Segundo esse autor, a própria situação comunicativa pode condicionar a variação da estrutura de modelos. O mapeamento discursivo da informação do modelo de situação é também uma função das condições pragmáticas e interacionais do discurso, tais como as metas, os interesses ou o conhecimento

mútuo dos participantes e a relevância comunicativa dos elementos específicos de informação ou (inter)ação discursiva.

A informatividade e as relações que a sustentam, de acordo com Vasconcelos (1996, p. 187), constituem-se em função atuante no mecanismo, determinando e explicando o momento e o porquê de sua utilização. Portanto, manifesta-se no discurso por meio da ordenação vocabular e da entonação: geralmente, a informação dada ou o seu referente, além de antepostos, tendem a ser acompanhados por forte padrão que caracteriza a estrutura em que figuram como marcada em relação às demais.

A inversão, conforme apontam Dubois et al. (1993, p. 353): “é o fenômeno lingüístico pelo qual se substitui uma ordem esperada, habitual ou considerada normal, por uma outra ordem”. Esse fenômeno, em português, ocorre, às vezes, de forma facultativa e, às vezes, de forma obrigatória. Dubois et. al. exemplificam a inversão facultativa com o emprego do predicativo em relação à colocação habitual, quando o propósito é a ênfase, no caso de “alta é a montanha”, em vez de “a montanha é alta”. A inversão pode ser obrigatória com certas palavras, com relação à ordem geral da língua, conforme retrata o exemplo extraído do Dicionário de Lingüística: “Vejo a cidade” “A cidade que vejo” “A cidade, eu a vejo”, pois o português coloca o complemento de objeto direto depois do verbo, salvo se é um pronome pessoal ou relativo. É também chamada de anástrofe ou hipérbato. Quando a inversão drástica da ordem das palavras gera obscuridade chama-se sínquise, de acordo com Tringale (1988, p. 130).

O uso estilístico da inversão, a figura de linguagem conhecida também por hipérbato, consiste na inversão da ordem natural e direta dos termos da oração e

constitui-se em figuras sintáticas ou de construção. É considerada por Reboul (1998, p. 129) como um caso particular de anacoluto.

O anacoluto é uma outra figura sintática que nos aproxima do linguajar da região pesquisada, como pode ser observada no exemplo a seguir, retirado de um evento de fala na comunidade de Dourados:

“Pegou no rabo. O homi do burro. Qué amansá ele”.

Ocorre porque um termo antecipado fica desligado sintaticamente da oração, dado a um desvio que a construção da oração sofreu. Nesse caso, as construções, consideradas próprias do discurso não planejado, em que aparece o referente, seguido da proposição, representam estratégias utilizadas pelo falante para garantir a manutenção da palavra, e, podem ser empregadas deliberadamente como um recurso estilístico. O anacoluto é uma frase incompleta, típica do discurso oral informal, na qual não estão expressos todos os argumentos. Geralmente, a falta de palavras se dá no final do enunciado. Por ser sintaticamente incompleto, o anacoluto é semanticamente incompleto. Desse modo, assemelha-se à elipse, que também é frase incompleta, mas diferem pelo fato de que, na elipse, a parte ausente é previsível. Apesar de incompleta, da frase elíptica pode-se extrair um sentido completo.

No discurso espontâneo, o anacoluto surge em razão de má codificação e por isso não é considerado recurso de Retórica. Ocorre porque o emissor se arrepende da solução que iniciou ou porque começou a emitir sem ter em mente o final, ou ainda por se arrepender do que começou. Mas para Reboul (1998, p. 129) o anacoluto não constitui um erro, mas a incursão do código da língua oral no código da língua escrita.

### 3.5 Sobre ambigüidade

A ambigüidade é, segundo Dubois et al. (1993, p. 45), a propriedade de certas frases realizadas apresentarem vários sentidos e pode advir do fato de que a frase tenha uma estrutura sintática suscetível de várias interpretações, ou decorrer do léxico quando certos morfemas apresentarem vários sentidos. Assim posto, pode parecer por demais simplista, se tomarmos essa definição literalmente, sem atentarmos para outros aspectos concernentes à própria natureza do discurso, ou no caso específico deste estudo, da expressão oral de um grupo de falantes. Por essa razão a definição de ambigüidade aqui circunstanciada é apresentada apenas como ponto de partida para a análise de um fenômeno que se quer colocar em relevo.

A teoria dos espaços mentais, defendida por Fauconnier (1998) e corroborada por Lakoff e Johnson (1999), nos permitirá avançar um pouco mais nesse campo e constitui a etapa decisiva do presente estudo. Nesse sentido, a ambigüidade é analisada do ponto de vista da pragmática, em que se pode observar o processo de construções espaciais elaboradas por cartografias metafóricas, que constroem o significado a partir de uma referência da língua e do pensamento, dando visibilidade aos espaços entre essas construções. Ou seja, não há como examinar uma oração, ou uma expressão lingüística isolada. Para que suas interpretações sejam estudadas é necessário que se explicito o discurso em que se contextualiza.

Observemos as seguintes construções:

A- Tem queijo seu Pedrinho fresco?

B- Tem queijo fresco, seu Pedrinho?

E consideremos algumas definições para a palavra fresco:

A- Na expressão denotativa:

1- Saudável; 2-viçoso; 3- verdejante, virente; 4- que não está cansado; 5- que tem o viço da mocidade; 6-não alterado, não estragado; 7- recente, de pouco tempo; 8-úmido, molhado, não seco; 9- que tem pouco tempo de existência, etc.

B- Na expressão conotativa:

1-afeminado; homossexual; licencioso.

A construção (A), se tomada no plano conotativo, pode nos causar estranheza, considerando que a palavra “fresco”, nesse caso, atribui qualificativo a Pedrinho e, se entendida no plano denotativo, também não faria sentido, pois o qualificativo “fresco” não seria adequado ao termo qualificado. A construção (B) é perfeitamente plausível, pois o qualificativo “fresco” é apropriado ao termo qualificado. Portanto, a inversão do qualificativo na construção (A) torna a expressão ambígua, uma vez que se presume que a intenção do falante seja construir o enunciado (B).

Dessa forma, podemos aduzir que conotação é a capacidade que tem uma palavra de incorporar outro valor, graças à faculdade de associação de idéias, próprias ao espírito humano e assim, estabelecer correlações com coisas análogas ou assemelhadas.

Para assimilar a amplitude desses dois planos de significação não podemos perder de vista a noção de valor. Godel (1971, p. 49) reforça que o significado não é primordialmente um conceito, mas sim um valor.

O valor resulta sempre de uma comparação (relações paradigmáticas opositivas) e de oposições funcionais (relações sintagmáticas) entre os termos do sistema lingüístico. É a combinação de um certo número de unidades acústicas com iguais recortes na massa de pensamento que cria “um sistema de valores”. De acordo com Malmberg (1971, p. 68), “o típico da intuição lingüística é precisamente manter o paralelismo entre estas duas espécies de diferenças”.

Silva (1971, p. 23) sugere que a conotação deve conceituar-se a partir de empregos em que o usuário deixa de levar em conta as relações estabelecidas pelos hábitos sedimentados de uma língua na qual a um significante dado corresponde o significado que a tradição cultural lhe conferiu, para realizar outras combinações menos habituais.

Retomando a definição de língua como sistema de signos ou sinais que servem para indicar coisas, expressar idéias, valores e sentimentos, bem como para permitir a comunicação entre as pessoas, reconhecemos nela as funções denotativa e conotativa.

Sendo um sistema de signos que servem para indicar coisas, a língua apresenta, então, o caráter denotativo, considerando a definição elementar de signo: “uma coisa que está por outra coisa”.

Quando se afirma que a língua se presta à expressão de idéias, valores e sentimentos, reconhecemos aí o seu caráter conotativo, pois uma mesma palavra pode exprimir sentidos ou significados diferentes, dependendo do sujeito que a emprega, do contexto ou da circunstância de seu emprego.

A significação das palavras está intimamente relacionada com o mundo das idéias e dos sentimentos.

Portanto, há que se considerar, na perspectiva da significação, as duas funções que a língua adota.

Assim, a ambigüidade, a propriedade que têm as frases de, ao se realizarem, permitirem mais de uma leitura, em nossa pesquisa assume um papel relevante considerando que as construções que são realizadas pela comunidade pesquisada.

No caso das construções realizadas pelo grupo pesquisado, a inversão do adjetivo provoca a ambigüidade e o aspecto cômico.

O modelo dos “espaços mentais” proposto por Fauconnier (1997, 1998) e os mapeamentos metafóricos de Lakoff (1993) e Lakoff e Johnson (2002) constituirão nosso aporte teórico para tentar explicar os processos cognitivos que se estabelecem na mente dos falantes da comunidade pesquisada, quando se envolvem em um evento de fala.

Reportar-nos-emos, então, aos pressupostos teóricos da Lingüística Cognitiva com foco na teoria de Lakoff e Johnson (2002), Fauconnier e Sweetser (1996), Fauconnier e Turner (1996) e Fauconnier (1997, 1998), uma vez que a Lingüística Cognitiva coloca em relevo o uso de conhecimento prévio do mundo, considerando os fatores biológicos, psicológicos, históricos e sócio-culturais, conforme afirma Abreu (2003, p. 9).

Abreu (2003, p.11), ao ponderar sobre os caminhos trilhados pelos estudiosos de modelos cognitivos, situa os estudos da metáfora como bastante significativos para o funcionamento das línguas e da mente humana, apontando

os autores mencionados neste trabalho como precursores, balizando a atual teoria de *blending*, decorrente desses estudos, como altamente promissora para os avanços da Ciência Lingüística.

A teoria dos Espaços Mentais, defendida por esses autores, explicita que a construção de domínios cognitivos ou Espaços Mentais se dá a partir de expressões lingüísticas apropriadas, que pressupõem operações sintáticas e semânticas necessárias à construção de sentido. A cada novo espaço mental, uma nova referência é construída, a partir da instalação de um enunciador, num determinado tempo e lugar e isso é marcado por mecanismos lingüísticos, aos quais Fauconnier chama de construtores de Espaço (*space builders*), que são formas lingüísticas ativadoras do processo de referenciação.

As palavras, mesmo fora de um contexto, ativam as informações mais freqüentemente relacionadas a elas, despertando, assim, elementos de um (ou mais) *frames*. Quando contextualizadas, as palavras ou expressões ativam determinados frames mais diretamente relacionados à situação em questão, permitindo que o sentido adequado a ela seja mais diretamente identificado. Nos diversos casos de ambigüidade, podemos perceber como se dá o papel do contexto na ativação de frames e, conseqüentemente, na construção do significado. A palavra na expressão denotativa é carregada do elemento estável da significação, desprovida do caráter subjetivo e pode ser analisada fora do discurso, ou pode prescindir do contexto.

Vejamos, por exemplo, o caso dos seguintes enunciados:

- a) Maria sentou-se em uma cadeira, durante o baile, ontem.
- b) Maria tomou chá-de-cadeira no baile, ontem.

O enunciado (b), se tomado no plano denotativo, pode nos parecer absurdo, pois nos remete à idéia de alguém que tomou uma bebida à base de infusão de um móvel. Já o enunciado (a) é perfeitamente plausível, pois o signo cadeira nos remete ao significado: móvel com espaldar que serve para uma pessoa se sentar.

O enunciado (b) torna-se perfeitamente compreensível, se analisado no plano conotativo, considerando que: conotação é a capacidade que tem uma palavra de incorporar outro valor, graças à faculdade de associação de idéias próprias ao espírito humano e, assim, estabelecer correlações com coisas análogas ou assemelhadas. Dessa maneira, “tomar chá-de-cadeira” adquire o mesmo significado de “ficar sentada durante o baile” ou, usando outro agenciamento de palavras, “não dançar”.

É preciso, portanto, saber do contexto para definir o sentido mais adequado para a expressão “tomar chá de cadeira”. Esse tipo de fenômeno é extremamente comum, mas pelo fato de as palavras e frases aparecerem em situações comunicativas e, portanto, em contextos, e não isoladamente, é que na maioria dos casos nem percebemos muitas ambigüidades. Usamos os frames para explicar nossa habilidade de fazer inferências, suposições, previsões e em várias tarefas cognitivas: na percepção, no planejamento, e memória para eventos. Para ir além do que está dito nas linhas, do que se vê e se ouve. Frames nos ajudam a tomar como dados elementos que não foram mencionados explicitamente. Pressupostos e anáforas associativas, por exemplo, são facilmente explicadas pela teoria dos frames. Vejamos o clássico exemplo: João parou de fumar. Esse enunciado pressupõe que João era fumante e, que atualmente, já não é mais.

### 3.6 A teoria dos espaços mentais e a construção dos sentidos

Conforme Fauconnier (1998), espaços mentais são construções teóricas que permitem tratar dos processos de referenciação, ou seja, dos significados que se instauram na interação comunicativa e têm como consequência a interpretação dos sentidos. São estruturas provisórias que se manifestam a cada acesso do domínio cognitivo, a fim de decodificar as informações obtidas e projetá-las na linguagem.

Como base para a organização dos enunciados, os espaços mentais são construtos teóricos produzidos com o objetivo de ativar correlações entre domínios cognitivos e espaços mentais. Esses espaços constituem uma rede que se desenvolve à medida que pensamento e fala progridem.

As informações importadas de diversos domínios cognitivos, ou da própria situação comunicativa, compõem o espaço mental, estruturas dinâmicas interligadas por linhas imaginárias que configuram os chamados *links* ou elos, responsáveis por estabelecer ligações entre domínios.

Segundo a teoria dos espaços mentais, as construções lingüísticas são pré-figuradas na mente por espécies de “espaços” de organização dos sentidos. Esses espaços são precários e transitórios, pois deixam de existir tão logo a construção lingüística se efetive e estão ligados aos arquivos de armazenamento de experiências físicas, psíquicas, sociais e culturais que as pessoas vão acumulando, transformando e ativando do nascimento ao fim da vida.

A teoria de Fauconnier (1998) visa descrever o modo pelo qual os modelos cognitivos são construídos no ato do discurso de forma temporária. Assim, estabelecido o arquivamento das experiências vivenciadas, os indivíduos vão

acessá-las quando necessário. Os domínios cognitivos podem ser entendidos por áreas de nossa memória nas quais são armazenados, de forma esquemática, nossos conhecimentos e experiências.

A partir do compartilhamento de experiências físicas, psíquicas, culturais, sociais e lingüísticas, que são processadas pelos indivíduos, ao longo de suas vidas, nas interações que vão sendo produzidas e efetivadas nas comunidades às quais se integram, estruturas de conhecimento, de diferentes naturezas, vão sendo arquivadas na mente dos indivíduos e ali permanecem disponíveis até que sejam ativadas. Os enunciados produzidos nos discursos ativam correlações entre as formas lingüísticas e essas estruturas de conhecimento.

As construções lingüísticas guardam as experiências vividas pelos indivíduos em suas comunidades, e são perceptíveis na linguagem daqueles que partilham do mesmo código e das mesmas vivências sócio-culturais.

Na perspectiva teórica defendida por Fauconnier (1997, 1998), Fauconnier e Turner (1996) e Fauconnier e Sweetser (1996), os significados são construções mentais que se processam a partir de instruções fornecidas pelos sinais lingüísticos – as formas lingüísticas. Assim, formas lingüísticas não são portadoras de significados, mas guias para a construção de significações em domínios mentais, uma vez que os diferentes níveis de estruturação da gramática podem ser entendidos como partes integrantes do conhecimento que os sujeitos têm arquivados na mente.

Tais conhecimentos são esquematicamente organizados por áreas ou domínios cognitivos, cujas estruturas compõem arquivos mentais permanentes de compactação de conhecimentos. Esses arquivos são acessados e ativados por

formas gramaticais ou inferências pragmáticas que se efetivam na interação comunicativa e se integram ao processo de construção dos significados a que as formas lingüísticas remetem.

Além dessas estruturas permanentes que se organizam para a construção dos significados, há as estruturas provisórias, os chamados espaços mentais, propostos por Fauconnier (1998). Esses espaços, como dissemos, são estruturas transitórias de organização da representação do pensamento na forma da língua. Eles emergem na mente à medida que pensamento e fala progridem, como "arquivos de trabalho" nos quais as formas lingüísticas são pré-organizadas para serem projetadas nos enunciados.

Na continuidade do discurso, outros espaços emergem, interligados, numa rede tão dinâmica quanto complexa, pré-organizando a construção dos discursos.

Para Fauconnier (1998), esses espaços são construtos teóricos por meio dos quais podemos descrever ou explicar o dinamismo dos processos de referenciação nas línguas naturais e, como tais, são localmente processados, dinamicamente estruturados e encadeados uns aos outros, formando uma teia de elos (*links*) por meio das quais nos guiamos para produzir e compreender os significados que os enunciados veiculam.

Assim, como um espaço pode gerar outros espaços, linhas imaginárias estabelecem ligações (*links*) entre eles, entre esses e os domínios cognitivos que acessam ou às situações comunicativas às quais se integram. No processamento da fala, espaços de diferentes naturezas entram e saem de foco, tal qual a dinâmica dos processos de pensamento que se representam na linguagem. Dessa forma, como configuram o dinamismo dos processos de produção e de

interpretação dos enunciados lingüísticos, não são estruturas completamente prontas, contudo, parcialmente estruturadas por informações que são importadas de diferentes domínios ou definidas por inferências processadas na situação comunicativa na qual se inserem. A eles os sujeitos da interlocução podem adicionar, cancelar ou correlacionar elementos importados de outros espaços ou domínios.

Assim, se retomados posteriormente, em um outro momento de interpretação, as informações adicionadas ou canceladas revestem-se de nova configuração. Isso explica porque, a cada leitura, pode surgir uma nova interpretação, ou porque os falantes podem construir significados distintos a partir de uma mesma forma lingüística.

A complexa "rede de espaços" que permite a produção de sentidos no processo de compreensão dos enunciados é constituída por *links*, que, entrelaçados, permitem o movimento contínuo de ativação dos discursos expandidos é formada por espaços que se diferenciam pela função que exercem na construção dos enunciados, conforme Fauconnier e Sweetser (1996, p. 11):

- Espaço-base: o espaço em que se compactam o ego (o sujeito discursivo); sua perspectiva acerca da situação comunicativa que se apresenta (os interlocutores, o tipo de evento comunicativo no qual se insere) e o ponto-de-vista a partir do qual vai representar os eventos em linguagem. Portanto, no espaço-base compacta-se a visão subjetiva do indivíduo que produz as formas lingüísticas.
- Espaço-em-foco: o espaço que, gerado do espaço-base ou de outro espaço instaurado, concentra a informação relevante num dado momento de desenvolvimento do discurso, ou seja, o espaço que pré-figura a informação relevante a cada momento do discurso. Esses espaços, quase sempre emergentes a partir de introdutórios de espaços-mentais que informam a sua natureza (de tempo, de

lugar, de hipótese, de opinião, de crença, de dúvida, de citações, discursivos, etc) se sucedem nos enunciados e podem ser retomados e reativados no prosseguimento do discurso.

O argumento central da teoria defendida por Fauconnier (1998), no qual nos apoiamos para as análises das expressões empregadas cotidianamente pelo grupo estudado é de que há, em uma perspectiva cognitiva e não apenas retórica, espaços mentais na construção dos sentidos.

Fauconnier (1998) defende a idéia de que a maioria de nossos pensamentos está no inconsciente e, ao ser revelado na conversação, vai sendo explicitada por imagens mentais construídas na interlocução. E, assegura Fauconnier, (1998, p. 11), essas imagens mentais ao serem construídas vão preenchendo, ou não, “buracos” no discurso. Nesse sentido o inconsciente cognitivo inclui não só nossas operações cognitivas automáticas, mas também todo nosso conhecimento implícito.

Segundo Fauconnier (1998, p. 12), nosso sistema conceitual inconsciente funciona como uma “mão escondida” que amolda a forma como nós conceptualizamos todos os aspectos de nossa experiência. Essa “mão escondida” dá forma às metafísicas que são construídas em nossos sistemas conceituais ordinários e cria as entidades que habitam o nosso cognitivo inconsciente. Entidades abstratas tais como amizade, fracassos, mentiras, que nós usamos em arrazoamento inconsciente ordinário. Construímos, então, com elas, uma espécie de ego.

Nesse sentido, Fauconnier (1998, p. 13) considera que nossa concepção de ego é fundamentalmente metafórica e que está arraigada profundamente em nossos sistemas conceituais inconscientes.

Essas metafísicas inconscientes são representadas por metáforas, empregadas não só por pessoas comuns, mas também, por filósofos para dar corpo e sentido ao pensamento. O que se verifica ao longo da história é que foi virtualmente impossível para os filósofos fazerem metafísica sem a possibilidade de uso das metáforas, garante Fauconnier (1998, p. 14), ainda que por mais de dois mil anos a filosofia tenha definido a metafísica como o estudo do que é literalmente real.

### 3.7 Sobre metáforas

\_Eu me senti estranho porque com tanto movimento fiquei enjoado.  
 \_Você ficou enjoado...  
 \_Claro! Eu ia como um barco tremendo em suas palavras.  
 As pálpebras do poeta se despregaram lentamente.  
 \_“Como um barco tremendo em minhas palavras”  
 \_Claro!  
 \_Sabe o que você fez, Mário?  
 \_O quê?  
 \_Uma METÁFORA.  
 \_Mas não vale porque saiu por acaso.  
 \_Não há imagem que não seja casual, filho

(Skármeta, 1996, p. 21)

### 3.7.1 O Conceito Tradicional de Metáfora

Tradicionalmente, a metáfora tem sido conceitualizada com uma figura de palavra em que um termo substitui o outro, em vista de uma relação de semelhança entre os elementos que esses termos designam.

Em uma tradução literal do vocábulo, teremos: *Metaphorá* (metáfora), do grego, META = trans + PHÉREIN, o que equivale a levar, ou seja: uma mudança do sentido próprio para o figurado.

Aristóteles, (1959, p.62), definiu a *metaphora* como um conjunto genérico–analógico, um cruzamento de figuras, de mudança de sentido. Para esse filósofo, a metáfora é uma transferência de um nome estranho, estrangeiro (*alltrios*) de uma coisa para outra, transferência do gênero, da espécie para a espécie e por fim pela relação de analogia.

O texto literário, cheio de imagens por natureza, provoca o “ar estrangeiro” a que se refere Aristóteles. Esse efeito inesperado é provocado pela relação poética entre elementos conhecidos e desconhecidos.

As metáforas podem se revestir de várias formas, dependendo do efeito que se deseja, do conteúdo que se quer veicular, do tempo disponível, do interlocutor ou de grupo de ouvintes e podem ser empregadas quando não há termo próprio para a situação; quando o termo próprio não tem a conotação desejada; quando se quer evitar a repetição do termo próprio; quando se quer fazer comparações palpáveis; quando se quer direcionar a atenção para o significante, quando se busca novidade.

Atualmente, a metáfora deixou de ser considerada um simples “adorno” para o texto, como acontecia no passado, e não é mais vista tão somente como uma mera figura de estilo, mas considerada como elemento indispensável para a constante revitalização da linguagem humana, num processo de enriquecimento e transformação da língua. Ela faz parte da vida diária, na linguagem, no pensamento e na ação. As metáforas são reveladoras de elementos ocultos que apenas o inconsciente pode perceber e utilizar. Elas comunicam indiretamente, num processo de linguagem que consiste em fazer uma substituição analógica.

Esse entendimento da metáfora como uma operação cognitiva fundamental, constitutiva da linguagem e do pensamento, pode ser atribuído a Lakoff & Johnson (1980). Esses autores, ao romperem com a visão tradicional da metáfora, na qual ela é considerada simples figura de linguagem, sem valor cognitivo, devendo ser apenas reconhecida e classificada, enfatizaram a sua interpretação, por envolver o desenvolvimento do raciocínio analógico e a capacidade interpretativa do interlocutor.

Assim, a seguir, reportar-nos-emos à teoria de Lakoff e Johnson (2002), considerando o tratamento dado ao estudo da metáfora. Esses autores constataram que a maioria das concepções filosóficas tradicionais atribuía à metáfora um diminuto papel, colocando-a num plano periférico para a compreensão do mundo e do modo de expressar sobre esse mundo, além do fato de terem encontrado uma evidência lingüística de que a metáfora desempenha um papel essencial na linguagem cotidiana e no pensamento.

### 3.7.2 A Teoria de Lakoff & Johnson

Se, como diz Bachelard (1984, p. 245), “a metáfora vem dar um corpo concreto a uma impressão difícil de exprimir, a metáfora é relativa a um ser psíquico diferente dela”. O sentido de um enunciado metafórico é suscitado pelo fracasso da interpretação literal do enunciado. E, diferentemente do que imagina a maioria das pessoas, a metáfora não é apenas um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico. Mais do que uma questão de linguagem extraordinária, a metáfora é uma questão da linguagem ordinária, asseguram-nos Lakoff e Johnson (2002, p. 45). Ela está infiltrada no nosso cotidiano não somente na linguagem, mas no pensamento e na ação, embora a maioria das pessoas entenda que pode viver sem ela. Nosso sistema conceptual ordinário é fundamentalmente metafórico, garantem esses dois autores, para quem os conceitos que governam nosso pensamento não são meras questões do intelecto. Lakoff e Johnson (2002, p. 45, 46) defendem a tese de que esses conceitos governam também a nossa atividade cotidiana até mesmo nos detalhes mais corriqueiros e definem o modo como nos comportamos no mundo e como nos relacionamos com os outros.

Todavia, nosso sistema conceptual não é algo do qual temos consciência normalmente, uma vez que, nos pequenos atos do cotidiano, pensamos e agimos mais ou menos de forma automatizada. Um dos meios de descobrir nossas linhas de conduta, desautomatizando-a, é considerar a linguagem, já que a comunicação é baseada no mesmo sistema conceptual que usamos para pensar e para agir. Portanto, asseveram Lakoff e Johnson (2002, p. 46), a linguagem “é uma fonte de evidência importante de como é esse sistema”.

Lakoff e Johnson (2002, p. 46, 47), ao desenvolverem a tese de que as metáforas sustentam nossa forma de pensar e agir no e sobre o mundo, e de que elas também influenciam nossa vida, apóiam-se no conceito de *discussão* e na metáfora conceptual: “discussão é guerra”. Assim, comprovam que os conceitos formulados no cotidiano empregando-se as metáforas não são de forma alguma transcendentais ou racionais, todavia surgem de nossas experiências corporais com o meio em que vivemos.

Lakoff e Johnson desconstroem o dualismo cartesiano entre corpo e mente e o famoso adágio de Heidegger, lembrado por Ricouer (2002, p. 433): “o metafórico só existe no interior da metafísica”.

Assim como Fauconnier (1998, p. 2), Lakoff e Johnson afirmam que a mente é inerentemente corporificada, que o pensamento é essencialmente inconsciente e que os conceitos abstratos são basicamente metafóricos. Três dos principais pilares da ciência cognitiva, fundada nos anos 70, antagônicos, a priori, às bases da filosofia ocidental.

Ao contrário do que apresenta a tradição platônico-aristotélica, as metáforas, do ponto de vista das ciências cognitivas, não são figuras de natureza retórica ou poética, mas um recurso do pensamento, que não pode ser manifesto a não ser pelo concurso dos signos, já dizia Saussure (1979).

Há, portanto, uma relação mútua entre língua e pensamento, posto que o pensamento, para se materializar, não pode dispensar a língua. Não há como pensar sem palavras, pois as palavras não são puramente a tradução de um pensamento já constituído, mas a sua própria condição de realização.

Para toda atividade autônoma do espírito, uma autonomia verbal se faz acompanhar. E é a linguagem que estende o poder do pensamento, conferindo-lhe uma mobilidade e uma generalidade que ele não poderia atingir por si mesmo.

O pensamento, assim como a linguagem, é essencialmente simbólico e é essa identidade de natureza que permite ao homem exprimir-se e comunicar-se com seus semelhantes.

A língua é uma instituição social a que todo indivíduo pertencente a uma mesma comunidade se submete para se fazer entender. Para que seu pensamento seja conhecido por outros, ele é levado a moldá-lo na forma já convencionada por uma mentalidade coletiva.

Para Aristóteles (1959, p. 42), a metáfora é uma “criação lingüística”, pois a língua não é apenas veículo comum, ela é também um meio de despertar emoções e de as fazer surgir nos outros”. A linguagem metafórica é, sem dúvida, uma das principais estratégias expressivas disponíveis na língua.

Nesses termos, as metáforas lingüísticas constituem manifestações verbais de metáforas conceituais, pois um mesmo conceito metafórico pode ser expresso por meio de diferentes enunciados lingüísticos, conforme a escolha lingüística do enunciadador. Isso implica dizer que a metáfora é uma expressão do pensamento, e sua representação lingüística é uma manifestação dessa expressão do pensamento nas formas da língua.

Para Lakoff e Johnson (2002, p. 323-327), a visão equivocada da metáfora como simples ornamento, como figura de linguagem, ou retórica sem função informativa, pode ser explicada pelo que eles denominam mito do objetivismo,

que abrangeria todas as correntes da filosofia ocidental na qual houve a hegemonia da razão, além do medo do sentimento e da imaginação.

Na tradição objetivista, afirmam Lakoff e Johnson (2002, p. 324), a metáfora “é vista como apenas marginalmente relevante para uma explicação da verdade”.

Todavia, esses autores garantem que a metáfora está presente, não só em nossa linguagem, mas em nosso sistema conceptual, sendo um dos mecanismos mais básicos para a compreendermos nossa experiência, o que não combina com a visão objetivista pela qual a metáfora é de interesse apenas periférico na explicação do sentido e da verdade, desempenhando apenas um papel marginal na compreensão. Para Lakoff e Johnson, a metáfora pode criar sentidos novos, criar similaridades e, assim, definir uma nova realidade.

Baseando-se, principalmente, na evidência lingüística, esses autores constataram que a maior parte de nosso sistema conceptual ordinário é de natureza metafórica.

Assim, buscando explorar o caráter cognitivo metafórico que envolve a linguagem cotidiana e rege nossa fala, pensamento e ações; e que são, na verdade, conceitos metafóricos que se manifestam de diferentes maneiras na língua, descreveram as metáforas da linguagem cotidiana e preocuparam-se em explicar o aspecto cognitivo da metáfora.

Para Lakoff e Johnson (2002, p. 45-48), a percepção humana é construída com base nos conceitos, nas ações e nas relações com outras pessoas, apesar de agirmos e pensarmos mais ou menos automaticamente.

A grande contribuição de Lakoff e Johnson reside no fato de derrubarem uma série de dicotomias objetivistas, quando enfatizaram em seus estudos que a grande parte dos enunciados do cotidiano são metafóricos e que a metáfora é a regra, não a exceção, levando a desestabilização do conceito de que a linguagem figurada é um desvio da linguagem usual. Essa abordagem desestabiliza também a concepção de que ciência se faz com a linguagem literal e poesia, ou literatura, com a linguagem metafórica. O que se estabelece é a idéia de que essa figura se encontra presente em todos os tipos de linguagem como algo central e não periférico, quer no discurso da ciência, do cotidiano ou literário.

Também Fauconnier (1998, p. 3, 4) afirma que a razão surge da natureza de nossos cérebros, corpos e de nossa experiência e revoga o que a tradição filosófica tem sustentado. A razão não é, pois, uma forma transcendente de nosso corpo, mas moldada pela peculiaridades de nossos corpos e pelo nosso modo de viver e de sentir o mundo. Ela não é parte da estrutura do universo, mas uma capacidade compartilhada universalmente por todos os seres humanos. Ela não é imparcial, mas emocionalmente comprometida.

Assim, considerando que a razão é moldada pelo corpo, ela não é radicalmente isenta, porque os possíveis sistemas conceituais humanos a limitam. Fauconnier (1998, p. 5) assegura que a mente não somente é corporificada como corporificou nosso sistema conceitual que se utiliza de nossos corpos e dos ambientes nos quais vivemos de tal forma que o sistema conceitual de uma pessoa torna-se universal, ou difundido pelo idioma e pela cultura. O pensamento não está expulso do corpo.

A estrutura neurológica de nossos cérebros produz sistemas conceituais e estruturas lingüísticas que não podem ser consideradas somente por sistemas formais que manipulam símbolos.

### **3.7.3 Alguns aspectos da metáfora**

Para Lakoff e Johnson (2002), metáforas não ligam apenas sistemas conceituais, ao serem processadas, mas, de uma forma inerentemente básica, constroem, motivam e restringem tais sistemas conceituais.

A palavra "metáfora" pode ser entendida, no sistema conceptual, como uma projeção (no sentido matemático do termo) entre um domínio de origem, que serve como ponto de referência e onde se buscam conceitos, definições e terminologia, e um domínio alvo, explorado e expresso com os elementos fornecidos pelo domínio de origem.

As metáforas são projeções entre domínios conceptuais, provenientes do processamento cognitivo chamado Espaços Mentais, que surgem quando falamos ou pensamos, produzidos como funções da expressão lingüística que os suscitam e do contexto que se configuram. São, portanto, dinâmicos.

Nos espaços mentais, os sentidos são pré-organizados na mente e, quando ativados, podem projetar padrões de inferência do domínio de origem em padrões de inferência no domínio alvo.

Essas projeções não são arbitrárias, mas assentam no corpo e na experiência e conhecimento cotidianos. O nosso sistema metafórico é fundamental para a nossa compreensão da experiência e para o modo de

agirmos com essa compreensão. A metáfora é essencialmente baseada em correspondências com as nossas experiências, mais do que na similaridade. O sistema metafórico desempenha um papel importante tanto na gramática como no léxico duma língua e é constante, ainda que de forma inconsciente. Assim, podemos compreender que o modo pelo qual o falante recebe e encara a realidade depende da própria língua, ou seja, entre a visão do mundo e a linguagem existe uma relação de interdependência.

As projeções metafóricas variam em universalidade. Algumas parecem ser universais, outras estão muito difundidas, ou constitutivas de determinada cultura, podendo ser consideradas um fenómeno central na linguagem e no pensamento e não apenas uma figura de estilo, sendo presente em todos os tipos de linguagem, na cotidiana e científica e não apenas na linguagem poética.

Todavia, conforme garantem Lakoff e Johnson (2002), na maior parte dos casos, a metáfora poética é uma extensão do nosso sistema convencional de pensamento metafórico cotidiano.

Conforme Chiavenatto :

Acessadas em domínios mentais, as informações que importamos para construir os sentidos são ativadas pelas formas lingüísticas, tendo seus aspectos postos ou tirados de foco nos espaços mentais. Tais informações estão armazenadas na mente dos falantes em estruturas como:

a) esquemas em imagens – formas básicas de apreensão da realidade a partir das percepções sensoriais, esquematicamente abstratas;

b) modelos cognitivos idealizados - conhecimentos socialmente estabelecidos, arquivados na memória a partir do compartilhamento de experiências nas comunidades e nas interações; e

c) modelos culturais – conhecimentos culturalmente localizados.

### 3.8 Sobre metonímias

Assim como a metáfora, tradicionalmente, também a metonímia tem sido considerada como “figura de palavra”, apenas mecanismo retórico de ornamentação, típicos da linguagem literária. Contudo, essa figura não é exclusividade da linguagem poética, nem tão somente reforço para a argumentação e a retórica. Assim como ilustra a epígrafe extraída do filme “O carteiro e o poeta”, Lakoff e Johnson (2002, p. 48) garantem que a linguagem cotidiana também está repleta de expressões metonímicas. Segundo esses autores, tanto metáfora como metonímia são instrumentos cognitivos, o que, para a Lingüística Cognitiva, constituem fenômenos verdadeiramente conceituais.

A diferença entre metáfora e metonímia, com efeito, não é uma diferença de operação, como entre semelhança e relação extrínseca, afirma Ricoeur (2002, p. 255). Na metonímia, um termo substitui outro não porque a nossa sensibilidade estabeleça uma relação de semelhança entre os elementos que esses termos designam, mas pela relação de proximidade, de vizinhança entre um termo e outro. Essa relação não é inquestionável, mas pode ser verificada na realidade externa ao sujeito que estabelece tal relação.

Ao compararem metáfora e metonímia, Lakoff e Johnson (2002, p. 92, 93) afirmam que são processos de natureza diferente:

A metáfora é principalmente um modo de conceber uma coisa em termos de outra, e sua função primordial é a compreensão. A metonímia, por outro lado, tem principalmente uma função referencial, isto é, permite-nos usar uma entidade para representar outra. Mas metonímia não é meramente um recurso referencial. Ela também tem a função de propiciar o entendimento.

Enquanto a metáfora envolve domínios cognitivos diferentes, relativos à experiência, como uma projeção da estrutura de um domínio-origem numa

estrutura correspondente a um domínio-alvo, a metonímia fica circunscrita a um mesmo domínio, afirma Lakoff (1987).

Para demonstrarem que as metáforas não são meras extensões, ou transferências semânticas de uma categoria para outra de domínio diferente, mas envolvem uma analogia entre a estrutura interna de dois domínios da experiência, Lakoff e Johnson (2002, p. 46) servem-se do exemplo “Discussão é guerra”. Por meio dessa metáfora, esses autores afirmam que a conceitualização de categorias abstratas se fundamenta na nossa experiência cotidiana.

Mesmo que não tenhamos uma experiência pessoal de guerra, mas imagens mentais sobre essa situação provocada entre homens, e, por extensão, entre povos e nações, conceitualizamos uma discussão pela metáfora da guerra. Assim, entre os dois domínios são estabelecidas analogias estruturais, quais sejam: há uma correspondência entre os participantes de uma guerra e os participantes de uma discussão, as opiniões divergentes correspondem às diferentes posições dos adversários na guerra, manter uma opinião corresponde a defender-se e fazer objeções corresponde a atacar, enquanto abster-se de opinar, ou retirar a palavra, corresponde à rendição.

Como forma de realização lingüística dessa metáfora conceitual, numa discussão ataca-se, ou defende-se uma determinada tese ou idéia; levando-se em conta os pontos fracos do interlocutor, são feitas escolhas lingüísticas estratégicas com a finalidade de atacar o ponto de vista do outro para derrotar o antagonista.

Metonímia, do grego *metonymía*, significa o emprego dum nome por outro, é o uso da parte pelo todo. Na metonímia, uma palavra se usa em lugar de outra,

não por semelhança, mas porque há entre ambas as coisas uma relação de contigüidade, de coexistência, de interdependência. Há uma relação de vizinhança, de interdependência entre ambas as coisas. Elas podem ser:

1. de causa e efeito:
2. da matéria e objeto:
3. do continente e conteúdo
4. do concreto e do abstrato
5. autor/obra, inventor/invento
6. de lugar e produto do lugar.

A Sinédoque, um caso especial de metonímia em que a relação entre os dois significados é uma relação de inclusão: estabelece uma relação de contigüidade entre o todo e a parte, podendo ser particularizante ou generalizante.

1. do todo com a parte:
2. de espécie e de gênero
3. do singular e plural

A metáfora se baseia na semelhança. A sinédoque e metonímia se baseiam na contigüidade, não na semelhança. Há autores que não distinguem sinédoque de metonímia, embora alguns afirmem que a diferença entre as duas reside em que a metonímia estabelece uma relação geral de causa e efeito e a sinédoque uma relação geral do todo com a parte. Na metonímia haveria uma

dependência externa, uma correspondência causal. Na sinédoque uma dependência interna, inclusão, conexão.

Lakoff e Johnson (2002, p. 93) asseveram que a metonímia tem, pelo menos em parte, o mesmo emprego que a metáfora, no entanto ela permite que focalizemos mais especificamente certos aspectos da entidade a que estamos nos referindo e, assim como a metáfora, faz parte do nosso cotidiano, pois estão intrinsecamente ligadas ao nosso agir e pensar no dia-a-dia. Lakoff e Johnson (2002, p. 97) garantem que os conceitos metonímicos são responsáveis não só pela estruturação de nossa linguagem, mas também organizam nossos pensamentos, atitudes e ações e estão intimamente entrelaçados às nossas experiências.

A metonímia do produtor pelo produto afeta, ao mesmo tempo, nosso pensamento e nossa ação como sugerem Lakoff e Johnson (2002, p. 96), os conceitos metonímicos permitem-nos conceptualizar uma coisa por sua relação com outra:

Quando pensamos em um Picasso, não estamos pensando apenas em uma obra de arte: mas estamos também pensando na relação dessa obra com o artista, isto é, a sua concepção de arte, sua técnica, seu papel na história da arte. Reverenciamos um Picasso, mesmo que seja um esboço que ele tenha feito quando adolescente, por causa da relação dessa obra com o artista.

Para Lakoff e Johnson (2002, p. 97) os conceitos metonímicos se baseiam em relações de contigüidade e nos permitem conceitualizar uma coisa por sua relação com outra. Assim como a metáfora, esses conceitos estruturam não só a

nossa linguagem, mas também nossos pensamentos, atitudes e ações e baseiam-se em nossa experiência.

### **3.9 Sobre histórias e parábolas**

Conforme sugere Turner (1996) em sua obra *The literary mind*, nós interpretamos todo nível de nossa experiência por meio de parábolas, entendendo a parábola como a projeção de história, não da forma convencional como é empregada na literatura, mas para destacar que a mente cotidiana é essencialmente literária.

São nossos meios principais de olhar no futuro, de predizer, de planejamento e de explicar. É, segundo Turner (1996, p. 4), uma capacidade literária indispensável para a cognição humana.

A essência da parábola, na concepção de Turner (1996, p. 5), é a combinação de história com projeção: uma história é projetada sobre outra, um princípio cognitivo básico.

A maioria de nossa experiência, nosso conhecimento e nosso pensamento é organizada por histórias. O âmbito mental de história pela projeção, em nosso cotidiano ajuda a fazer relações de sentido.

Para Turner (1996, p. 12), é próprio do homem criar histórias e, pelas histórias, nós imaginamos realidades e construímos significados. A mente cotidiana executa esses feitos por meio de processos mentais que são considerados processos literários.

A mente humana sempre está em trabalho constante, construindo histórias pequenas e as projetando, tornando a vida cotidiana possível, pois são a raiz do pensamento humano, assegura Turner (1996, p. 12). As histórias são tão essenciais à vida, que nosso domínio delas se mostra quase completamente inconsciente, de um ponto de vista biológico; mas se manifesta no cotidiano como um mecanismo tão consciente que não nos apercebemos de sua inevitável essencialidade. Quando nos apoiamos em outras histórias, quando contamos e repassamos histórias, e quando empregamos pequenas histórias em nosso dia-a-dia, para dar forma e sentido ao nosso pensamento, às nossas concepções de mundo, nós distinguimos objetos de eventos, objetos de outros objetos, e eventos de outros eventos. Desse modo, estamos fazendo nossas projeções e realimentando nosso cotidiano com uma linguagem que não nasce de nosso pensamento abstrato e singular, mas que vem de uma história geral: a existência humana, guardada em nosso inconsciente e projetada por outras histórias. É a história de como nós usamos história, a parábola para pensar, que nos acompanha desde a história geral da humanidade, projetada em nossas pequenas histórias do cotidiano, ao nível de histórias do cotidiano.

Toda a realidade humana é simbólica e esses símbolos que usamos para dar nomes às coisas do “mundo” nos cercam e nos envolvem como um cenário perceptível por meio de alguns, muitos ou mesmo uma infinidade de sinais, que são traduzidos por nossas metáforas, nossas formas conceituais de apreensão dos sentidos.

Assim, ao apresentarmos uma história, projetamos outra história, com a principal intenção de dar a entender uma possível mensagem. Essa projeção de

uma história sobre outra pode parecer didatizadora, mas se constitui de esquemas, que se organizam e, num processo de deslocamento, a parábola combina história e projeção convenientemente, como um laboratório onde são condensadas grandes coisas em um espaço pequeno. Assim, entender uma parábola é acionar uma série de dados armazenados que são ativados inicialmente com imagem narrativa até a compreensão de um complexo de objetos, eventos e atores que remontam ao nosso conhecimento de história.

Combina história, então, com projeção: uma história é projetada sobre outro. A essência de parábola é, portanto, a combinação de duas de nossas formas básicas de conhecimento -projeção e história- que produzem um de nossos processos mentais mais agudos porque significam construir uma outra história, atualizada, dada a natureza de nossos sistemas conceituais.

## **4. DA ANÁLISE**

A verdade, se ela existe,  
Ver-se-á que só consiste  
Na procura da verdade,  
Porque a vida é só metade.  
(Fernando Pessoa, 1994, p. 64)

### **4.1 Apresentação dos dados**

Apresentaremos a seguir os dados coletados e a situação em que se realizou a coleta.

Estão transcritas algumas falas colhidas em ocasiões informais, em que não foi possível fazer a gravação, mas que apresentaram os aspectos que pretendemos evidenciar. Essas ocasiões nas quais a pesquisadora estava presente, com o diário de campo em mãos, com a intenção de registrar dados históricos e significativos mostraram-se, não raras vezes, mais propícias às anotações do que propriamente quando a intenção prévia era o registro por meio de gravações.

As situações sociais em que nos encontrávamos (em uma loja popular da cidade, cuja conversa pôde ser anotada, percebida a expressão de interesse para a pesquisa; conversa em um parque de exposição, por ocasião das

comemorações da festa da agropecuária do Município de Patrocínio; conversa informal e descontraída, com senhoras do grupo em uma padaria da cidade, sem a preocupação em gravar ou comunicar às informantes a situação em questão; observações e registro em diário de campo de falas percebidas em velórios, festas de família; desfiles comemorativos, dentre outros), cuja proximidade com um pequeno grupo de pessoas da região do Rio Dourados permitiu o registro de falas espontâneas e relevantes para a pesquisa.

Os dados gravados foram colhidos após um agendamento prévio com os informantes e após a confirmação de que a entrevista poderia ser gravada. Essas entrevistas aconteceram na maioria dos casos na residência do informante ou em seu local de trabalho, tanto na zona rural, quanto na zona urbana.

## **4.2 Matizes e formas: a opção teórica**

A Teoria dos Espaços Mentais de Fauconnier (1998) pareceu-nos bastante lúcida e inovadora para empreendermos esta análise, uma vez que reconhece que as ferramentas da lógica formal assumidas pelas teorias tradicionais não dão conta da sistematização necessária ao trabalho de análise do idioma natural. A teoria, defendida por Fauconnier, inova no sentido de separar as estruturas referentes, dentro de uma semântica cognitiva, indicada nos espaços mentais que funcionam como conectores capazes de estabelecer o elo de sentido entre o que se diz e o que se tem em mente, não realizado pela enunciação e passível de mais de uma leitura.

Na perspectiva teórica defendida por Fauconnier (1997, 1998), Fauconnier e Turner (1996) e Fauconnier e Sweetser (1996), os significados são entendidos

como construções mentais processados a partir de instruções fornecidas pelos sinais lingüísticos – as formas da língua. Entendendo os diferentes níveis de estruturação da gramática como partes integrantes do conhecimento que os sujeitos têm arquivado na mente, partimos do pressuposto de que as formas lingüísticas não são portadoras de significados, mas orientadoras para a construção de significações em domínios mentais.

Ainda, tomando como guia os estudos de Lakoff e Johnson (1980), que realizaram uma ampla análise de enunciados da linguagem cotidiana com a descoberta de que a nossa linguagem revela um imenso sistema conceitual metafórico, que rege nosso pensamento e nossa ação, realizaremos nossas análises, alicerçadas também no trabalho de Turner “The literary mind”, (1996). Esse trabalho apresenta a concepção da parábola como um princípio cognitivo básico e, como a maioria de nossa experiência, nosso conhecimento e nosso pensamento são organizados por histórias, subsidiando nossas análises situando a projeção e a intermediação pela linguagem de forma a construir as relações de sentido.

Vejamos um exemplo desse modelo, na análise do seguinte texto de autoria desconhecida, veiculado pela Internet:

### **O entardecer da vida**

O sol se despedia do Império Tré. O vassalo caminhava ao lado da anciã do moinho amarelo. Iam conversando sobre a Vida...

\_O que mais lhe agrada na vida, senhora?

A velhinha do moinho amarelo, distraída, olhando o ocaso, respondeu:

\_O entardecer.

Surpreso, o vassalo perguntou:

\_Não prefere o amanhecer? Não há coisa mais bela do que o nascimento do sol, atrás das colinas do Tré. Eu prefiro o amanhecer!

A anciã colocou no chão a cesta de espigas que levava em suas mãos enrugadas. Dirigindo-se ao vassalo com sua voz doce e conciliadora disse:

\_O amanhecer é belo sim, mas o por-do-sol me agrada mais. São momentos que me fazem refletir, pensar muito...

São momentos que dizem coisas de mim mesma...

\_Coisas, de ti mesmo?

Não sabia o que a velhinha queria dizer com aquela frase.

Antes de fechar a porta do moinho amarelo, a anciã acrescentou:

\_Claro! A vida é como um amanhecer para um jovem como tu.

Para os anciãos como eu, é um belo entardecer. O que no início é bonito, ao final chega a ser plenamente belo. Por isso prefiro o entardecer.

\_Veja!

A anciã apontou sua mão para o horizonte.

O sol se ocultou e uma cálida cor rosada se estendeu por todo o império de Tré. E o vassalo guardou silêncio, deslumbrado ante tanta beleza.

\_A vida é como um instante que passa e não volta.

Começa como um fresco amanhecer, e como um sereno entardecer nos deixa. Depende de nós que o sol de nossa vida, quando se despeça do céu chamado "história", enfeite com lindas cores a sua despedida.

Cores que sejam bonitas recordações que guardarão de nós as pessoas que viveram ao nosso lado.

(Traduzido do espanhol, sem autoria conhecida)<sup>6</sup>

Fauconnier e Sweetser (1996) propuseram uma forma para que possam ser descritas as transferências e correspondências que acontecem entre domínios cognitivos e espaços mentais no processo cognitivo de amálgama, ou mescla. Entre os domínios ativados (representados nos círculos), emerge um espaço genérico, espaço esquemático que permite a homologia entre as entidades que se emparelham nos dois domínios. Estão emparelhados nos domínios de origem (DO) e nas visões que expressam sobre os fatos (DA), de forma a representarem a projeção entre dois domínios.

---

<sup>6</sup> O entardecer da vida. Slide elaborado por Ria Ellwanger a partir de texto de autoria desconhecida e imagens tiradas da Internet. Disponível em: [http://flori\\_jane.sites.uol.com.br/index.htm](http://flori_jane.sites.uol.com.br/index.htm) . Acesso em: 18 de agosto de 2005.

Um amálgama cognitivo acontece quando processos mentais envolvem relações conceituais entre, pelo menos, dois domínios distintos. Quando ativados, esses domínios suprem a escassez dos significantes com informações que neles se encontram arquivadas. Por isso, muitas vezes, a partir de um único termo, experiências de diferentes naturezas, ativadas na memória, vêm compor o significado das construções lingüísticas. As entidades que os compõem estão parcial e esquematicamente configuradas. Entre as que são ativadas, algumas são transferidas para o espaço mesclado, levando consigo as significações que com elas coexistem nos domínios.

Vejamos agora, de forma esquemática, como se processa a projeção de imagens e a transposição de sentidos possibilitadas pelo espaço mental:

Projeção A:

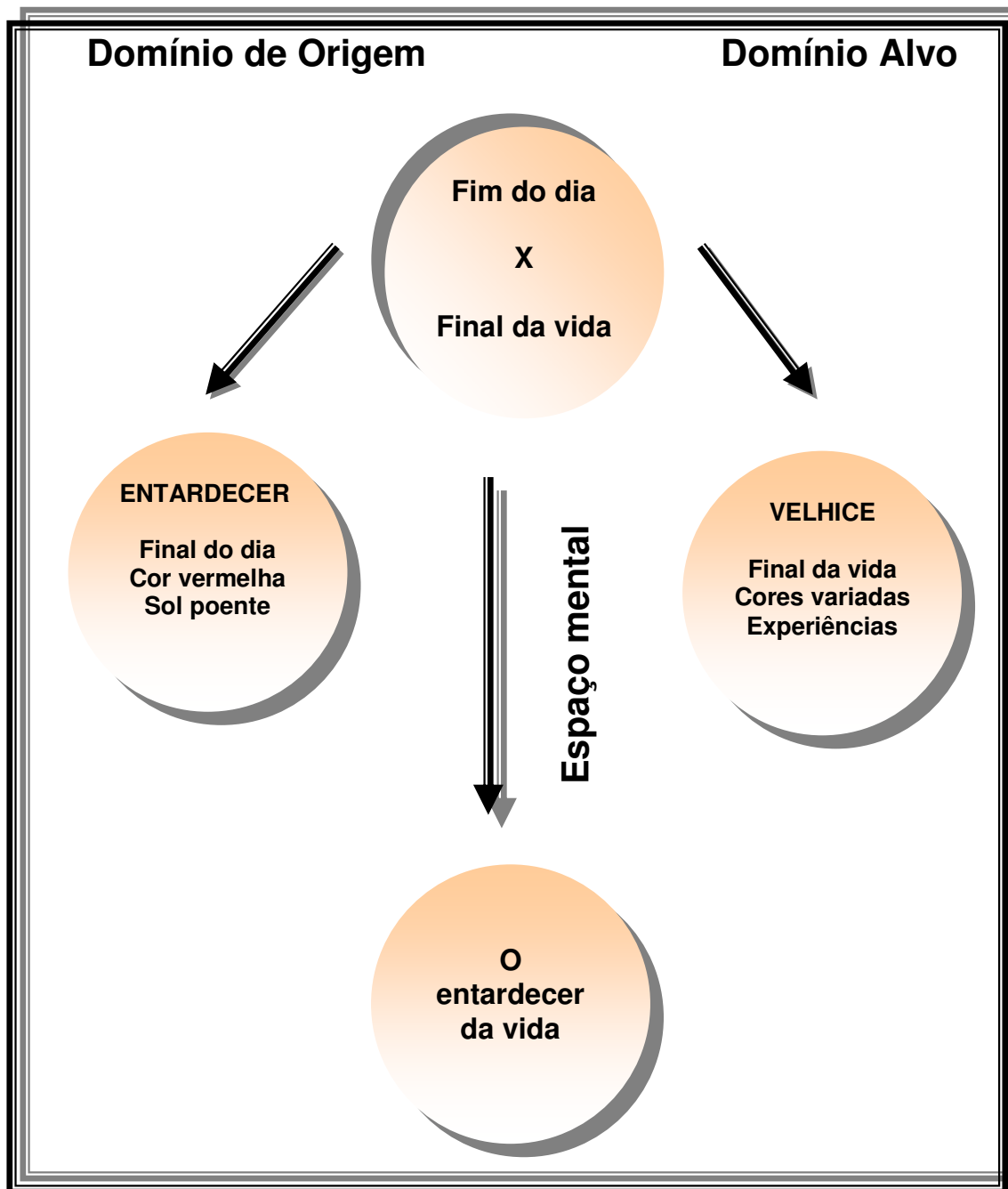


Figura 12- Esquema A- Texto "O entardecer da vida"

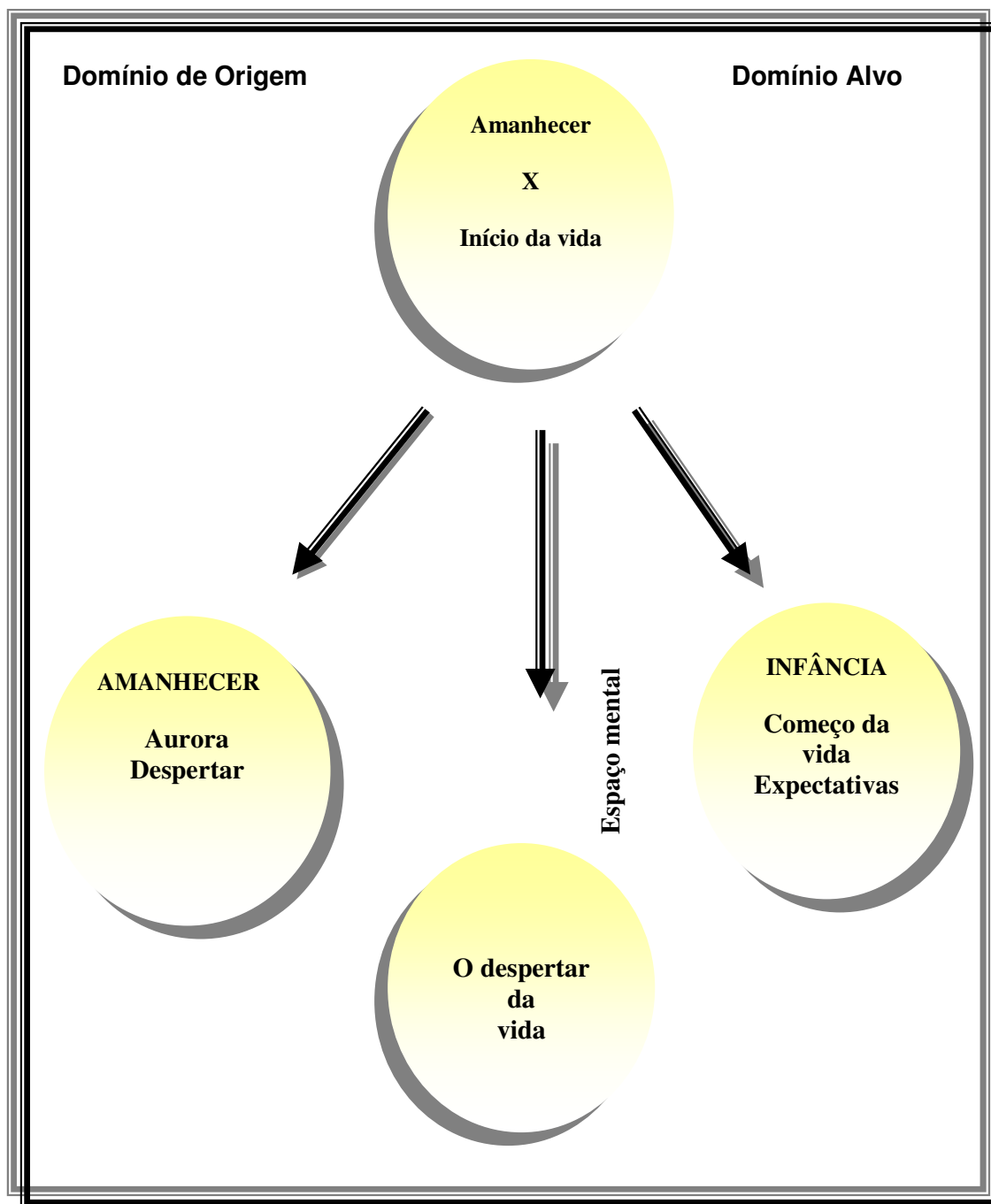
**Projeção B:**

Figura 13- Esquema B- Texto "O entardecer da vida"

Pela mensagem do texto, a partir das projeções A e B, pode-se projetar as seguintes imagens:

**Projeção C:**

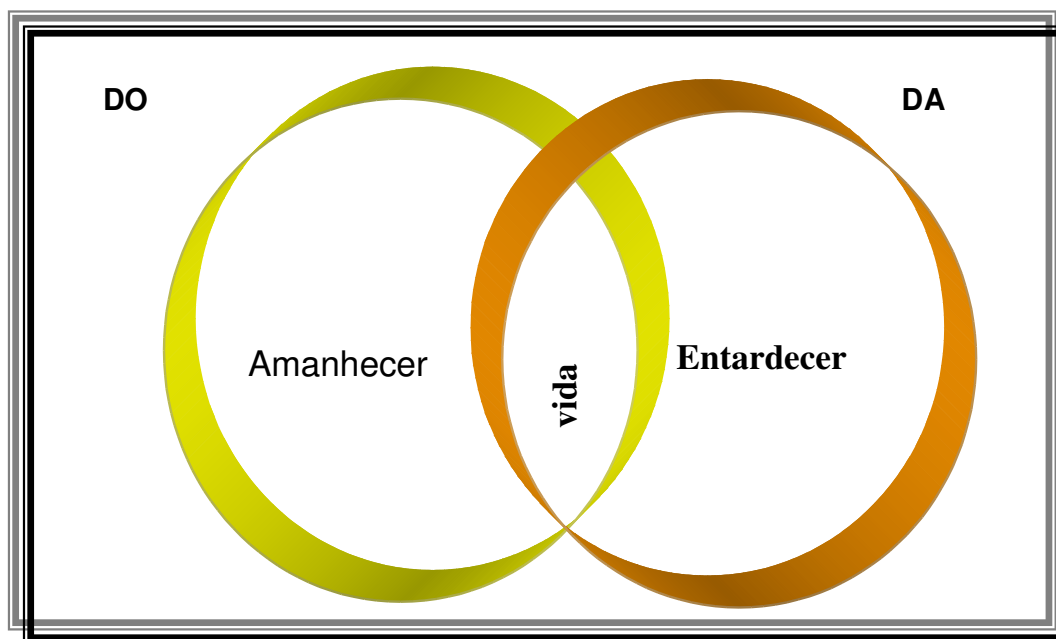


Figura 14- Esquema C- Texto “O entardecer da vida”.

Os espaços são representados por círculos e, em seu interior, as entidades se combinam e novas relações são processadas. Da composição das entidades no espaço *blending*, um significado original emerge. Tal significado é original porque decorre das novas relações que se processam no interior da mente, resultante de uma sistematização de experiências subjetivas que vem sendo armazenadas no inconsciente humano desde a mais tenra infância.

Vida, portanto, pode ser representada pela intersecção entre amanhecer e entardecer, englobando as duas metáforas: amanhecer (início da vida, infância, tenra idade) e entardecer (final da vida, velhice, senilidade). Ou seja, quando o

leitor lê o texto “O entardecer da vida” cria um espaço mental, em que associa as imagens projetadas pelo *input 1*, no domínio de origem às imagens projetadas pelo *input 2*, no domínio alvo, realizando um significativo *blending* criativo.

Vejamos agora a Projeção D:

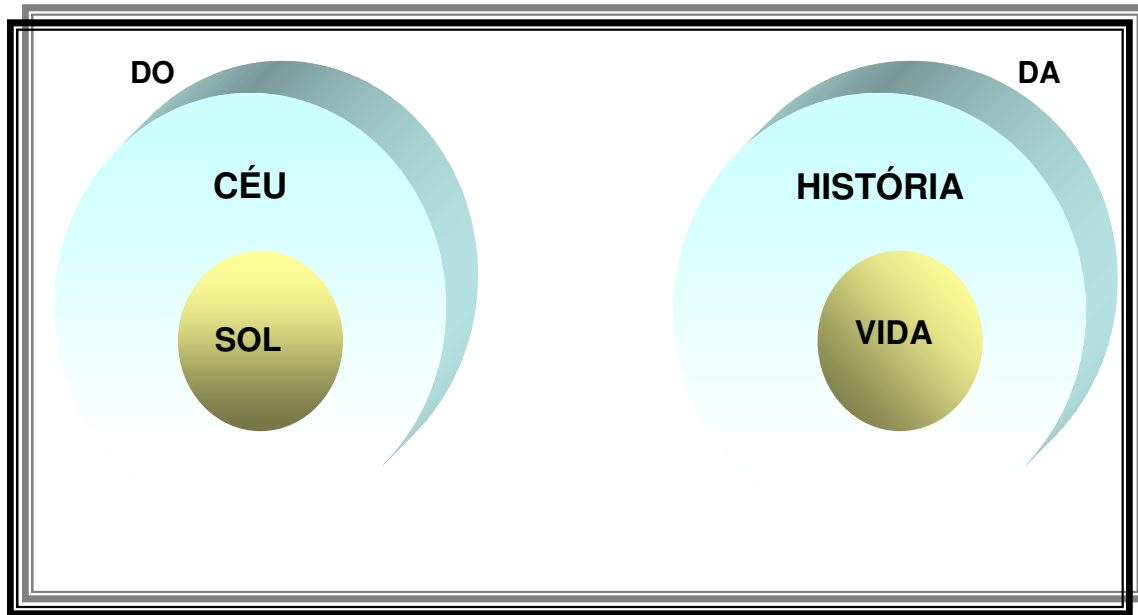


Figura 15- Esquema D- Texto “O entardecer da vida”

Nessa parábola, a vida é metaforizada como “um instante que passa e não volta” e projetada na imagem do sol que corta o céu, numa perspectiva histórica. Sol é a metáfora para vida, que se descortina na linearidade do tempo, a história, cuja metáfora é o céu, imagem que comporta a idéia de tempo/espço. Assim, temos no domínio de origem a vida, com toda sua fugacidade, representada pela metáfora do sol, e no domínio alvo a história, com sua temporalidade espacial, representada pela metáfora do céu.

Ao ler o texto, o leitor ativa em sua mente um espaço mental, em que é possível retomar seu conhecimento de mundo acerca do grande astro celeste,

aquele que traça um movimento linear circunscrito aparente a um tempo no espaço indefinido em que se movem os astros, o céu.

Dessa forma, poderíamos dizer que nesse texto há três grandes metáforas: a vida como um instante que passa, representada pelo sol, transitório pela sua natureza, ao cortar o céu, que representa a relação espaço-temporalidade da vida; a infância como a aurora, representada pelo amanhecer; a velhice como o entardecer, representada pelo fim da tarde.

Usa-se, pois, o momento pelo evento que nele ocorre. Entre os dois significados há uma relação de implicação, uma vez que o evento está intrinsecamente unido a um dado momento. Entre os significados amanhecer/infância, entardecer/velhice, e vida/passagem, há uma relação de semelhança, de intersecção.

A seguir, passaremos à análise dos eventos de fala do grupo pesquisado, registrados nas entrevistas e nos diários de campo.

### **4.3 Análise dos dados das entrevistas**

Desde o início deste trabalho temos enfatizado o sentido cômico provocado pelo falar característico do grupo pesquisado.

Entretanto, ainda que outras questões pertinentes ao estudo da variação lingüística também possam ser constatadas na fala dos membros da comunidade dos Dourados, focalizamos apenas os eventos de fala que destacam essa comunidade das demais comunidades mineiras, considerando que, em termos de

variação, esse grupo apresenta características também comuns aos demais grupos de falantes do Estado de Minas Gerais.

Destacamos, nas entrevistas realizadas, algumas expressões características desse grupo e que são reveladoras de sua marca lingüística.

Alguns membros dessa comunidade são bastante conhecidos e suas expressões são repetidas em outras comunidades. Eis a razão pela qual, ao selecionarmos as entrevistas, optamos por apresentar na íntegra a entrevista denominada “Entrevista A”. O entrevistado é um dos membros mais destacado da comunidade e as expressões atribuídas a ele são recorrentes nas entrevistas com os demais membros, tanto da comunidade de “Dourados” como das outras comunidades.

Essa também foi a razão pela qual optamos por fazer a análise de um recorte de uma expressão retomada pela entrevistadora e confirmada pelo entrevistado como sendo de sua autoria.

Analisamos, a seguir, oito recortes extraídos das entrevistas com dois membros da comunidade dos Dourados, sendo os três primeiros recortes da entrevista denominada “A”, gravada na residência de um membro da comunidade lingüística, na ocasião com 60 anos, residente em ambiente urbano, mas oriundo da zona rural, fazendeiro e comerciante, com nível de escolaridade equivalente às três primeiras séries do Ensino Fundamental.

Os outros cinco recortes foram extraídos da Entrevista denominada “B”, realizada no local de trabalho de uma enfermeira de 45 anos, membro da mesma comunidade lingüística, portadora de certificado de curso médio profissionalizante

e residente, desde a idade de 12 anos, em ambiente urbano. Os textos integrais das entrevistas estão registrados no apêndice deste trabalho.

Acrescentamos às análises dos enunciados obtidos nas entrevistas e às expressões apontadas no diário de campo as expressões atribuídas ao grupo, reportadas pelos informantes de outras comunidades e registradas no item 2. 2 deste trabalho, porque entendemos que expressam a visão de mundo das demais comunidades acerca do grupo denominado “Dourados” e representam, no imaginário popular, as marcas que determinam a identidade lingüística atribuída à comunidade pesquisada. Em algumas análises, além da discussão, faremos a representação por meio de esquemas, como os apresentados em 4.1.

#### **4.3.1 Dados colhidos em entrevistas**

##### **Recortes da Entrevista “A”**

- (1) Aquela égua que tava amarrada no pau do Polidório era eu.
- (2) Nus meu gadu ninguém mi passa as perna.
- (3) Qué comprá, né moça coisa bunita?

##### **Recortes da Entrevista “B”**

- (1) Purque eu ficava seguranu muito tempu o banheiro.
- (2) Mi dá uma maca dona A. N. disocupada.
- (3) Di manhã o pessoal é terrível menina horrível.
- (4) Passava a tardi intera neim cumia urinava bebia só.

(5) De não podê cumê essa pessoa atrapalha.

#### **4.3.2 Recortes dos registros em diário de campo**

(1) Ih! A mãe num dexava namorá o pai.

(2) O olho da minha mãe verde.

(3) O pai era bão de sela montava a mãe tinha orgulho danado disso.

(4) Pegou no rabo. O homi do burro. Qué amansá ele.

(5) Cê dexá o burro amontá muié qui treim siô.

(6) A vida é minina feia, mais é mió que a danada da morte.

(7) O guvernu, cê viu o juru ningueim sigura o café uma bobagi pra nois.

(8) Oi lá neim a muié maizeu agarradu.

(9) Já falei mulhé é indecenti mulequi trapaiadu. Só inu lá. Só yeu pra apartá a muié perrengui. Só inu lá.

(10) U negóciu du guvernu lá tinha um tantu de cavalu.

(11) In lá in São Paulu os cavalu é tudo dessa cor os puliça branco.

(12) Qui coisa mais bunita: u pai a mãe mais bunita as mula.

(13) O meu pai é o cavalu brancu tameim.

(14) Teim nada mió duqui i cum a vara di pescá na bera dum corgu, um frangu cum piqui, uma lata de cerveja.

(15) Eu já cumi piqui. Do Jusé num gostu não.

(16) Ondi já si viu cumê assim sua mãe não havera de gostá.

(17) Num podi cumê a mão dessi mininu tá suja.

(18) Ondi já viu cumê mininu suju!!! Peraí qui ocê vai apanhá.

(19) A bunda tá muito bordada e os peito não.

(20) Tameim ela é muito grandi, a bunda preta.

(21) Si ela pidissi a mãe mudava a bunda, mais ela num quis. Eu num gostei.

(22) Cê viu quem pegô o botão da noiva? Aquela ali num casa mais não. Neim cum reza braba. Neim cum botão ela casa mais. Já incruô.

(23) Prá dona Maria coitada da porta.

Passemos às análises.

Vejamos, a seguir, o Recorte 2 da Entrevista “A”.

**Nus meu gadu ninguém mi passa as perna**

A expressão pleonástica que ocorre nessa enunciação pode também ser interpretada como um anacoluto, posto que há uma supressão inicial da informação e, na retomada para a conclusão do pensamento, inicia-se outro caminho.

Considerando um primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação- há que se observar a intenção do falante: comunicar ao seu interlocutor que, em se tratando de negócios (no caso a informação é dada por um comerciante de gados), ninguém lhe engana.

Num segundo nível de interpretação “passar a perna no gado” seria interpretado – literalmente – como dar uma rasteira em alguém, o que, apesar de ser uma enunciação possível, não seria aceita entre os interlocutores como uma mensagem plausível, considerando nesse caso o contexto do evento de fala relacionado. Essa interpretação, portanto, seria logo descartada, entendendo que

nem os interlocutores, tampouco as demais comunidades lingüísticas, interpretariam desse modo essa expressão.

Um terceiro nível- o metafórico- coloca em evidência a relação entre passar a perna e enganar, como uma relação passível de ser aceita num mundo real. E gado estabelece uma relação metonímica com negociar gado. Nesse caso, o vocábulo gado personifica a ação humana de fazer negócios de compra e venda desses animais.

Esquemáticamente podemos representar da seguinte forma:

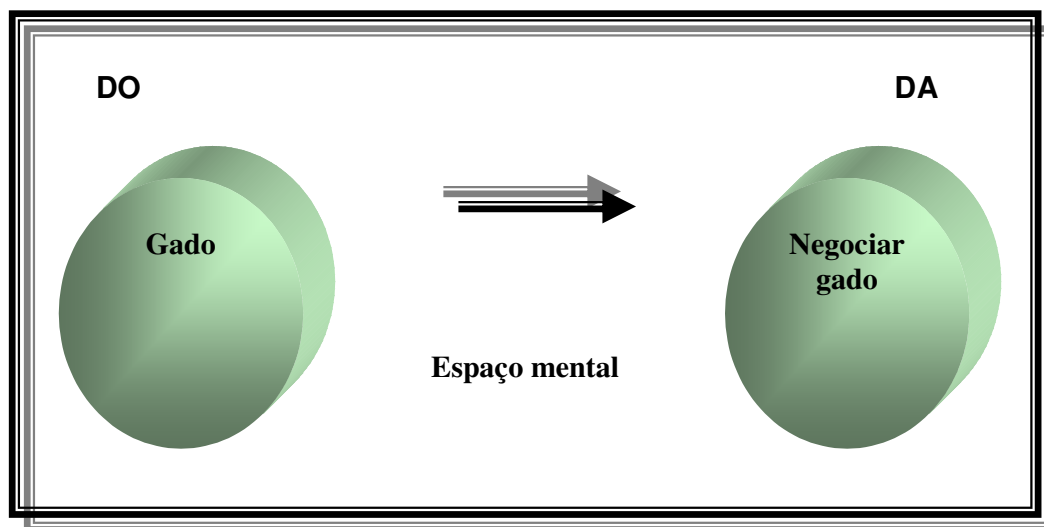


Figura 18- Esquema A- Recorte 2- Entrevista “A”.

No domínio de origem, temos “gado” que, em uma projeção metonímica para o domínio alvo, estabelece a relação com negociar “gado”, criando, assim, um *blending* em que há compreensão de que a palavra “gado” está sendo usada para se referir à “ação de fazer negócios de compra e venda de animais”, uma interpretação possível em nosso sistema conceitual.

Já a relação “Passar a perna” e “enganar” pode ser esquematizada da seguinte forma:

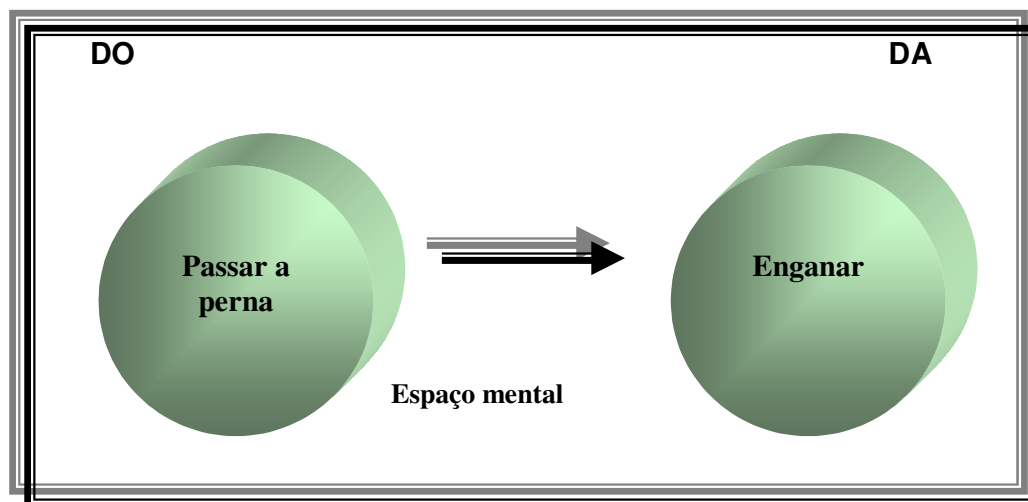


Figura 19- Esquema B- Recorte 2- Entrevista “A”.

Temos no domínio de origem a expressão “passar a perna” como metáfora para o sentido do domínio alvo “enganar”. Nesse caso, o espaço mental entre o *input 1* e o *input 2* evoca os *frames* que, ao serem ativados, estabelecem essa relação que não está na literalidade, mas nas possibilidades de interpretação condicionadas por nosso sistema conceptual, que reveste o sentido metafórico, consoante nossas experiências e expandido segundo nossa interpretação do mundo.

A seguir, analisaremos o Recorte 3 da Entrevista “A”.

**Qué comprá, né moça coisa bunita?**

Nesse caso, há uma inversão sintática que provoca a ambigüidade na enunciação, com o deslocamento do vocativo, conferindo ao enunciado um caráter contrastivo, que enfatiza o tópico e altera o sentido da enunciação.

Se considerarmos esse sentido num primeiro nível de interpretação - contextualizando a fala e tendo como foco a intenção do falante, teremos a

interpretação de que o enunciador estava se referindo à informação implícita na enunciação anterior que pode ser assim parafraseada: as pessoas gostam de gastar e todas as coisas bonitas que vêm na TV querem comprar. Isso se dirigindo a uma interlocutora, com o emprego do vocativo “moça”.

Num sentido imediato do enunciado – o nível literal – abstraindo-se o contexto e desconsiderando a enunciação anterior, tem-se uma interpretação literal em que se entende que a interlocutora é que é “a coisa bonita”, ou seja, “bonita” é, nesse caso, qualificativo de “coisa” e “coisa bonita” é um aposto de “moça”, a interlocutora.

Analisaremos o Recorte 1 da Entrevista B:

**(...) porque eu ficava seguranu muito tempu o banheiro**

Nesse caso ocorre uma ambigüidade provocada pela relação metonímica em que o lugar assume o sentido da ação.

Num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação, considerando o contexto da fala e presumindo-se a intenção do falante, podemos fazer a seguinte leitura: a enfermeira diz que ficava muito tempo sem ir ao banheiro, ou seja, segurava a urina por muito tempo.

A projeção metonímica criada pela referência ao “lugar em que se pratica a ação de urinar”, em vez da “ação de urinar”, funciona como um espaço mental que sinaliza a compreensão da mensagem. Assim, o conceito metonímico projetado nessa enunciação permite-nos conceptualizar uma coisa por sua

relação com a outra. Ao dizer “segurar o banheiro”, a entrevistada está na verdade querendo dizer: “segurar a urina”, o que é passível de ser interpretado na interlocução, pois está baseado na experiência e no conhecimento de mundo e partilhado pelos interlocutores. Está fundamentada na nossa experiência com a localização física e sua função.

Num segundo nível de interpretação – o nível literal – com a referência ao banheiro cria-se um sentido também possível num mundo real, todavia, desarticulado do contexto e da intenção do falante, entendendo banheiro como algo físico, material, que pode ser segurado, tanto no sentido de “empunhar”, como no sentido de “proteger”, ou ainda, de “ficar muito tempo usando o banheiro”. Apesar de possíveis, essas interpretações seriam logo descartadas, considerando o contexto da enunciação.

Assim, empregaremos o seguinte esquema para representar essa enunciação:

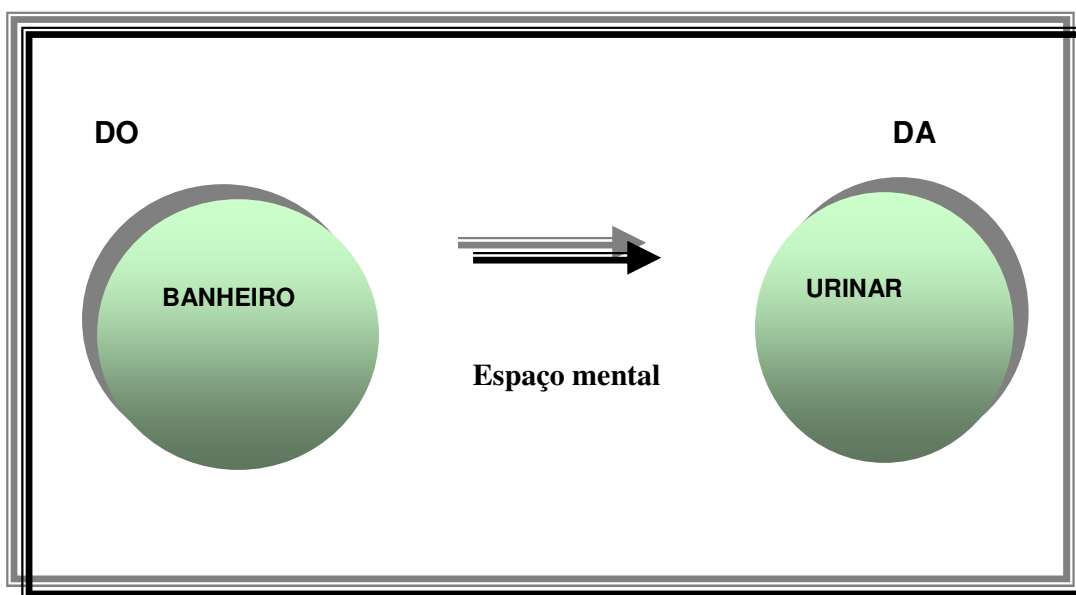


Figura 20- Esquema A- Recorte 3- Entrevista “A”.

No domínio de origem, tem-se “banheiro” como referente para a projeção do domínio alvo “urinar”, assim, um *blending* é criado levando à interpretação de que na relação entre local/ação realizada há uma metonímia em que uma entidade está sendo usada para se referir à outra, provocando uma interpretação possível em nosso sistema conceptual.

Vejamos o Recorte 2 da Entrevista B:

**Mi dá uma maca dona A. N. disocupada.**

Nesse recorte de fala, ocorre o mesmo que no Recorte 3 da Entrevista “A”: há também uma inversão sintática, uma sínquise, com o deslocamento do vocativo, Dona A N, de modo a causar uma ambigüidade, uma vez que o qualificativo “desocupada” se agrega a ele e não ao substantivo “dona”, como seria esperado.

Essa ambigüidade é desfeita ao considerarmos essa enunciação num primeiro nível de interpretação, colocando em evidência a intenção do falante. Assim como no Recorte 3 da Entrevista “A”, é possível a interpretação de que o enunciador estaria se referindo à maca como desocupada e não à interlocutora. O deslocamento de sentido provocado não se sustenta a não ser num sentido imediato, resultante de uma percepção superficial.

Nesse sentido – o nível literal – autoriza a interpretação de que “desocupada” é atributo qualificador da A N, que funciona como vocativo nessa enunciação, e não complemento de “maca”.

A mesma orientação pode ser atribuída ao enunciado explícito no Recorte 3 da Entrevista B, exposto a seguir:

**Di manhã o pessoal é terrível menina horrível.**

E, de igual modo, às expressões reportadas pelos informantes entrevistados, pertencentes às outras comunidades lingüísticas, conforme exposto no item 2.2 deste trabalho, transcritas a seguir. A expressão G é recorrente nos registros dos entrevistados pertencentes a outras comunidades e foi retomada pela entrevistadora, na Entrevista A, com vistas à confirmação de sua autoria.

A-Tem pão de sal seu Polidoro de doce?

B-Tem seu Lazo muchiba?

C-Tem farinha dona Maria de mandioca?

D-Tem seu João miudim?

E-Tem feijão seu Pedrinho do bago roxo?

F-Tem bala dona coisa gostosa?

G- Aquela égua que tava amarrada no pau do Polidório era eu.

Nas expressões B, e D ocorrem deslocamentos do vocativo, provocando também o deslocamento do sentido intencional, ou sentido primário, para uma possível interpretação com sentido cômico, uma vez que, assim, o substantivo adquire a função sintática do qualificativo.

Nas expressões A e C, nota-se o desvio sintático, todavia, nesses casos, são as locuções adjetivas que se agregam ao vocativo e provocam o efeito cômico.

A expressão designada pela letra “E” também pode ser assim interpretada, mas, nesse caso, o qualificativo, que deveria se ligar ao substantivo feijão, liga-se ao vocativo, seu Pedrinho, provocando o aspecto cômico comum à fala desse grupo.

Já na expressão “F”, numa interpretação literal, cria-se um efeito cômico, ao se explorar a combinação jocosa do substantivo comum, “coisa”, com o pronome de tratamento “dona”, seguidos do adjetivo, “gostosa”. Nesse caso, considerando a fala apressada e sem marcação de pausa, própria do grupo, que não define, na fala, a segmentação do vocativo e dos demais termos, teríamos como vocativo a expressão composta “dona coisa gostosa”. Assim, a expressão “coisa gostosa” é passível de ser interpretada como qualificativo para o vocativo “dona”.

Assim, enfocando a intenção dos falantes, em um contexto que considera a relação língua/sociedade/cultura e os elementos pertinentes aos sentidos próprios da Antropologia Lingüística, extrai-se, então, o escopo burlesco, descartando-se o sentido literal, provocado inicialmente, assim como na expressão F.

Vejamos a expressão G, reportada pela entrevistadora na Entrevista “A”, da:

**Aquela égua que tava amarrada no pau do Polidório era eu.**

Há nessa expressão uma ambigüidade que, em princípio, causa estranheza, comicidade e uma possível interpretação maliciosa, se considerarmos a polissemia do vocábulo “pau” no sentido listado por Preti (1984), associado à concepção vulgar de égua e os sentidos gerados numa primeira interpretação, sem considerar o contexto e a relação entre os interlocutores.

Num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação podemos aduzir a intenção do falante: comunicar ao seu interlocutor a sua presença em um local notadamente conhecido na comunidade. Nesse episódio, a referência ao animal pertencente ao enunciador estabeleceria a relação de propriedade/presença do proprietário, o que poderia ser caracterizado como uma relação metonímica e não metafórica, considerando que o enunciador não estaria atribuindo a si próprio, características do animal a ele pertencente, mas apontando uma referência ao seu interlocutor, para propiciar a compreensão da mensagem.

Num segundo nível de interpretação- o nível literal- a égua seria interpretada como sendo o enunciador, o que, apesar do efeito cômico, em princípio considerado nessa fala, seria logo descartado, entendendo que nenhuma comunidade lingüística interpretaria, desse modo, essa expressão.

Um terceiro nível- o metafórico- poderia ser explorado, tendo em vista o efeito de sentido alternativo atribuído pelo falante, donde pode se considerar a

metarregra de relação proposta por Charolles, lembrada por Abreu (2004, p. 43): “em um texto coerente, seu conteúdo deve estar adequado a um estado de coisas no mundo real ou em mundo possíveis”. Nesse caso, empregando a metarregra de relação há que se chegar à seguinte análise: a relação do animal com seu dono é tomada como relação de referência num mundo real em que a presença da égua, determina a presença do proprietário. A presença da égua no local apontado, nesse sentido, é uma metonímia que sinaliza a presença do seu condutor, daquele que se estaria servindo dela para estar ali naquele momento. Portanto, um sentido alternativo e possível no mundo real.

Assim, teremos o seguinte esquema para representarmos essa enunciação:

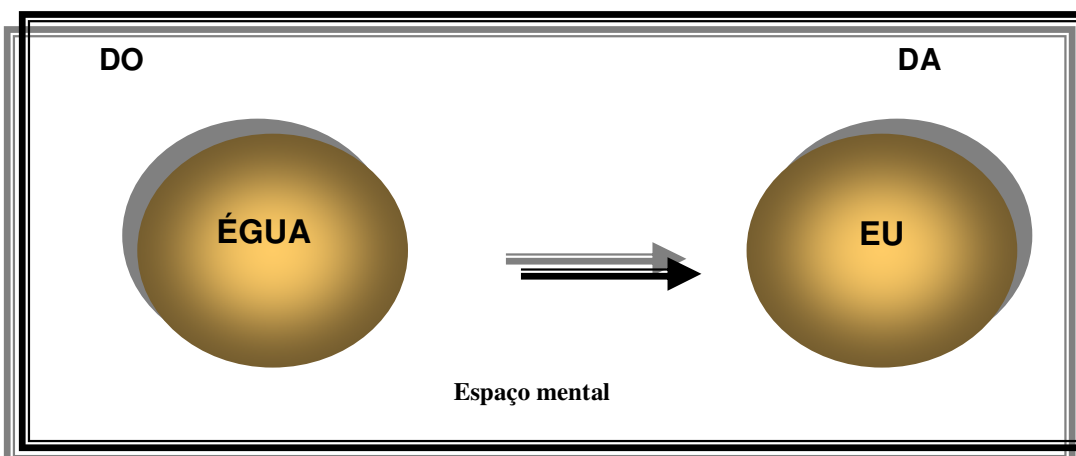


Figura 16- Esquema A- Recorte 1- Entrevista “A”.

No domínio de origem tem-se égua como referente para a projeção do domínio alvo “eu”, assim, um *blending* é criado levando à interpretação de que na relação entre o animal possuído/presença do possuidor há uma metonímia em que uma entidade está sendo usada para se referir á outra, provocando uma interpretação possível em nosso sistema conceptual.

De igual modo a relação Polidório/Padaria também pode ser estabelecida nesses termos:

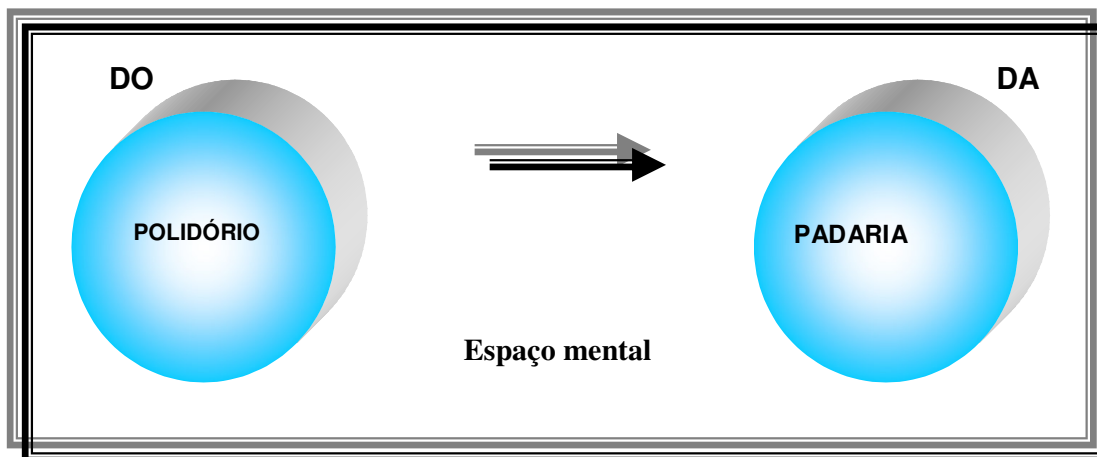


Figura 17- Esquema B- Recorte 1- Entrevista “A”.

No domínio de origem, tem-se Polidório como referente para padaria, numa relação metonímica inversa à relação do esquema anterior: Polidório é o proprietário da padaria, diante da qual estaria amarrada a égua do enunciador. O pau a que se refere o enunciador estaria localizado do lado de fora da padaria de propriedade do Sr Polidório. Assim, o proprietário empresta o nome à propriedade, lugar de referência para os interlocutores desse evento de fala.

Passemos ao Recorte 4 da Entrevista B:

**Passava a tardi intera neim cumia urinava bebia só**

Nessa expressão, um espaço mental é criado pela coordenação das ações, por meio do mecanismo de iconicidade temporal, o que provoca um duplo efeito

de sentido, revelando o aspecto cômico produzido na enunciação. Todavia, quando o interlocutor ouve essa expressão, compõe uma interpretação possível, porque re-enumeras as ações em uma outra ordem: beber primeiro, urinar depois. Assim, projeta uma ordem natural e um sentido usual para as ações que nosso sentido apreende interpretando uma ordem biológica, a bebida produz a urina, e lógica: logo bebe-se primeiro e urina-se depois.

Um outro sentido para essa enunciação pode ser estabelecido na literalidade de interpretação desse evento de fala, possível de ser dito, mas, pela criação do terceiro espaço que se estabelece entre o domínio de origem o domínio alvo, o espaço genérico, projetado em um espaço *blend* é logo rejeitado. Isso se dá porque, por suas experiências e conhecimento de mundo, o interlocutor não concebe a idéia de uma ação inversa: “urinar/beber”, que contraria a metarregra de relação proposta por Charolles. Não há como estabelecer uma relação de coerência, posto que o conteúdo do enunciado, se interpretado literalmente, não está adequado a um estado de coisas no mundo real. Não é plausível como ação humana “beber urina”.

Vejamos o Recorte 5, da Entrevista B:

(...) raiva é di não tê uma pessoa qui substitui a genti **de não podê cumê essa pessoa atrapalha.**

A compreensão de um sentido literal na interpretação dessa enunciação provoca um efeito cômico, recorrente na fala dessa comunidade, que, assim como as demais, pode causar estranheza, comicidade e uma possível interpretação maliciosa, se considerarmos o duplo sentido do verbo comer, autorizado, nesse

caso, pela ausência da pausa na enumeração das ações. Desse modo, num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação - a intenção do falante seria a de referir-se à impossibilidade de realização de uma ação cotidiana e vital, o ato de alimentar-se, dadas as circunstâncias provocadas pelo acúmulo de trabalho em razão da falta de um colega.

Num segundo nível de interpretação - o nível literal - autoriza o entendimento de que o ato de comer pode ser interpretado como uma ação canibal - o que é logo descartado, considerando a metarregra de relação de Charolles: o interlocutor rejeita essa interpretação porque seu sistema conceptual, baseado em sua experiência, aponta a inadequação do conteúdo da enunciação ao estado de coisas no mundo real.

Daí pode-se explorar um terceiro nível - o metafórico - tendo em vista o efeito de sentido alternativo atribuído pelo falante, donde pode se relacionar o sentido do verbo *comer* a um de seus diversos sentidos, o da sexualidade. *Comer*, nesse caso, pode, metaforicamente, ser interpretado como um canibalismo sexual: ingerir simbolicamente. Também essa interpretação é descartada na interlocução, considerando o contexto da enunciação.

Passaremos, a seguir, às análises dos dados obtidos nos registros em diário de campo.

#### **4.4 Análise dos dados do diário de campo**

As análises que se seguem resultam de material colhido em conversas informais às quais estivemos presente, atenta ao contexto e aos eventos de fala;

todavia, dada a dinamicidade das ocorrências, seria impossível fazer a gravação. Nesse caso, consideramos mais oportuno fazer o registro em diário, pois certamente não obteríamos a repetição da enunciação, tal qual ela foi manifestada num momento espontâneo, se tentássemos a gravação, considerando todos os passos que ela deve percorrer.

Vejamos dois recortes da Situação 1, registrada quando duas senhoras conversavam em uma festa, sobre namoros no tempo de juventude.

Recorte 1:

**Ih! A mãe num dexava namorá o pai.**

Ocorre, nesse evento de fala, um anacoluto, tendo em vista a retomada do pensamento que originou a enunciação, provocando um desvio na construção da oração pela inversão. Nesse caso, após indicar o sujeito, a enunciadora coloca o predicado, e, no decorrer da conversa, depois de iniciada a fala, lembra-se de completar a informação inicial, incluindo um outro sujeito ao dado anterior.

A posposição do segundo núcleo do sujeito e a entonação acentuada em que imprime destaque a esse referente coloca-o em evidência, transformando-o em tópico. Esse contraste, explícito na fala, pela entonação mais forte, e sublinhada nesse recorte com vistas a marcar o destaque, permite-nos efetuar inferências sobre a intenção do falante de atribuir mais um elemento a sua informação inicial.

Num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação - podemos recuperar a intenção do falante: informar a sua interlocutora que seus pais não deixavam que ela namorasse nas festas. Ao iniciar a fala se arrepende da solução

que iniciou, quando se lembra de que não só a mãe a impedia de namorar, mas também o pai. Assim, esse anacoluto surge em função de má codificação, quando poderia ter dito: “A mãe e o pai não me deixavam namorar”, ou, “A mãe não me deixava namorar, o pai também não”.

Num segundo nível de interpretação - o nível literal - a referência ao pai, após a asserção do predicado, seria interpretada como sendo o complemento do objeto e não um dos núcleos do sujeito composto. O pai seria, então, entendido como um possível pretendente a namorado da filha, o que, em princípio, seria logo descartado, considerando que essa enunciação contraria a moral e a normalidade de conduta, compartilhados tanto pelo grupo de falantes da comunidade pesquisada, quanto pelos integrantes de outras comunidades, posto que não faz parte da cultura desses grupos.

Desse modo, entre a informação explicitada e o entendimento de seu enunciado há uma projeção criada pelo espaço mental que autoriza o primeiro nível de interpretação, devido a fatores de ordem cognitiva, resultado de um processo também cognitivo de organização dos constituintes da oração. Não havendo possibilidade no mundo real de que o pai seja um pretendente a namorado da filha, considera-se, então, a metarregra de relação no contexto cultura e moral dos grupos sociais. Assim, a maneira natural de encadear o sentido dessa enunciação é prever o rearranjo mental do enunciado, recuperando o termo solto e, ao trazê-lo para seu lugar correto, corrigir o desvio provocado no momento

Vejamos o Recorte 2, extraído da mesma conversa, denominada Situação

1:

**O olho da minha mãe verde era o que eu mais gostava nela. (...)**

Nesse evento de fala, ocorre a inversão do adjetivo que provoca a ambigüidade e, conseqüentemente, a comicidade, posto que a adjetivação deslocada é repudiada na interlocução, quando se leva em conta a incompatibilidade dessa enunciação com o mundo real, conforme a metarregra de relação.

Nesse caso, após iniciar a fala, a enunciadora se lembra de completar a informação inicial, acrescentando uma qualificação, que venha ressaltar o dado anterior. Esse desvio na ordem direta, indicada pelos gramáticos como referencial, geralmente mais usual, ou de mais fácil processamento, é permutado por um hipérbato de processamento mais difícil, gerando uma sínquise.

A retomada se dá com a ênfase, perceptível na entonação acentuada que imprime destaque à informação nova e assim atribui um diferencial à informação anterior, deixando-a em evidência e transformando-a em tópico. Assim, o qualificativo é colocado em um desvio na construção da oração pela inversão.

Num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação - podemos recuperar a intenção do falante: informar à sua interlocutora que admirava os olhos de sua mãe, por serem verdes. Mas, no final da fala, se lembra de acrescentar a informação que considera principal e acrescenta o qualificativo. Assim, essa sínquise surge em função de “má codificação”, quando poderia ter dito: “Os olhos verdes de minha mãe”.

Num segundo nível de interpretação - o nível literal - o deslocamento do adjetivo seria interpretado como sendo o complemento para “mãe” e não para

“olho”, o que causa estranheza, em princípio, e descartado posteriormente, considerando que essa enunciação contraria o entendimento de mundo partilhado pelos interlocutores.

Assim, entre a informação explicitada e o entendimento de seu enunciado, estabelece-se um nexo de sentido criado pelo espaço mental que autoriza o primeiro nível de interpretação, pois os esquemas conceptuais, conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis possibilitam uma organização mental que descarta a compreensão do adjetivo verde para mãe, dada essa impossibilidade no mundo real. Considerando a metarregrade relação, o interlocutor promove um rearranjo mental do enunciado e retoma o termo solto, corrigindo o desvio provocado no momento da enunciação.

Vejamos, a seguir, o Recorte 3, retirado da Situação 2, em que alguns homens conversavam, em uma arquibancada no parque de exposições, durante um rodeio:

**O pai era bão de sela montava a mãe tinha orgulho danado disso.**

A ambigüidade e a estranheza na recepção dessa enunciação são causadas pela sobreposição de informações, dada a mudança de direção do contorno entoacional. Ao se tentar reconstruir essa oração, nota-se que há uma elipse, pois a parte ausente é previsível. Apesar de incompleta, da frase elíptica pode-se extrair um sentido completo na seguinte tradução: “Quando ele montava, a mãe tinha um orgulho danado. A expressão em destaque estaria elíptica na fala, mas subentendida na interlocução, uma vez que, tomada em seu sentido literal, essa enunciação seria descartada”. Nesse caso, há uma perspectivização que

envolve os participantes da conversa, no sentido de que o ponto de vista, ou a focalização da conversa, é construída com a participação ativa dos interlocutores, representados no espaço mental de conceptualização.

De acordo com o contexto e a intenção do falante, e na tentativa de agregar os valores culturais e morais que podem ser atribuídos ao grupo de falantes, quando se ancora nos pressupostos da lingüística antropológica, há que repudiar a interpretação literal. Essa interpretação autoriza uma leitura que nos remete à idéia, pouco plausível no plano denotativo, de que o pai do enunciador colocava-se sobre a mãe (que nesse recorte tanto pode referir-se à mãe do rapaz, quanto à avó, dada a ambigüidade da construção), para cavalgar sobre ela, o que, embora possível num mundo real, seria desautorizado pelo contexto da enunciação, considerando os interlocutores e o pano de fundo da conversa. Uma outra interpretação, também possivelmente descartada em sua literalidade, seria o sentido de “preparar”, “aprontar para entrar em funcionamento”. Não seria concebível a idéia de que o pai do rapaz montava a mãe como um objeto a ser composto, tampouco como um animal a ser cavalgado. Essa última interpretação pode constar do repertório possível e entendida por analogia ao ato sexual, contudo não se coaduna com o contexto ou com a pressuposição da intenção do falante.

Assim, resta-nos a interpretação no nível da enunciação - que recupera a intenção do falante. Desse modo, segundo o modelo dos espaços mentais há que se levar em conta os fatores de ordem cognitiva e correlacionar o desvio da construção ao processo de elaboração na mente do falante. Isso leva às projeções, cuja função é construir e ligar os domínios de origem aos domínios

alvo. Nesse caso, por meio de esquemas conceptuais, conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis, é estabelecido o *link* que possibilita aos interlocutores complementarem de forma colaborativa o projeto proposto por um domínio de conjeturas. Em outras palavras, a elipse projeta, do domínio de origem ao domínio alvo, a passagem de um espaço mental ou domínio da conjetura para o domínio da conversa, revelando num nível inconsciente o sentido projetado pela expressão em elipse.

O Recorte 4, também retirado da Situação 2, apresenta a fala de um rapaz que assistia ao rodeio:

**Pegou no rabo. O homi do burro. Qué amansá ele.**

Também aqui, ocorre um anacoluto em que a quebra no meio da frase provoca um desvio no sentido, posto que há uma supressão inicial da informação e, em seguida, o enunciador se lembra de completar a informação inicial, indicando o agente da ação e o faz antes de concluir a frase. Assim, a inversão da ordem direta do sujeito, intercalando-o dentro objeto indireto, e a elipse da conjunção aditiva fazem com que o sentido da enunciação seja totalmente alterado.

Considerando um primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação - vamos pressupor que a intenção do falante é a de comunicar ao seu interlocutor o que ele vê diante de si: um homem que pega no rabo de um burro para amansar o animal.

Num segundo nível de interpretação – o nível literal leva à seguinte leitura: um homem que tem um burro pegou no rabo e quer amansar o rabo.

Desconsiderando os processos cognitivos e os espaços mentais produzidos nessa enunciação, não há como interpretar que o “burro” é que será “amansado”, uma vez que a ênfase é dada à palavra “rabo” pela mudança de contorno na entoação, gerando assim um anacoluto. Naturalmente, essa interpretação é descartada na interlocução, posto que nem os interlocutores, nem as demais comunidades lingüísticas interpretariam desse modo essa expressão.

E o Recorte 5, extraído da Situação 2:

**Cê dexá o burro amontá muié qui treim siô.**

Nesse caso a ambigüidade é provocada pela superposição de uma expressão com valor de interjeição.

Expressões do tipo “Muié!”, “Rapaiz!”, “Mininu!”, “Homi”, seguidas de “Qui treim” “Qui troço”, “Quequeissu” e acrescidas da simplificação de “Senhor”, como “siô”, ou de Senhora, como “siá” são muito comuns nesta comunidade de falantes.

Nesse recorte, a ambigüidade e, conseqüentemente, a estranheza na recepção dessa enunciação são causadas pela sobreposição da expressão interjetiva sem uma pausa na fala. Ao se tentar reconstruir essa oração, nota-se que a informação inicial não é concluída, entretanto, é seguida de uma exclamação que se liga à frase inconclusa, gerando uma interpretação dúbia. Assim, a enunciação incompleta pela asserção de uma interjeição cria um enunciado não aceitável, um desvio lingüístico no plano da expressão e não no plano do conteúdo.

Considerando o contexto e a intenção do falante, e retomando os valores culturais e morais que podem ser atribuídos ao grupo de falantes, quando se

ancora nos pressupostos da lingüística antropológica, não há como aceitar a interpretação literal desse enunciado. Nessa interpretação, a leitura possível, mas repudiada pelo contexto e pelo conhecimento de mundo, é que um animal estaria montando uma mulher. Não seria concebível essa idéia, porque não se coaduna com o contexto ou com a pressuposição da intenção do falante.

Assim, recuperando a intenção do falante, a interpretação no nível da enunciação leva-nos a crer que o espaço mental, criado pela projeção do domínio de origem e domínio alvo, ativa o processo de significação e constrói o sentido, apesar das lacunas no nível lingüístico.

A primeira informação aparece deslocada de sua posição de oração principal, conferindo um caráter contrastivo, que enfatiza o tópico da conversa e, na medida em que o enunciador não conclui a informação, amarrando os fatos detalhadamente e introduz, em seguida, uma interjeição, mantém seus interlocutores em suspense e deixa que eles façam as inferências para concluir a enunciação, uma vez que o falante não preenche as lacunas e deixa ao interlocutor a tarefa de se concentrar no tópico discursivo central desse episódio, e finalizar a contextualização.

Vejamos o Recorte 6, da Situação 3, extraído da interlocução entre a pesquisadora e uma costureira de aproximadamente 50 anos, em uma padaria da cidade.

**(...) a vida é minina feia, mais é mió que a danada da morte.**

Nesse recorte de fala, a ambigüidade ocorre devido à inversão sintática com o deslocamento do vocativo, “menina”, uma vez que o qualificativo “feia” se

agrega a ele e não ao substantivo “vida”, como deveria ser, inferindo-se a intenção da enunciadora.

Essa ambigüidade é semelhante às apresentadas nos recortes 2 e 3, da entrevista “A”, e no recorte 3 da entrevista “B”, assim como nas expressões reportadas pelos informantes de outras comunidades lingüísticas, designadas com as letras A, B, C e D nas análises do item 4.3.1.

Assim como nas expressões enumeradas, essa ambigüidade é desfeita ao considerarmos essa enunciação num primeiro nível de interpretação, colocando em evidência a intenção do falante, pois é possível a interpretação de que o enunciador estaria se referindo à “vida” como sendo “feia”. Em outras palavras, como sendo “difícil”, e não à interlocutora. Todavia, o deslocamento de sentido provocado não se sustenta a não ser num sentido imediato, resultante de uma leitura superficial.

Nesse sentido, o nível literal autoriza a interpretação de que feio é atributo qualificador para “menina”, que funciona como vocativo nessa enunciação, e não como predicativo de “vida”.

Temos, também, nesse caso, um processo metafórico de *blend*, em que se pode observar a projeção de parte de um domínio em outro. Para falar ou pensar sobre determinado domínio (domínio alvo), é usada a estrutura de outro domínio (domínio de origem) e do correspondente vocabulário. Assim, para representar o lado difícil ou complicado da vida, a enunciadora usa o termo “feia”, que resume, nesse processo, um esquema conceptual compartilhado na interlocução, pois representa conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis e que pode evocar o uso de conhecimentos adquiridos no dia-a-dia. Isso pode ser

evidenciado na seqüência da fala, quando a enunciadora compara a vida com a morte, atribuindo vantagem para a vida. Recupera-se, aqui, o sentido possibilitado pelo processo cognitivo em que é possível estruturar parcialmente, uma experiência em termos de outra, refletindo na linguagem cotidiana.

A visão de mundo, as crenças, as ideologias, as formas de expressão e a cultura são transmitidas de geração a geração pela língua, falada e/ou escrita, tornando evidente que a língua representa e guarda as marcas sociais e culturais da comunidade à qual pertence a enunciadora. Assim, o sentido atribuído à vida, na perspectiva de co-relação com o sentido atribuído à morte, é projetado na palavra “feia”, que simboliza o lado intrincado da vida e revela um sentido compartilhado pela comunidade lingüística e, portanto, aceito como atributo para “vida”, que, de alguma forma, é também semelhante à morte.

A seguir, apresenta-se o Recorte 7, retirado da Situação 4, quando dois senhores conversavam agachados do lado de fora do velório de um dos membros do grupo.

**O guvernu, cê viu o juru ningueim sigura o café uma bobagi pra nois.**

A dificuldade na recepção dessa enunciação, para integrantes de outras comunidades lingüísticas é causada pela sobreposição de informações sem uma conexão entre elas. Se tentássemos reconstruir o enunciado, preenchendo os espaços elípticos e invertendo a ordem teríamos: “Você viu? No governo ninguém segura o aumento dos juros. Mas, para nós, o preço do café não aumenta”.

As lacunas são preenchidas na interlocução, posto que falante e ouvinte pertencem à mesma comunidade e compartilham o mesmo conhecimento de mundo. Desse modo, a expressão elíptica na fala é subentendida na interlocução, mas, se tomada em seu sentido literal, essa enunciação seria descartada. Literalmente, a enunciação comunica que “alguém viu os juro, ninguém segura o café, o que é uma asneira para quem fala”.

O Recorte 8, registrado na Situação 5, é extraído de um evento de fala ocorrido quando dois adolescentes começaram a brigar no meio do pasto, chamando a atenção do grupo. O pai, que estava na roda, interrompeu a conversa e dirigiu-se para os garotos.

**Oi lá neim a muié maizeu agarradu.**

Nesse recorte de fala, a ambigüidade se dá em razão de um anacoluto provocado por uma seqüência de elipses, pelo desvio da informação, e pelo emprego de uma impropriedade, redundando em uma frase mal formada.

Após chamar a atenção de seu interlocutor, o enunciador faz uma inversão na ordem da informação que pretendia passar, ao descrever a cena que ambos estão presenciando e retoma o pensamento que originou a enunciação intercalada por uma elipse: “mais eu”, em vez de “nem eu”.

Num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação - podemos recuperar a intenção do falante: descrever para seu interlocutor, a cena que vêem diante de si: dois adolescentes se agarrando numa briga, e acrescentar que nem o enunciador nem a sua mulher podem conter aquele incidente.

Assim, fazemos a seguinte tradução para o evento de fala: “Olha lá: eles estão agarrados, nem a mulher, nem eu podemos resolver essa situação”. Ocorreu, nesse caso, elipse nos termos em destaque e a anteposição da segunda informação.

O nível literal de interpretação permite a seguinte leitura: o enunciador agarrado à mulher não daria conta de solucionar uma determinada situação. Essa interpretação é descartada ao considerarmos a metarregra de relação: a impossibilidade, no mundo real, de o enunciador apontar para si agarrado a outra pessoa em outro lugar, no mesmo momento da enunciação, uma vez que contraria uma lei da física, que diz que um corpo não pode ocupar dois lugares ao mesmo tempo, a não ser que isso seja por uma representação simbólica como uma fotografia, o que não é o caso. Portanto, na interlocução, essa interpretação é descartada.

O Recorte 9 é uma seqüência do evento de fala registrado na Situação 5. Nesse momento, o enunciador tem a mulher como sua interlocutora e se dirige a ela para falar do filho, ao mesmo tempo em que também coloca o filho na interlocução.

**Já falei mulhé é indecenti molequi trapaíadu.**

Assim, ocorre também, pela simultaneidade da interlocução e pela elipse, uma ambigüidade na recepção do sentido dessa enunciação. O entendimento no nível literal dessa enunciação é de que “mulher é indecente” e o “moleque é atrapalhado”. Nesse caso, ocorre também a sinédoque, uma espécie de

metonímia, em que se generaliza a constatação. “Mulher”, nessa interpretação, toma o sentido do gênero e não se refere apenas à mulher do enunciador. De igual modo, “moleque” é tomado no sentido genérico e não se refere ao filho, na interlocução. Assim, a expressão manifesta indica que mulheres são indecentes e moleques são atrapalhados.

No sentido da enunciação, pode-se inferir que o enunciador, ao se dirigir à mulher, quer afirmar que já havia dito que o filho tem comportamento indecente, e, em seguida, dirige-se ao filho, com o emprego do vocativo: “moleque atrapalhado”.

O Recorte 10, retirado da Situação 6, apresenta um evento de fala ocorrido durante uma visita da entrevistadora à casa de uma senhora, quando os presentes conversavam sobre o que viram na televisão no dia anterior:

Uma delas comenta:

**U negóciu du governu lá tinha um tantu de cavalu.**

Num primeiro momento, a ambigüidade e a estranheza provocada na recepção dessa enunciação, assim como no Recorte 3, retirado da Situação 2, são causadas pela pressuposição de que todos os interlocutores partilhavam do contexto.

Nesse sentido, cabe lembrar que nem as palavras nem as orações têm, realmente, significado por si sós. Os significados são construídos, usando as propriedades de elementos lingüísticos, que se apresentam como dicas parciais, juntamente com conhecimento não-lingüístico, informação disponível no contexto, conhecimentos que consideram a perspectiva do interlocutor, a sua colaboração

no processo, dentre outros fatores. Desse modo a (im)possibilidade de compreensão da enunciação não é uma operação que se realiza em um único domínio, considerando uma só categoria de elementos, mas é uma operação que envolve vários domínios de processamento e vários tipos de conhecimento ou informação, em que a conexão dos elementos necessários para estabelecer o sentido é uma característica da nossa cognição, e não somente da fala como um processo biológico e corporificado.

Nesse caso, para se estabelecer uma relação de sentido nesse enunciado, há que se considerar a relação entre linguagem e conhecimento de mundo, lembrando que a língua permite a qualquer falante, escolarizado ou não, falar sobre qualquer aspecto da realidade. Assim, quando o enunciador se refere a “o negócio do governo”, ele quer dizer um evento organizado pelo governo. No caso, a parada de Sete de Setembro. Na interlocução, há a pressuposição de que os participantes da conversa estabeleçam essa relação.

Assim, procedendo a uma interpretação no nível da enunciação - que recupera a intenção do falante teríamos: “Na Parada de Sete de Setembro havia muitos cavalos”. Na reconstrução desse enunciado, percebemos que a perspectivização que envolve os participantes da conversa, no sentido de que o ponto de vista, ou a focalização da conversa é construída com a participação ativa dos interlocutores, representados no espaço mental de conceptualização. Daí pode-se chegar ao nível metonímico em que a expressão: “o negocio do governo” está sendo usada para se referir a outra “a Parada de Sete de Setembro”. Não se percebe aqui uma relação de semelhança em que os termos possam ser comparados, mas uma relação de representação.

Desse modo, segundo o modelo dos espaços mentais há que se levar em conta os fatores de ordem cognitiva e correlacionar o desvio da construção ao processo de elaboração na mente do falante. Isso leva às projeções, cuja função é construir e ligar os domínios de origem aos domínios alvo. Nesse caso, os esquemas conceptuais, conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis, estabelecem o *link* que possibilita aos interlocutores complementarem de modo colaborativo o projeto proposto por num domínio de conjecturas. Em outras palavras, o processo metonímico projeta do domínio de origem ao domínio alvo a passagem de um espaço mental que recupera o sentido da enunciação por meio da transferência: um tropo, um significante é tomado no sentido de outro. Nesse caso, especificamente, somente pode-se recuperar o sentido, levando-se em conta o contexto e o compartilhamento da metonímia entre os interlocutores, posto que ela nada tem de convencional. Há um certo grau de similaridade, que constitui o conhecimento de mundo e partilhado na interlocução, caso contrário a enunciação soaria estranha também aos próprios membros do grupo. Assim, entende-se que a retomada de sentido é provável com o emprego de um dêitico, na ocasião da inserção da fala. Ao apontar para a TV, no momento em que era reportada uma cena do evento ocorrido no dia anterior, que motivou o comentário, a enunciadora chama-a de “o negócio do governo”. Assim, o enunciador posiciona os demais ouvintes e estabelece o *link* necessário para a construção do sentido de sua fala.

Literalmente, essa enunciação seria interpretada como “uma das ações do governo está relacionada ao comércio de muitos cavalos”. Todavia, considerando-se a intenção e o tópico da conversa esse entendimento é descartado na interlocução.

O Recorte 11, também retirado da Situação 6, mostra a seqüência do diálogo apresentado no Recorte 10.

**In lá in São Paulu os cavalu é tudo dessa cor os puliça branco.**

Também aqui ocorre um anacoluto, provocado pela quebra no meio da enunciação, quando o enunciador decide acrescentar mais uma informação, à informação já iniciada. Isso causa um desvio no sentido, pois o adjetivo que deveria caracterizar a primeira informação se agrega à informação em apêndice. Nesse caso, o enunciador faz referência à cena que vê na TV, no momento da fala, quando o pronome “dessa” funciona como um elemento paralingüístico dêitico, ao ser relacionado à cor dos animais que aparecem na TV.

Num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação, consideramos que a intenção do falante é a de comunicar ao seu interlocutor, ao ver na TV uma cena da Parada de Sete de Setembro, em São Paulo, o conhecimento que ele tem de que nessa cidade os cavalos da polícia são todos brancos.

Assim interpretada, essa enunciação não causaria estranheza se considerarmos a metarregra de relação, pois é uma informação plausível e interpretável como sendo coerente. O que desautoriza essa interpretação é exatamente o contexto situacional, relacionado tanto ao nível semântico, ao conhecimento de mundo na identificação dos referentes deiticamente indicados, quanto pelo nível pragmático a partir do qual se pode prever a motivação do evento de fala.

O Recorte 12, da Situação 6, apresenta a inserção de uma outra senhora na conversa, comentando sobre o que viu de manhã no Globo Rural.

**Qui coisa mais bunita: u pai a mãe mais bunita as mula.**

Nesse caso, também o elemento para-lingüístico dêitico estabelece a coerência dessa enunciação, proporcionando a sua compreensão, pelo menos entre os interlocutores, ainda que possa soar estranha fora desse contexto.

Aqui também é constatada a ocorrência de um anacoluto, dada a “má formação do enunciado”, uma vez que a enunciadora, além de intercalar seu comentário com exclamações, não faz pausa ao enumerá-las e não completa a enunciação, mas repete a exclamação inicial também de forma incompleta. Assim, recuperando o sentido da enunciação teríamos: “Que coisa mais bonita! O casal de animais e os filhotes são a coisa mais bonita!”.

O ponto principal da enunciação, ou seja, a mensagem que a enunciadora queria passar era a imagem dos animais apresentada no programa de TV, com ênfase na imagem da família de eqüídeos. Mas ela o fez entre exclamações, sem completar o sentido do enunciado, o que provocou o anacoluto, em consequência do desvio sintático.

Num sentido literal, teríamos, devido à ocorrência da elipse do verbo de ligação, a interpretação de que a “mãe mais bonita seria as mulas”. Fora do contexto, não há evidências lingüísticas de que “o pai” e “a mãe” referidos no enunciado sejam animais, portanto, supõe-se que se refiram a pessoas. A estranheza da expressão está justamente na sequência “pai”, “mãe”, “mulas”.

Desse modo, a compreensão da enunciação só é possível pelo contexto situacional que nos indica a relação semântica que deve se dirigir à interpretação, a partir do conhecimento de mundo, partilhado pela interlocução e, considerando-se o princípio da cooperação, uma vez que a coerência para esse enunciado não pode ser estabelecida na superfície lingüística.

Nem as palavras, nem mesmo as sentenças têm um significado por si: elas são construídas, usando as propriedades de elementos lingüísticos como dicas parciais, juntamente com conhecimento não-lingüístico, informação disponível no contexto, conhecimentos e conjecturas que consideram o estado mental dos interlocutores, entre outros. Já que a compreensão não é uma operação que se realiza em um único domínio, considerando uma só categoria de elementos, mas ao contrário, é uma operação que envolve vários domínios de processamento e vários tipos de conhecimento ou informação. Assim, podemos afirmar que a conexão de elementos de “lugares” diferentes para formar um outro todo (ou parte dele) é uma característica da nossa cognição e não somente do texto como objeto físico.

Assim, na medida em que o discurso se desdobra, o usuário da língua estende os espaços existentes adicionando novos elementos e relações aos modelos cognitivos já evocados. A necessidade de criação de novos espaços pode ser provocada explicitamente por construtores de espaço, ou, implicitamente, pelo conhecimento da importância de um domínio alternativo de referência para que os interlocutores estabeleçam as ligações (*links*) entre os domínios.

O Recorte 13, retirado da Situação 7, mostra a fala de uma outra senhora, apontando para uma cena da TV, no momento da enunciação.

**O meu pai é o cavalu brancu tameim.**

Aqui a ambigüidade é provocada pela elipse do termo comparativo e, em decorrência disso, ocorre um desvio na construção, evidenciando um anacoluto. Nesse caso, em termos sintáticos, a construção é aceitável, na estrutura lingüística: Sujeito + predicado nominal + advérbio focalizador de inclusão.

Todavia, em termos semânticos, a construção é inaceitável, se considerarmos a metarregra de relação. Não há, num mundo real, como aceitar a informação no entendimento literal de que “o pai” seja “o cavalo branco”, mencionado na enunciação, pois, nesse caso, não se pode estabelecer uma idéia de inclusão relacionando o sujeito ao predicado.

Mas, no nível da enunciação, poderíamos pressupor que a intenção do falante seria dizer: “O meu pai é cavaleiro também como aquele do cavalo branco”.

Essa interpretação supõe a presença de um terceiro nível - o nível metafórico, em que se pode abstrair a idéia básica: o termo “A” é comparado ao termo “B” apoiando-se em um elemento comum. Assim, nessa enunciação temos em “A”: “O meu pai é cavaleiro” e em “B” “O cavaleiro do cavalo branco”.

O espaço mental é introduzido pela metáfora implícita no enunciado, no qual se pode perceber a projeção de um domínio de origem a um domínio alvo e,

desse modo, explica-se como os conceitos são ativados, quando os itens lexicais são compreendidos em uma metáfora, como uma metáfora é interpretada, como as metáforas organizam nossas estruturas conceituais.

O Recorte 14, retirado da Situação 7, mostra uma outra inserção.

**Teim nada mió duqui i cum a vara di pescá na bera dum corgu um frangu cum piqui uma lata de cerveja.**

A elipse dos verbos provoca a ambigüidade dessa enunciação. Dessa forma, permite a seguinte leitura num nível de interpretação literal: “não tem nada melhor do que ir com a vara de pescar para a beira de um córrego, pescar um frango com pequi e uma lata de cerveja”.

Todavia, tendo em vista a metarregra de relação, essa interpretação é desautorizada, uma vez que o conhecimento de mundo, partilhado pelos interlocutores não considera aceitável que os itens enumerados nessa enunciação possam ser pescados em um córrego, embora esses itens possam constar do evento de uma pescaria.

Assim, no nível da enunciação, pode-se tentar recuperar esse sentido com a seguinte paráfrase: “não tem nada melhor do que ir com a vara de pescar para a beira de um córrego e, lá, comer um frango com pequi e tomar cerveja”.

No sentido da enunciação a intenção é ir com a vara de pescar para a beira de um córrego, mas o enfoque da conversa está em comer o frango com pequi e tomar cerveja, naquele ambiente de pescaria. Pescar é apenas um pretexto.

Os verbos elípticos só são recuperados no contexto, pois, pelas pistas lingüísticas do enunciado, a orientação natural seria entender o outro sentido, que

segue a orientação do verbo *ir*, explícito na enunciação. Assim, *ir para a beira de córrego*, *ir com um frango* e *ir com uma lata de cerveja* explicitam apenas a situação, mas não expressam o real desejo do enunciador.

O Recorte 15, retirado da Situação 7, apresenta a seqüência da fala registrada no Recorte 14. Tomando como tópico da fala, a referência ao “pequi”, quando a interlocutora afirma que não gosta desse alimento bastante popular em Minas e em Goiás.

**Eu já cumi piqui. Do Jusé num gostu não.**

Nessa enunciação há uma pausa entre a informação inicial e a continuidade da fala, bem como uma elipse do verbo, o que provoca a ambigüidade, ocorrendo o anacoluto.

Num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação - presumimos que a senhora queria dizer que ela não gosta de pequi, pois já comeu esse alimento feito pelo José.

No nível literal a interpretação possível é a de que a enunciadora afirma que já comeu “pequi” e que “não gosta do José”. São, portanto, duas informações que parecem, num primeiro momento, sem conexão, o que causa uma aparente incoerência. Todavia, esse enunciado, apesar de “mal formado”, é tomado como coerente e aceito na interlocução, dado o contexto situacional e a capacidade do interlocutor de reconstituir, naquele evento de fala, a intenção comunicativa inicial.

Isso se dá porque, embora os elementos lingüísticos entrem como dicas parciais, nesse caso os conhecimentos não-lingüísticos, informação disponível no contexto, os domínios conceptuais, estruturas parcialmente configuradas de

arquivamento de experiências, ao serem acessados, permitem tratar do processo de referenciação, ou seja, dos significados que se instauram na interação comunicativa e têm como consequência a interpretação dos sentidos alternativos na enunciação, descartando o sentido literal da superfície lingüística.

Assim, os espaços mentais que se manifestam nesse acesso ao domínio cognitivo possibilitam a decodificação das informações obtidas, projetando-as na linguagem. Esses espaços constituem uma rede que se desenvolve à medida que pensamento e fala progridem. Eles se encontram correlacionados no intuito de promoverem a significação dos enunciados que pré-organizam. Essas estruturas dinâmicas são interligadas por linhas imaginárias que configuram os chamados *links* ou elos, responsáveis por interligar espaços mentais aos domínios cognitivos ou às situações comunicativas nas quais esses espaços se integram.

Com isso, os espaços mentais introduzidos nesse evento de fala permitem a inferenciação, pois os *links* estabelecidos nesse momento emergem de frames, recortes realizados a partir da visão do sujeito discursivo na realidade referenciada pelo enunciado, que sinalizam conhecimentos anteriores, donde se recuperam dados que se organizam no momento da enunciação para estabelecer a compreensão da mensagem. Assim, sabe-se por antecipação que a enunciadora está falando da sua rejeição ao gosto do alimento e não da pessoa que cozinhou esse alimento.

O Recorte 16, da Situação 8, é extraído da fala de uma senhora que chama a atenção de uma criança comendo pão com manteiga com as mãos sujas:

**Ondi já si viu cumê assim sua mãe não havera de gostá.**

O efeito cômico, recorrente na fala dessa comunidade, é possibilitado pela interpretação literal que essa enunciação autoriza, se o verbo “comer” for compreendido em outro sentido, nesse caso, determinado pela ausência da pausa na enumeração das ações.

Num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação - a intenção do falante seria a de repreender o interlocutor, apoiando-se no argumento de que a mãe dele não aprovaria o fato de ele ingerir o alimento, estando com as mãos sujas.

O segundo nível de interpretação - o nível literal - sugere o entendimento de que “o ato de comer” pode ser interpretado como uma ação canibal.

Pode-se, também, explorar um terceiro nível- o metafórico- considerando o efeito de sentido alternativo atribuído pelo falante, donde o sentido do verbo “comer” é relacionado, vulgarmente, ao sentido de ato sexual. A relação sexual e o ato de comer, de acordo com Da Matta (1984, p. 59), aproximam-se, num sentido tal, que indica o modo como os brasileiros concebem a sexualidade, vendo-a não como um encontro de opostos e iguais, mas como um modo de resolver essa igualdade pela absorção, simbolicamente consentida em termos sociais. Essa é a base da metáfora para o sexo, indicando, segundo esse antropólogo, que o comido é totalmente abraçado pelo comedor.

Tanto o sentido literal quanto o sentido metafórico de ingerir simbolicamente como um canibalismo sexual são descartados na interlocução, considerando o contexto da enunciação e os valores morais e culturais do grupo a que pertence o enunciador.

O Recorte 17 da Situação 8 apresenta a seqüência desse evento de fala, em que o interlocutor repreende um garoto que pretende comer sem lavar as mãos.

**Num podi cumê a mão dessi mininu tá suja.**

A ambigüidade, recorrente durante essa conversa, cujos recortes são aqui analisados é provocada por uma elipse, por uma inversão na ordem da enunciação e pela ausência de uma pausa entre uma informação e outra, desencadeando um anacoluto.

Há uma elipse da conjunção conclusiva, quando o enunciador se lembra de completar a informação inicial, indicando o motivo pelo qual faz a primeira asserção. A ausência da pausa, acrescida da elipse do elo conclusivo faz com que o sentido da enunciação seja totalmente alterado.

Ao considerarmos num primeiro nível de interpretação - o nível da enunciação - entendemos que a intenção do falante é a de explicar aos seus interlocutores o motivo pelo qual considera imprópria a atitude da criança, a quem está repreendendo. Se invertêssemos a ordem da oração, acrescentando o termo elíptico teríamos: “a mão desse menino está suja, por isso ele não pode comer”.

Num segundo nível de interpretação – o nível literal – temos a seguinte possibilidade de leitura: a mão do menino não pode ser comida porque está suja. Essa interpretação, evidentemente, é desconsiderada por ser incompatível com a metarregra de relação, posto que nem os interlocutores, nem as demais comunidades lingüísticas interpretariam desse modo essa expressão, uma vez

que o conhecimento de mundo do grupo não reconhece o canibalismo como próprio de sua cultura.

O Recorte 18 da Situação 8 ocorre na mesma situação anterior.

**Ondi já viu cumê mininu suju!!! Peraí qui ocê vai apanhá.**

Nesse caso, a ambigüidade é provocada por uma suspensão da enunciação e pela inversão do vocativo, “menino sujo”. Assim, enquanto a intenção do falante seria a de repreender a criança que come sem antes se lavar, literalmente, essa enunciação pode ser interpretada como a repreensão a alguém por estar comendo uma criança suja. Interpretação descartada porque fere a metarregra de relação, mas que também pode ser interpretada num nível metafórico como no recorte 16, analisado a partir dos eventos de fala registrados na situação 8.

O Recorte 19, da Situação 9, apresenta um evento de fala que ocorre durante um casamento, quando duas jovens conversam entre si a respeito do vestido de uma convidada:

**A bunda tá muito bordada e os peito não.**

A estranheza e a comicidade, decorrentes da ambigüidade produzida nas expressões atribuídas a esse grupo de falantes, aqui também são evidenciadas

se considerarmos os sentidos gerados numa primeira interpretação, sem considerar o contexto e a relação entre os interlocutores.

Dito de outra forma: o processamento cognitivo possível, a partir do acesso às informações armazenadas na memória, e estabelecidas no decorrer da exposição às experiências, ativa as informações durante a interação comunicativa e nos remete ao conceito de frame.

Para que as informações sejam interpretadas, surge um mecanismo de essencial importância: o processo de inferenciação, que permite ao interlocutor entender o que lhe é dito, e construir sentidos a partir de associações com conteúdos já programados na cognição e relacionar tais informações de acordo com suas expectativas, investigando o grau de compartilhamento social que evocam.

Assim, num primeiro nível de interpretação – o nível da enunciação – podemos dizer que a intenção do falante é a de comunicar ao seu interlocutor a sua opinião sobre a roupa de uma pessoa que estão observando no momento desse evento de fala.

Nesse caso, a enunciadora emprega partes do corpo para se referir às partes da roupa que cobrem as partes enfocadas. Desse modo, ao fazer essa referência, estabelece uma relação de proximidade ou de vizinhança típica das construções metonímicas. Ao falar da “bunda muito bordada” e dos “peitos com pouco ornamento”, a intenção é dizer que o tecido que cobre a parte da região glútea está mais ornado, em relação ao tecido que cobre os seios.

Num segundo nível de interpretação - o nível literal, a leitura possível seria “a de que o corpo da moça, sobre a qual estão se referindo, está bordado em proporções desiguais nas partes destacadas”.

Mas, lembrando Fauconier (1997, p. 190), quando diz que o processamento cognitivo é possível a partir do acesso às informações armazenadas na memória e estabelecidas no decorrer da exposição às experiências, verificamos que, nesse momento, os interlocutores tendem a analisar as condições das informações a que têm acesso e, a partir daí, relacionam as informações de acordo com suas expectativas, investigando o grau de compartilhamento social que evocam.

Assim sendo, essa interpretação literal é descartada na interlocução, naturalmente, sem causar o menor mal-estar, e sem provocar o menor sinal de comicidade, uma vez que essa só é percebida entre os falantes de outras comunidades.

O Recorte 20, extraído de uma seqüência de fala da Situação 10, acrescenta informações à enunciação destacada no recorte anterior.

**Tameim ela é muito grandi, a bunda preta.**

Ao dizer que ela é muito grande, uma das interlocutoras emite sua opinião sobre a desproporção do corpo da pessoa da qual estão falando. Nesse caso, o pronome “ela” é um dêitico para designar a referência, e o advérbio “também” cumpre a função de ressaltar a desarmonia provocada pelo tamanho do corpo, considerado incompatível com o modelo escolhido.

Em um primeiro nível de interpretação – o nível da enunciação – considerando o contexto da fala e presumindo-se a intenção do falante, podemos fazer a seguinte leitura: a enunciadora quer afirmar que a pessoa sobre a qual falam é muito grande para usar uma roupa bastante bordada e esse bordado, por ser de cor preta, chama muito a atenção para a região glútea.

No nível literal, a interpretação possível seria: a moça também é muito grande e tem a bunda preta, ou ainda, as nádegas da moça são grandes e pretas.

Um terceiro nível de interpretação pode ser apontado, pois, tal qual a enunciação apresentada no recorte anterior, nesse recorte, a enunciadora também emprega parte do corpo para se referir à parte da roupa que cobre a parte focalizada. E, assim, estabelece uma relação metonímica. Ao afirmar que a bunda é preta, a intenção é dizer que o tecido que cobre essa parte do corpo é preto.

Lidamos simultaneamente com dois espaços – a enunciação como intenção do falante, e a expressão lingüística que realiza, na superfície da enunciação, a projeção entre os dois domínios faz emergir um terceiro, o *blending*, que mescla elementos dos outros dois. Em um dos espaços, o da enunciação, está o que se pretende comunicar. Em outro espaço, o da interlocução, está o aspecto material, físico da enunciação. Ambos os espaços são parcialmente projetados e fundidos em um terceiro – a mescla ou *blend* – que autoriza a interpretação do enunciado dentro da expectativa da interlocução a partir dos frames acionados no momento do evento de fala. Essa mesclagem conceitual (*blending*), também chamada de integração conceitual “é uma operação mental, altamente imaginativa, mas crucial, mesmo para os tipos mais

simples de pensamento”, conforme apresentam Fauconnier e Turner, (2002, p. 18).

Desse modo há, entre a informação explicitada e o entendimento de seu enunciado, uma projeção criada pelo espaço mental que permite o primeiro nível de interpretação, graças a fatores de ordem cognitiva, resultado de um processo cognitivo de organização dos constituintes da oração, que encadeia o sentido dessa enunciação e prevê o rearranjo mental do enunciado, tornando-o aceitável e, conseqüentemente, coerente no nível da interlocução, quando, a partir dos espaços mentais, corrige o desvio da enunciação. Tais espaços mentais, como vimos, conforme Fauconnier (1998), são estruturas provisórias que se manifestam, a cada acesso a um domínio cognitivo, a fim de decodificar as informações obtidas e projetá-las na linguagem. O processo de focalização, na linguagem, é expresso por enquadres (frames), recortes realizados a partir da visão do sujeito discursivo na realidade referenciada pelo enunciado, a partir de expressões lingüísticas apropriadas, que pressupõem operações sintáticas e semânticas necessárias à construção de sentido para a enunciação.

O Recorte 21, retirado da Situação 10, mostra a continuação da conversa entre as duas mulheres sobre a roupa de uma terceira.

**Si ela pídissi a mãe mudava a bunda (...)**

Nesse recorte, ocorre a retomada do processo metonímico, apresentado desde o início da conversa e analisado nos recortes 19 e 20 do mesmo evento de fala.

Como nas referências anteriores, bunda está representado numa relação metonímica com o bordado da roupa que cobre essa parte do corpo.

Assim, ao dizer que “se ela pedisse a mãe mudaria a bunda”, a enunciativa está querendo dizer que se a cliente quisesse, a costureira, mudaria a extensão do bordado na roupa, ao confeccionar o vestido, evitando, assim, os exageros aos quais elas se referiam.

Para que esse entendimento seja possível é necessário ativar as estruturas provisórias, manifestas a cada acesso a um domínio cognitivo, a fim de decodificar as informações obtidas e projetá-las na linguagem. Assim, esses espaços mentais, permitem que, na interlocução, seja corrigido o desvio da enunciação. Tais espaços mentais, que, conforme Fauconnier (1998), são estruturas provisórias, se organizam nos bastidores dos processos cognitivos, como uma operação mental, altamente imaginativa, e se dão de forma muito rápida e inconscientemente.

Na interlocução, os participantes atuam colaborativamente e, por meio da metonímia, segundo estudos de Lakoff e Johnson (2002), estabelecem um modo de compreensão pelo qual projetam padrões de um domínio da experiência. No *blending*, os frames ativados recuperam a habilidade de fazer inferências, suposições, previsões, ou seja, possibilitam aos participantes da conversa ir além do que está dito, do que se vê e se ouve.

São os frames que guiam o entendimento das interlocutoras e as ajudam a tomar como dados, elementos que não foram mencionados explicitamente na fala.

Nesse recorte, recuperam o consenso partilhado socialmente, ou por um grupo, de que pessoas com bumbum muito avantajado, para serem elegantes, ou se apresentarem bem vestidas, numa ocasião formal, não devem usar roupas com muitos detalhes. Esse é um conhecimento partilhado socialmente e diz respeito a uma cultura, a uma expressão, a um conceito ou a uma regra, que rege o mundo da moda e não significa uma ordem universal. Mas, quando compartilhado e aceito por um grupo, torna-se uma maneira de compreender um determinado aspecto da vida social, e, assim, é estruturado na mente como uma espécie de lei que rege, inconscientemente, um modo de pensar e de perceber o mundo.

Assim, na compreensão desse enunciado são ligados dados e informações de várias naturezas e de várias fontes, em uma operação cognitiva comum, pois quando contextualizadas, as palavras ou expressões ativam determinados frames, mais claramente relacionados à situação em questão, permitindo que o sentido adequado a ela seja mais diretamente identificado. Desse modo, mudar a bunda, não significa, como sugere a interpretação literal, fazer uma cirurgia plástica nessa parte do corpo, mas alterar o modelo da roupa que a recobre. E essa interpretação é aceita na interlocução com naturalidade, sem causar o aspecto cômico que provocaria em uma outra situação comunicacional.

Segundo Fauconnier (1998), os advérbios de lugar e de tempo, SN sujeito + verbos epistêmicos, que indicam crença, desejo, imaginação e expectativa, e construções condicionais são introdutórios de Espaços, por excelência.

O Recorte 22, retirado da Situação 10, mostra um comentário feito por uma senhora à sua filha de 20 anos, sobre o fato de uma moça já balsaquiana ter alcançado o buquê jogado pela noiva.

**Neim cum botão ela casa mais. Já incruô.**

A ambigüidade dessa enunciação em princípio causa estranheza, comicidade e uma possível interpretação maliciosa, se considerarmos o sentido gerado numa primeira interpretação, sem levar em conta o contexto e a relação entre os interlocutores.

Num primeiro nível de interpretação – o nível da enunciação – podemos recuperar a intenção do falante: comentar com seu interlocutor que a moça que alcançou o buquê jogado pela noiva não tem possibilidade de se casar mais, segundo o julgamento da enunciadora.

Conforme uma tradição popular, logo após a cerimônia de casamento, a noiva joga o buquê para o alto e aquela que o alcançar será a próxima a se casar.

Nesse evento de fala, a palavra “botão” é usada em lugar de “buquê”. Assim, essa escolha lexical leva a uma confusão de sentido, pois botão, dito nesse arranjo, pode ser interpretado também, conforme a linguagem vulgar, como ânus. Se tomada em seu significado literal, essa enunciação diz que, nem tendo ânus, a moça que participou com êxito do ritual folclórico, conseguirá se casar. Essa idéia é completada com a expressão “já incruô”, que significa para a comunidade pesquisada algo que endureceu. Metaforicamente: passou do ponto. Essa metáfora é construída a partir do conhecimento partilhado pelo grupo e

estabelece uma relação de semelhança entre o fato de a “moça estar velha”, e, portanto, “passada do ponto” para se casar, com comida. É usual, entre esse grupo, o emprego da expressão *encruar* atribuída a alimentos que não atingem a maciez necessária à ingestão, depois de cozida, por estarem velhos, como a carne de aves, ou rija como a mandioca cultivada em solo inadequado, não servindo para ser cozida, mas somente para a fabricação do polvilho, como também a abóbora e outros alimentos.

Desse modo, a relação metafórica é estabelecida nos seguintes moldes: assim como a ave está velha para ser cozida e posteriormente ingerida, também a moça que já passou dos trinta anos é considerada “passada” para o casamento.

É o conhecimento de mundo e o conhecimento partilhado na interlocução que desfaz o aspecto cômico e a rejeição a esta enunciação, uma vez que também pode-se perceber uma relação metonímica em que a parte é tomada pelo todo, desfazendo o sentido ambíguo do emprego do vocábulo “botão” em vez de “buquê”.

Numa operação mental em que ativa os frames necessários, os falantes recuperam o sentido de que um buquê de noiva pode ser formado por vários botões de flores. Assim, há uma relação de contigüidade que aproxima os dois termos, nesse caso, a parte está sendo usada para se referir ao todo.

Também nesse caso, pode-se estabelecer a relação metafórica implícita na cultura brasileira, conforme Da Matta (1984, p. 59), para quem o ato de comer guarda uma relação de semelhança entre o ato sexual, porque, simbolicamente, representa a absorção consentida em termos sociais.

Como nessa comunidade as mulheres se casam muito jovens, após os trinta anos a candidata ao matrimônio é considerada “encruada”, ou seja, não poderá mais ser cozida, pois guarda em si um aspecto do cru permanente, como diz a própria etimologia da palavra.

Para entendermos melhor essa associação que é construída no interior da mente, mas reportada e trazida à exterioridade quando acionados os frames, a partir dos espaços mentais construídos nessas projeções, trazemos a explicação antropológica do significado de cru, para os brasileiros.

Para os norte-americanos e europeus, cru e cozido, alimento e comida, conforme esclarece Da Matta (1984, p. 52), são categorias científicas, nem sempre levadas em conta no ato de comer. Já para nós, brasileiros, a idéia de cru por oposição ao cozido pode significar com muito mais facilidade um universo complexo.

Nesse sentido, num universo em que a comida significa, muito mais do que alimento, também um elo que nos liga à família, aos amigos, o cozido nos remete à idéia de casa, enquanto o cru significa tudo aquilo que não está circunscrito à área em que compartilhamos a intimidade, o que não atingiu a maturidade ou experiência. O cozido representa, por definição, o social. Desse modo, deixa de ser apenas o nome de um processo físico para nomear um prato sagrado em nossa culinária. O “cozido” é um alimento que junta vegetais, legumes e carnes variadas num prato que tem um peso social muito grande, lembra Da Matta (1984, p. 53), pois cria a própria ocasião social. Assim, diz das metáforas que as comidas permitem realizar e que fazem a identidade brasileira. São os pratos cozidos que representam as especialidades de nossa culinária, em nosso

território ou fora dele, nunca os crus, que só recentemente têm se incorporado à culinária brasileira.

Eis que isso metaforiza uma concepção de mundo e de identidade e estabelece uma distinção entre coisas que estão separadas e estanques, individualizadas, parte do que é cru, enquanto o cozido é concebido como algo que permite a junção de coisas do mundo que estavam ocasionalmente separadas, mas que são compatíveis.

Nesse sentido, “encruar” é continuar individualizada, sem possibilidade de junção. Esse estado permanente da condição de crua impede a socialização, ou seja, a união pelo casamento.

É a esse universo cultural e socialmente aceito que o falante se reporta, ainda que inconscientemente, para estabelecer os *links* necessários no momento da enunciação, pois a compreensão não é uma operação que se realiza em um domínio só, considerando uma categoria só de elementos. Pelo contrário, ela é uma operação que envolve vários domínios de processamento e vários tipos de conhecimento ou informação, a partir da qual podemos concluir que a mente opera com um conjunto de dados.

Na compreensão ligamos dados e informações de diversas naturezas e de várias fontes e isso é uma operação cognitiva comum. Ligamos uma palavra ou expressão a outras, relacionamos com nossos conhecimentos e experiências anteriores, conectamos com outras idéias e sensações, avaliamos, julgamos, reanalisamos sob outros prismas, consideramos elementos não-verbais, situacionais ou extralingüísticos e, assim por diante, estabelecendo uma rede

pluridimensional de relações, por meio da qual atribuímos sentido às coisas do mundo.

O Recorte 23, extraído da Situação 11, mostra a enunciação feita por uma garota de 15 anos, quando lhe perguntaram para quem ela estaria levando um presente:

**Prá dona Maria coitada da porta.**

Nesse recorte, a ambigüidade e, conseqüentemente, a estranheza na recepção dessa enunciação é causada pela sobreposição da expressão interjetiva antes de se completar a enunciação e pela impropriedade ao se empregar a expressão “da porta” no lugar de “porteira”.

Sem concluir a enunciação completando-lhe a informação, a enunciadora intercala uma exclamação que se liga à frase inconclusa gerando uma interpretação dúbia. Assim, a enunciação incompleta pela asserção de uma interjeição cria um enunciado não aceitável, um desvio lingüístico. Nesse caso, a exclamação funciona como um construtor de espaço.

No nível da enunciação, a intenção do falante seria responder a sua interlocutora: Para a Dona Maria, porteira. Coitada! Ou, mais popularmente, “Para Dona Maria da Porta, coitada!”.

Mas num nível literal, a interpretação é a de que a porta é que é coitada. Nesse sentido, a enunciação é descartada, na interlocução porque contraria a metarregra de relação, em não se podendo atribuir um sentimento humano a um ser inanimado.

Assim, considerando que os significados não existem em si mesmos e que são construídos a partir das pistas lingüísticas, juntamente com o conhecimento não-lingüístico, o contexto situacional e uma série de arranjos conceptuais organizados cognitivamente, a compreensão se realiza numa operação que envolve vários domínios de processamento e vários tipos de conhecimento ou informação, com a ação colaborativa do interlocutor.

#### **4.5 Palavras e gestos: cruzando dados**

Após realizar essas análises, atentamos para os princípios da Lingüística Cognitiva, contando com o aporte teórico da Antropologia Lingüística, que leva em conta, além dos aspectos lingüísticos, as questões inerentes à linguagem humana e não apenas a competência comunicativa, como conjunto de conhecimento e habilidades para o uso e interpretação apropriados da linguagem numa comunidade, mas também ao conhecimento e habilidades comunicativas compartilhadas pelo grupo, considerando seus aspectos antropológicos, sociais e culturais que residam variavelmente nos seus membros individuais.

Procuramos descrever essa identidade para tentar explicar como ela pode aumentar nossa compreensão de linguagem, não somente como uma forma de pensar, mas sobretudo, como uma prática cultural, isto é, como uma forma de ação que ao mesmo tempo pressupõe e realiza modos de estar-no-mundo e que são simbolicamente representados por aspectos cognitivos, os quais traduzimos no universo lingüístico por imagens e projeções metafóricas que se organizam a partir de espaços mentais. Esses espaços que constituem uma rede e se desenvolvem à medida que pensamento e fala progridem, de modo a possibilitar

que as informações importadas de diversos domínios cognitivos, ou da própria situação comunicativa, sejam interpretadas como coerentes e significativas numa dada comunidade lingüística.

Assim, o foco deste trabalho está na linguagem como um conjunto de recursos simbólicos que entra na constituição do sistema social e na representação individual de mundos reais ou possíveis, organizados mentalmente e projetados à medida que a situação de fala exige.

Com essas análises nos colocamos diante de dados que confirmam que os significados não são construídos apenas pelos sujeitos a partir das formas lingüísticas, mas envolvem o processamento de relações entre as formas da língua e o contexto discursivo no qual aparecem, além de se reportarem a imagens e projeções que o falante têm armazenadas em sua mente e que constituem um repertório, ou acervo de experiências pessoais e/ou coletivas compartilhadas socialmente.

Se aceitarmos que construímos significados a partir de instruções fornecidas pelas formas lingüísticas, as análises que apresentamos, sob a perspectiva sócio-cognitiva, tendo como referência a teoria dos espaços mentais, podem efetivamente mostrar que a função das construções lingüísticas é guiar ou operacionalizar esse “saber” e que a exploração dos fenômenos biológicos, mentais, sócio-histórico-culturais, ligados à língua só tem a acrescentar ao trabalho realizado pelos lingüistas, sem deixar de considerar e respeitar a organicidade e metodologia consagrada dos chamados níveis de análise lingüística, conforme orienta Abreu (2003, p. 18).

Valemo-nos aqui também do processo metonímico para concluir que as construções lingüísticas tradicionalmente rotuladas como figuras de linguagem são apenas a ponta do *iceberg* de um fenômeno muito mais amplo no nível da linguagem e da cognição humana, conforme enfatiza Fauconnier (1998). Nessa perspectiva, entender melhor as metáforas equivale a compreender um pouco mais a respeito do intrincado e misterioso terreno que é o funcionamento da mente humana.

Desse modo, essas projeções metafóricas presentes na linguagem cotidiana nos ajudam a entender as metáforas existentes na fala deste grupo.

Cabe lembrar que, para os membros da comunidade pesquisada e das outras comunidades, existe uma associação entre rosca e os membros da comunidade de Dourados, assim como também a expressão “dourado” tornou-se uma designação genérica para as pessoas da região do rio Dourados e adjacências.

Daí, podemos fazer o seguinte esquema para representar o processo de projeção de imagens:

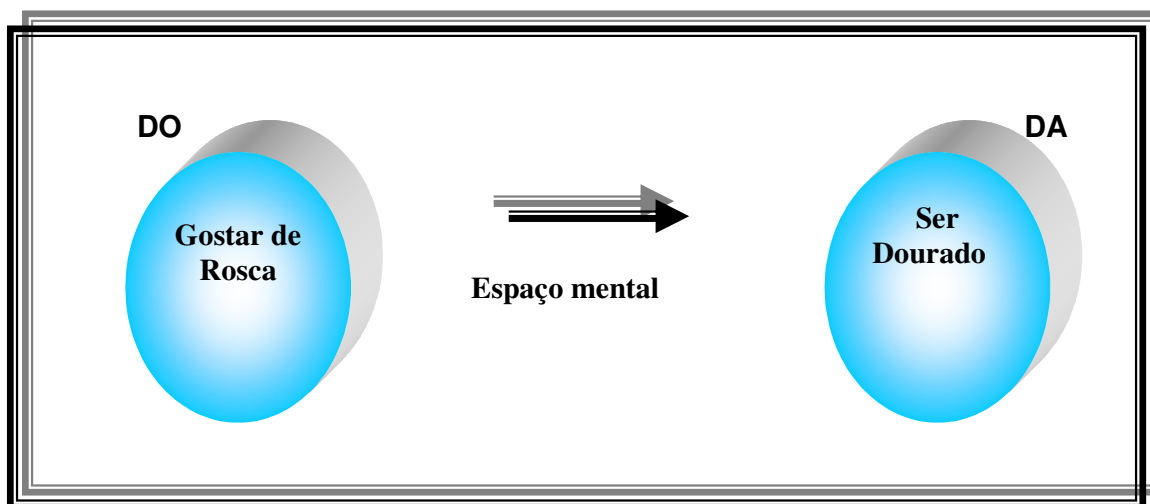


Figura 21- Esquema A- "Ser Dourado".

No domínio de origem temos rosca como referente para a projeção do domínio alvo “dourado”, quando um *blending* é criado, levando à interpretação de que na relação entre a quitanda preferida pelos membros do grupo e o próprio membro do grupo há uma metonímia, decorrente de uma associação entre comida e pessoas, provocando uma interpretação possível em nosso sistema conceptual. Assim, gostar de rosca equivale a ser dourado, que por sua vez é também resultado de um processo metonímico. Nesse caso, numa relação de contigüidade, o nome do lugar é associado às pessoas ali nascidas e pode ser estabelecida nesses termos:

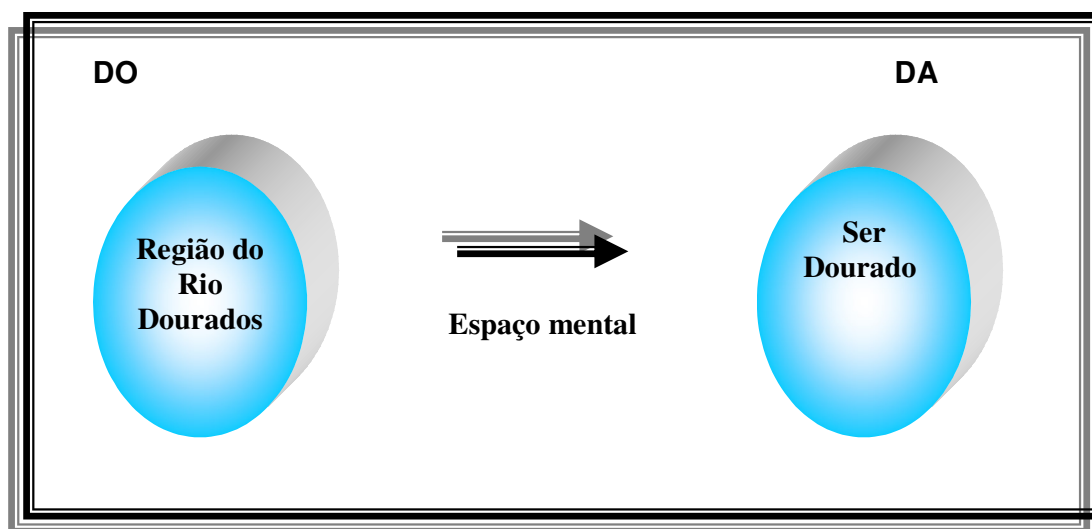


Figura 22- Esquema B- “Ser Dourado”

No domínio de origem tem-se “dourado” como referente para os membros da comunidade, numa relação metonímica, similar à relação “rosca/dourado”. Então, o Rio Dourados empresta o nome a quem nasce na região próxima a ele e torna-se um lugar-referência e, assim, mais do que se constituir em uma figura, a

metonímia cria símbolos. “Gostar de rosca” passa a ser identificador das pessoas oriundas da Região do Rio Dourados, que também funciona como identificador do grupo de pessoas daí provenientes. Nesse sentido, outras relações metonímicas podem ser acrescentadas: “ser dourado” = “ser bobo”, e ainda, “ser dourado” = “a ser esperto”.

Identificamos essa correlação como uma mesclagem cognitiva que ocorre quando processos mentais envolvem relações conceptuais entre, pelo menos, dois domínios distintos. Assim, eles são ativados e suprem a escassez dos significantes com informações neles arquivadas. Por isso, muitas vezes, tal qual apresentam esses exemplos, a partir de um único termo, experiências de diferentes naturezas, ativadas na memória, vêm compor o significado das construções lingüísticas que são realizadas cotidianamente, não só por esse grupo, mas por todos os falantes de língua portuguesa e de outras línguas.

Essas relações, que podem soar contraditórias, fora de um contexto, são compreendidas no universo cultural desse grupo, pois, conforme apresentamos na Seção 2 deste trabalho, quem as conhece separa essas duas características.

A conotação de “bobo” é atribuída aqueles membros com problemas mentais em consequência dos casamentos consangüíneos, comuns entre o grupo. Por outro lado, a conotação de “esperto” é atribuída ao fato de os membros do grupo dos Dourados serem negociantes natos e talentosos. E, reportando-nos à opinião de membros de outras comunidades, “o que eles não podem ser classificados é como bobos, pois em tudo que fazem levam vantagem”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meio do caminho tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
tinha uma pedra  
no meio do caminho tinha uma pedra.  
Nunca me esquecerei desse  
acontecimento  
na vida de minhas retinas tão fatigadas.  
Nunca me esquecerei que no meio do  
caminho  
tinha uma pedra  
Tinha uma pedra no meio do caminho  
no meio do caminho tinha uma pedra.

(Carlos Drummond de Andrade, 1999, p. 11)

Ao delimitarmos nosso propósito com este trabalho, decidimos investigar os mecanismos subjacentes ao falar de uma comunidade cuja característica é destacar sempre o aspecto cômico nas interações sociais, por meio da ambigüidade. Partimos da hipótese de que o aspecto cômico provocado pela ambigüidade nas construções realizadas pelo grupo pesquisado é determinado, na maioria dos casos, pela relação metafórica e metonímica e pelos efeitos da projeção de imagens, ou seja, localizando a metáfora no modo de conceptualizar um domínio mental em termos de um outro. Entendemos, então, que essa abordagem poderia ser feita à luz dos estudos da Linguística Cognitiva, relacionando-os com os pressupostos teóricos da Sociolinguística.

Assim, apoiados na reflexão de que as línguas representam sistemas simbólicos, dotados de regras e limites precisos, mas considerando, sobretudo, que a riqueza da fala, simultaneamente sua força e seu mistério, está em ultrapassar efetivamente qualquer determinação prévia do sentido, adotamos o modelo dos “espaços mentais” proposto por Fauconnier (1998) para chegar a algumas considerações possíveis neste estudo.

Primeiramente, consideramos que, como atividade prática, a linguagem se efetiva em uma comunidade lingüística por intermédio de uma conduta que introjeta suas regras e é exercida fluentemente sem que os falantes tenham, durante todo o tempo, consciência de seu caráter sistemático, estrutural e normativo, uma vez que não submetem o que dizem a uma análise sintática prévia, e as exigências gramaticais operam neles apenas implicitamente.

Num segundo plano, consideramos a linguagem como atividade mental que realiza o pensamento pela ação da língua. Assim, entendemos a linguagem como um fenômeno dinâmico e em construção, como uma atividade de interação em que forma e sentido são funções das circunstâncias da enunciação e que o produtor, operando com um conjunto de fatores, promove suas escolhas no código e decide quanto à estruturação conceitual e formal limitado pela sua percepção do mundo.

Entretanto, consideramos que, embora formado por um conjunto de unidades fixas, esse sistema lingüístico a que o falante está sujeito permite a criação virtualmente infinita de imagens e mensagens sempre novas, em espaços mentais que se projetam de um domínio de origem a um domínio alvo. Então, neste estudo assumimos a perspectiva adotada por Lakoff e Johnson (1980) de

que a maior parte de nosso sistema conceptual é metaforicamente estruturado, ou seja, é parcialmente compreendido em termos de outros conceitos.

Os resultados obtidos na pesquisa comprovaram que nos inúmeros casos de ambigüidade, podemos ver com mais clareza o papel do contexto na ativação de *frames* e, conseqüentemente, na construção do significado. Assim, o *blend*, que surge a cada enunciação é uma operação que permite explicar uma série de fenômenos lingüísticos e ajuda-nos a conhecer melhor a natureza das relações que existem entre construções lingüísticas e processos cognitivos dessa comunidade lingüística e pode ser estendida às demais. As entidades que os compõem estão parcial e esquematicamente configuradas. Entre as que são ativadas, algumas são transferidas para o espaço mesclado, carregando consigo as significações que com elas coexistem nos domínios.

Uma hipótese para o destaque do cômico nessa comunidade é a de que ela compõe uma espécie de “grande família” dentro da qual essa atitude tem a função de ser um componente agregador, uma espécie de “demarcação de território social” construído pelo bom humor e camaradagem.

E, à guisa de conclusão, reportamo-nos a Arendt: a linguagem “é uma atividade sem fim, pela qual nos ajustamos ao real, nos reconciliamos com ele e nos esforçamos para estar de acordo ou em harmonia com o mundo” (REVAUT D'ALLONES, 1994, p. 60).

## 6. REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. Progressos da Lingüística Cognitiva e níveis de análise lingüística. In: **Alfa**. São Paulo, 47 (2); 9-19, 2003.

\_\_\_\_\_. **Curso de Redação**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2004.

ALKMIM, Tânia Maria. Introdução à lingüística-domínios e fronteiras. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. A identidade como representação e a representação da identidade. In: OLIVEIRA, Denize Cristina; MOREIRA, Antônia Silva Paredes (Orgs.) **Estudos interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, 2000.

ANDRADE, Mário de. **Poesias completas**. São Paulo: Martins, 1972.

ARISTÓTELES. **Retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1959.

ARRUDA, Angela. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro: Negociando a diferença. In: ARRUDA, Angela (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARDOVI - HARLIG, Kathleen. "Pragmatic word order in english composition". In: CONNOR, U. & JOHNS, M. (Eds.), **Coherence: Research and pedagogical perspectives**. Washington, D.C. TESOL, 1990, 43 - 65.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de lingüística geral II**, Campinas: Pontes, 1989.

BORTONE, Marcia Elizabeth. Comunicação interdialetoal: um retrato de diversidade culturais. In: MAGALHÃES, I. (Org.). **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: UnB, 1996a. p. 387-399.

\_\_\_\_\_. Língua e identidade social. **Revista Letras**. Campinas, v. 15, nº 1 e 2., p. 22-42. dez., 1996b.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória Sertão**. Uberaba: Editora Universidade de Uberaba, 1998.
- BURKE, K. **On Symbols and Society**. Chicago: Chicago University Press, 1984.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. "O processo cognitivo de mesclagem de vozes e os modos discursivos em português". Disponível em:  
<[http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/LCA/clca\\_04.htm](http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/LCA/clca_04.htm)> Acesso em 18-06-2005.
- CLARET, J. **A idéia e a forma: Problemática e Dinâmica da Linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- COHEN, M. A. A. M. A lingual portuguesa no território mineiro: variação lingüística. In: FREITAS, J. E.; MOL, M. L. A. (Org.). **Português: língua pátria, fator de identidade e resistência**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000.
- COMBETTES, Bernard. **Pour une grammaire textuelle**. La progression thématique. Paris: Gembloux, A. De Boeck/Duculot, 1983.
- DA MATTA, Roberto A. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Traduzido por João Cruz Costa. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965.
- DUBOIS, Jean. et al. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo, Cultrix, 1993.
- DURANTI, Alessandro. **Linguistic Anthropology: A Reader**. Oxford, Blackwell, 2001.
- FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FAUCONNIER, Gilles. **Mental spaces aspects of meaning construction in natural language**. Cambridge: University Press, 1998.
- FAUCONNIER, Gilles. **The Way We Think: Conceptual Blending and The Mind's Hidden Complexities**, Cambridge University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_; SWEETSER, Eve (Ed.). **Spaces words and grammar**. Chicago: Uuniversity of Chicago Press, 1996.
- \_\_\_\_\_; TURNER, Mark. "Blending as central process of grammar". In: **Conceptual structure discours and language**. California: CSLI, Publicações Standford, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIRBAS, Jan. "On defining the theme in functional sentence analysis". In: **Travaux linguistiques de Prague**, 1, 1964, 267-280.
- FOLEY, W. A. 7. **Anthropological linguistics: an introduction**. Alden, MA: Blackwell, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GIVÓN, Talmy. "On interpreting text-distributional correlations: some methodological Issues. **Technical Report**, 1990, 90-116. Oregon: University of Oregon."

GNERRE, M. **Linguagem Escrita e Poder**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

GODEL, R. **Ferdinand de Saussure**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1971.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUIMARÃES, Bernardo. **O Garimpeiro**. São Paulo: Ática, 1981.

GUIMARÃES, Eduardo. R. **Modalidade e argumentação lingüística**. Análise de enunciados no passado em língua portuguesa. Tese de doutoramento USP- São Paulo, 1979.

GUMPERS, John J. **Language and social identity studies in interacional sociolinguistics 2**. New York: Cambridge University Press, 1989.

HABERMAS, Jürgen. Coleção "**Os Pensadores**". São Paulo: Abril, 1975.

HALLIDAY, M. A. K. "The place of 'functional sentence perspective' in the system of linguistic description". In: DANES (Ed.). **Papers on functional sentence perspective**. Prague: The Hague. 1974, p. 43-53.

\_\_\_\_\_. **Language as Social Semiotic**. Londres. Longman. Group, 1979.

HIMES, Dell. **Foudations in sociolinguistics**: na ethonografic approach. Philadelphia University of Pennsylvania Press, 1984.

HUDSON, R.A.. **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

JESPERSEN, Otto. **Language**: Its nature, development and origin. London: George Allen & Unwin, 1963.

SKARMETA, Antônio. **O Carteiro e o Poeta**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

LABOV, William. **The social stratification of English in the New York city**. Washington: Center for Applied Linguistic, 1966.

\_\_\_\_\_. **Sociolinguistics patterns**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the min. Chicago and London: University Chicago Press, 1987.

\_\_\_\_\_. "The contemporary theory os metaphor. In: ORTONY, Andrew (Ed.) **"Metafhor and thought"**. 2. ed. Cambridge: Cambridge, 1993.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Methaphors we life by**. Chicago: University Cchicago Press, 1980.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Philosophy of mind**. New York: Library of Congress, 1999.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: EDUC, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

- LEMLE, Miriam. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. In: LOBATO, L.M. P. (Org.) **Lingüística e ensino do vernáculo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. p. 60-94.
- LYONS, John. **Lingua(gem) e lingüística** - uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- MACHADO, A. M. **Texturas sobre leituras e escritos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- MALMBERG, B. **As novas tendências da Lingüística**. São Paulo: Nacional, 1971.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Language Policy in Brazil: monolingualism and linguistic prejudice. **Language Policy**. Dordrecht: Academic Publishers. n. 3, p. 13-23, 2004.
- MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa, Caminho, 1989.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MOSCOVICI, S. Attitudes and opinions. In: WAGNER, Wolfgang. Sócio-Gênese e Características das Representações Sociais. **Annual Review of Psychology**, p. 231- 260, 1963.
- NOVA Enciclopédia de Pesquisa Fase. Rio de Janeiro: Fase, 1979.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de Brasileiro fala português: Monolingüismo e preconceito lingüístico. In: Fábio Lopes da Silva & Heronides M. de Melo Moura (Orgs), **O direito à fala** – A questão do preconceito lingüístico. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2002.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Como e quando interferir no comportamento lingüístico do aluno. In: JÚDICE, Norimar et al., (Org.) **Português em debate**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 65-82.
- ORLANDI, Eni P. A Sociolingüística, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso. In: **Sobre o discurso**. Série Estudos nº 6. Uberaba: Fista, 1979, p. 36-49.
- PATROCÍNIO: Plano Rodoviário do Município de Patrocínio. Patrocínio: Secretaria de Urbanismo, 2000. 1 CD. Escala: 1: 175.000.
- PESSOA, Fernando. **Obra Poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- PRETI, Dino. **Sociolingüística: os níveis da fala**. São Paulo: Nacional, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A Linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica**. São Paulo, TA Queiroz, 1984.
- PRINCE, Ellen F. "Toward a taxonomy of given - new information". In: COLE, P. **Radical Pragmatics**. New York: Academic Press, 1981, p. 223 -255.
- REBOUL. Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RESENDE, Júlio César. **Patrocínio: nossa terra nossa gente**. Patrocínio: Real, 1986.

REVAULT D'ALLONES, M. Vers une politique de la responsabilité. Une lecture de Hannah Arendt. **Espirit**, 202: 49-61, 1994.

RIBEIRO, Ormezinda M. Por que investir em pesquisa qualitativa? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, nº 197, Brasília: INEP, 2002, p. 109-115.

RICOUER, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ROBIN, Régine. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROMAINE, Suzanne. **Introduction to Sociolinguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

SANARELLI JUNIOR, Alberto. **Anuário de Patrocínio**. Patrocínio: Reggraf, 1997.

\_\_\_\_\_. Alberto. **Anuário de Patrocínio**. 5. ed., Patrocínio: Reggraf, 2002/2003.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representação Social e Identidade. In: **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Antônia Silva Paredes Moreira e Denize Cristina de Oliveira (Org.). Goiânia: AB, 2000.

SAPIR, E. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Rio de Janeiro: Acadêmica; 1971.

SAUSSURE, Ferdinand. **Cours de linguistique générale**. Édition critique par T. de Mauro. Paris: Payot, 1979.

SILVA, I. **BACAB**. São José do Rio Preto: Planalto, 1971.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1986.

TRINGALE, Dante. **Introdução à Retórica**. A Retórica como crítica literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

TURNER, Mark. **The literary mind**. New York: Oxford University Press, 1996.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Ática, 1992.

VASCONCELOS, Heloísa R. "A topicalização e a relação fala/escrita". In: MAGALHÃES, I. (Org.) **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: UnB, 1996. p.181-191.

VOGT, C. **Linguagem, Pragmática, Ideologia**. São Paulo, Hucitec, 1980.

ZÁGARI, M. R. **Os falares mineiros**- Esboço de um Atlas Lingüísticos de Minas Gerais, In: AGUILERA, V. (Org.). A Geolingüística no Brasil-Caminhos e perspectivas. UEL: Londrina, PR, 1998.

## 7. APÊNDICE

### Entrevista A

Dados do informante: sexo masculino, 60 anos, residente em ambiente urbano, mas oriundo da zona rural, fazendeiro e comerciante, com nível de escolaridade equivalente às três primeiras séries do Ensino Fundamental.

ENTREVISTADORA- Já me disseram que o senhor gosta muito de conversar, de contar histórias... é verdade?

TB- Ói sia a genti já ta véi... já viu muitas coisa nessi mundo... teim história de muinta genti na cabeça... eh! Sabi... tem muinta coisa na cabeça qui neim dá pra contá. Óiaqui. Cê tá gravanu? A genti num sabi falar bunitu... num sabi. Ói sabê falá é coisa de moça qui neim ocê, mais a genti fala assim mesu o importante é falá num é mesu? Todu mundu aquim Patrucino mi cunheci. Si perguntá quem é TB todum mundu sabi. I todus sabi queu vim vim da roça, qui num sei falá beim, mais falu cum todum mundo... hum! É (tosse) também num sô dus bobu não. Tem muita genti qui acha qui é ispertu i num chegô neim um pôco adianti du qui cheguei. Óia, né Fia? Eu tenhu gadu, casa, uma fazindinha boa... tem genti qui ri e num teim ondi deitá o esqueletu. Também tenhu amigu. Iiiii... Issu eu tenho muito...

ENTREVISTADORA- É. Meu tio é muito amigo do senhor. Ele me conta muita história de vocês. Tem uma que ele me contou que eu achei ótima. Ele me disse que se encontrou com o senhor no armazém da antiga Cooperativa e que não tinha percebido antes que o senhor estava lá... que tinha entrado com ele. Então o senhor deu-lhe um cutucão e perguntou pra ele: “Uai V. ocê num viu aqui não sô? **Aquela égua que tava amarrada no pau do Polidório era eu**”.

O senhor também ficou conhecido por ter falado uma frase que até virou bloco de carnaval: “Podexá” O que o senhor acha disso?

TB- Ôi siá. As pessoa sai falanu as coisa e a genti tameim. In antis eu achava qui tavam mi gozanu. Sabi essi povu gosta mesu é di caçuá di tudu, né. Né mesu? Depois eu achei bão sô. Fiquei nervosu si mi gozava. Agora se era puramizade num tinha pobrema. O bão é qui todú mundu sabi qui sô eu. Eu gostu di cunversá... gosto mesu (risos) ocê tamem né? Oia nois na roça num tinha muito o qui fazê... tinha qui cunversá. Na cidadi acostuma. O povu gosta de televisão. Eu tameim mais gostu de cunversá. Essi povu novu num sabi é contá causu. Só iscuta história... num teim história pra contá. Qui neim nois mais velhu, qui fez muita arti. Muito mal feito. Mais tinha respeito cus mais veio. Aprontava, aprontava, mais era só di troça.

ENTREVISTADORA- O senhor fez muita arte, quando era novo? Parece que gosta de um mal-feito até hoje...

TB- Cê num havera de saber quieu era um muleque danado. Fiz muita arti... ai, ai. Tempu bão. Bão (pausa) óia sá eu fazia muunta. Muunta e das boa. Até hoji eu gostu de caçuá cas pessoa. Se num acha bão eu nem ligu. Mais é bão fazê graça cus otru né?

ENTREVISTADORA- E o que faz o senhor ficar nervoso? Do que é que não gosta?

TB\_ Oia minina. Eu ficu brabu mesmu. Num gostu que intreverum nus meu negóciu. Issu não. Ninguém. Sô muito bão. Di amizadi. Mais si mi atravessa us negóciu ih... eu viro um treim... num gostu mesu. Teim muita coisa qui eu num gostu, mais isqueçu. Mais num intrevera não, qui eu fico brabu. Ficu brabu, qui neim um treim danadu.

ENTREVISTADORA- Eu ouvia histórias do senhor, quando era criança, e ficava anotando. Sempre quis falar com o senhor e contar isso. O senhor não sabia, mas já anotei muitas coisas que diziam que falava. Isso que diziam é verdade?

TB- Du quê qui cê fala... eu tô. Tô curiosu. Falararum o que di mim sô. É coisa feia. Né não né? Óia quequi tão falanu?

ENTREVISTADORA- Não se preocupe seu T. É coisa boa. Sinal de que gostam do senhor. São histórias... São coisas que o senhor fala... Do jeito que fala. Nada feio senão eu não iria querer anotar.

TB- Ah! Bão. O povu fala muito. Fala coisa qui nem sabi. Teim hora qui eu ficu achanu qui fala demais siô. Mais o povu é bão tameim né (risos) (tosse) cê besta qui argueim passa a perna nimim. Teim pirigo não siô. Mais num teim mesu.

ENTREVISTADORA- Seu T. desde criança eu ouvia as suas histórias e queria, quando crescesse, fazer um livro delas. Sabe? Um livro pras pessoas entenderem como outras pessoas falam. Ninguém precisa falar igual aos outros. Nem todo mundo foi na mesma escola. Na escola da vida a gente também aprende não é?

TB\_ Isso é mesu. Minha mãe num tinha istudo e mi insinô muita coisa. Teim muita genti di diploma qui num sabi negociá. Issu eu sei. **Nus meu gadu ninguém mi passa as perna.** A genti aprêndi cus negóciu. Aprêndi a fazê as conta, di juru, novis fora... da iscola neim si alembra muito. Mais quandu dá pamaçada ficô veiu e num dá mais pra i pra iscola. Mais sabi... ocê é moça istudada. Sabi cunversá, respeita us otru, num teim remi remi. É simpris qui neim nois, mais teim genti qui num é assim não sô.(pausa) Tem genti. Tem genti qui comi chuchu e rota carni. Num teim dinheru pra pagá as conta... num (tosse) num paga us cobradô e sai purai mostranu o qui num tem. Cê tá venu essa casa? Essis movis? O cumércio leimbaixo? Poisé é tudu meu. Maisé meu mesu sô. Já perdi dinheiro em negócio. Mais ricuperu aqui, ricuperu ali. Num teim dissu não. Num sô de ismiuçá atoa. Tem qui sabê lidá. O povo novu num sabi não. Num sabi mesu sô. Eu já tô vei, mais aprindi... Né não sô? (risos). (pausa) tameim o povo novu num sabi pôpá. Tudú só qué sabê de gastá. Num teim quem guenta sô. É muita gastação. Dinheiro jogadu fora. **É vê na**

**televisão, qué comprá, né moça coisa bunita?** Neim tudu qué bunitu é bão. Né? Sô ce teim as coisa hoji boa ocê tevi de popá inhantis. As coisa num cai du céu e neim da televisão não sô. Tem qui trabaiaá muito pra tê. Num guarda dinheiro não pra vê ondi vai pará. Cê sabi das coisa. Cê é moça beim criada. Teim juízo. Num joga dinheiro fora né? Cê né boba nada né? Né não queu to venu...(cutucando no ombro da entrevistadora e dando uma gargalhada)

(Entra uma senhora com café)

TB- Óia. Podi entrá. Vem cá sô. Ela num sincomoda não. Qué café? Traizaqui sô. Num teim probrema. Nois pára um poco a prosa e dispois vorta. Né?

ENTREVISTADORA- Muito bom o café. É da fazenda? O senhor planta também?

TB- Não, não. Essi é a muié dali que coa. Ela torra. Torra no torrado de casa mesu. E moi im casa é muintu mió, né? Os da padaria teim muinta casca. Teim farelo sei lá sô. Num é tão bão qui us da roça. Mas essi café... essi café num tá dus mió não. Ou (gritando para a mulher) cê popô nu pô pó e num popô nu pô doce, sô. Tá ruim qui só, sô. Num precisa tomá si num quisé. Achu quela tá nervosa. Ficô cum vergonha docê. Minha muié ta duenti. Num sai mais da cama, só venu o istadu dela, tein dó. Era forti e virô issu. Né moli não sô.

ENTREVISTADORA- Não tem motivo. O café está bom. Me lembrou o café de minha avó. Quando eu era criança. Na casa dela sempre tinha duas garrafas. A do vovô e a da vovó. A da vovó era doce e do vovô amargo. Eu tomava o da vovó. Criança gosta de doce.

-TB- I vei tamem né ? (risos) mais ocê... que qui eu tava dizenu mesu? Cê num repara qui eu já num conjumino as ideia... minha cabeça teim hora qui distrai. Num sô mais o mesu dinhantes. Podi priguntá...

TB- Tava falanu cum cumpadi qui ocê tá mi intrevistanu paparecê nu livru. Deixa o povu sabê dissu. O T. nus livru! Quem diria siô. Ninguém

havera de intendê, podexá. Ah! Qui eu fossi istudadu eu ia querê contá muinta história tameim. Inhantis deu cunhecê a B, ce sabi, moçu novu gosta de mamorá. Eu era contadô de história dos bão. Contava história pra inrolá as moça. As moças firvia invorta de mim pra iscutá nus pagodi intão. Vai ce bão pra lá siô. (risos)

ENTREVISTADORA-Tem outras frases que falam que foi o senhor que disse. Desde criança eu quero confirmar. Às vezes as pessoas não sabem quem falou e dizem que foi outra. E verdade o que me contaram. Que o senhor falou?

TB- Uai! Quequi falarum di mim dessa veiz siô? (risos)

ENTREVISTADORA- Me disseram, há muito tempo, quando o senhor vinha a cavalo na cidade que gostava de comprar pão e rosca na padaria do Polidório. E sempre que chegava levava muitos pães, mas que gostava de rosca com manteiga e pão sovado. É verdade?

TB- Issu é. Eu gostu mesu. Todu mundu di casa gosta di quitanda. E rosca é bão mesu né?

ENTREVISTADORA- Me disseram que o senhor, uma vez entrou nessa padaria e disse assim: “Tem pão seu Polidoro sovado? Então racha e bréia”.

TB- Quem si alembra disso siô? Nem eu mi alembra. Devi sê. Eu gostu mesu di rosca e di pão. (RISOS)

ENTREVISTADORA- Contam também que o senhor chegou no mercado do Seu Pedrinho e perguntou: “Tem queijo, seu Pedrinho, fresco? Me dá um grande.” O seu Pedrinho não ficou bravo não?

TB- Prá modi quê? Eli num vendi queiju? Intão. Fui lá i comprei.

ENTREVISTADORA- Meu tio me disse outra do senhor no supermercado: “Tem feijão, Pedrinho, do bago roxo? O que o seu Pedrinho achou disso?”

TB- (Risos, risos) Ah! Eu neim pensei. (risos) Num era du Pedrim. (risos) Êta povu! Eu falu assim mesu. O povu acha graça di tudu. Tamem... ara ... nois da roça fala assim mesu... num tem jeitu... é assim, é assim... (risos) eu nunca havera de pensá nissu. Ocê tá mardanu essas coisa...(cutucando no ombro da entrevistadora e rindo)

ENTREVISTADORA- Eu não seu T. me contaram isso há muito tempo. Eu só anotei, porque achei interessante. Achei engraçado. Eu sei que o senhor queria falar era do queijo, era do feijão... Bem, não importa. Se o senhor queria comprar feijão roxo, o que é que tem né?

TB- É! Ocê é isclaricida. Ocê sabi. Sabi mesu. Eu num sei falá differenti. Mais e aí? O TB é assim mesu. Mais todú mundu gosta dele e si num gosta.(PAUSA) Num mimporta. Vô tocanu a vida simimporta... ora sô! (risos) O povu fala. O povu nada us meusamigo. Ê elis qui conta num é? Intão? Num ia sê mintira. Ê genti boa. Num é o V. qui ocê fala? Eli é genti di beim. Gosta de mim. Faiz negócio cumigo. Ê genti justu. Corretu. Paguim dia. Podi cunfiá. Si eli falô eu achu qui é. Ê mesu. (cutucando no ombro da entrevistadora) Eli num é um tio bão? Fala siô? Num é mesu? (risos) Mais gosta dum marfeito... Ih! Nois teim muita história. Muita mesu.

ENTREVISTADORA- É o senhor precisa me contar. Eu gosto de ouvir história. Sempre gostei. Principalmente das pessoas mais velhas, porque elas têm mais experiência, mais tempo de vida. São mais pacientes para contar as coisas que viveram. Vou voltar outro dia para continuar a prosa. Posso? Gostei muito de conversar com o senhor.

TB- Num precisa perguntá issu não qui ocê podi vim aora qui quisé. As veis eu tô nas roça, tô cuidanu dus negócio. Mais tanu aqui podi vim qui a genti cunversa. Num faiz mal pra ninguém né. Siocê gosta si vai iscrevê o tali livro syeu pudé ajudá ajudo. Né? Si num atrapaio num atrapaio. Podi vim qui (tosse) podi vim, podi vim mesu...

ENTREVISTADORA- Então muito obrigada pela conversa, pelo café. Obrigada Dona F. Até logo. Obrigada seu T. desculpe ter tomado tanto seu tempo.

TB- Disculpá nada. Tem dissu não. Foi cunversa boa. Lembrança prus seu pai...

## **Entrevista B**

Dados da informante: sexo feminino, com 45 anos, enfermeira, curso médio profissionalizante, residente desde a idade de 12 anos em ambiente urbano.

ENTREVISTADORA- Você trabalha aqui faz tempo não é? Gosta daqui?

NA- “É eu gostu de trabalhá aqui. Eu pensu assim: Daqui um tempu eu vou aposentá e minha filha mais nova já vai tá crescidinha. A fase queela mais pricisava di mim, eu tava trabalhanu. Intão eu possu continuá... “Eu pensu im aposentá cum saúde e que aí eu não vou precisá trabalhá dois períudu. Eu vou tê mais tempu. Eu não pensu em pará de trabalhá na infermagi e nu hospital tão cedu. Mais, trabalhá di forma mais tranqüila. Tê mais tempu pra família... “

ENTREVISTADORA- Quando não está trabalhando. Nas suas folgas, o que gosta de fazer, pra distrair?

NA- “Eu gostu muito de i pra roça. Minha casa é calma, não tem barulhu. O lugar lá é tão tranqüilu. Ficu muito sozinha, mas eu gostu. As minina já tão moça num querem sabê de roça mais. Quandu era criança eu levava. Elas gostava. Hoji não. Coisa de moça, querem passiá, namorá, a caçula vai atrais. A genti qui é mãe intendi né. Também já fui moça ”

ENTREVISTADORA- Você sempre trabalhou nesse setor?

NA- “Naun, naun. Já fiz di tudu aqui. Agora, purexemplu, eu tô disviada di função, pur causa do meu problema di coluna. Mi puserum cumu iscriturária, mais na verdadi eu naun façu nada di papelada. Só maisu

grossu. Quandu teim muita correria eu ficu cumu suporti, peganu umas coisa ali, um material qui tá faltanu...”

Uma funcionária interrompe a conversa ao sair de um banheiro, reclamando. Então ela explica

NA- “Aqui só teim um banheiro pra todú mundu du PS, tantu homem comu mulhé. Tudú suju. Eu sempri ivitei de i. Primeiru porque tá sempri ocupado né, e também acaba ficanu suju. Sei lá, eu naun gostu. Já tive infecção urinária várias vezes. O médico falou qui um dus motivu podia ser **porque eu ficava seguranu muito tempu, o banheiro**. Naun ia Também agora num adianta, meu organismu já acostumô. Só sintu vontadi diuriná quandu chegu incasa. Possu ficá aqui até oitu horas seguidas, sem ir lá.”

ENTREVISTADORA- Como é o seu trabalho aqui.

A N- “A genti fica assim numa situação di organização. Nossu trabalhu, tinha di ser assistência e supervisão, das mais nova, das minina, mais muitas vezes, pela necessidadi du setor, a genti fica mais nessa parti burocrática. Purexemplu: às vezes eu tentu prestáassistência, mais aqui no PS é um enfermeiru pra quantus pacientes? Tem dia qui a genti teim cinqüenta, quarenta pacientes seim sussegu. Intão é muinto pacienti sozinhu pra enfermagi. u infermeru qui consegu fazê uma assistência melhor é o do CTI, UIH, Neuro-ortopedia, qui são setores qui eu já passei e cunsigui ficar mais próximo du pacienti. Maisaqui no PS num dá. É pricisu cuidá mais das emergência qui dessas coisa di papelada né? As vezes chega genti di todú ladu te pidinu as coisa. Elis acha qui eu tenhu. \_Não, você vai ter qui ligá lá toda hora pra sabê si teim leitu vagu. Chega o pessoal da cirúrgica e mi pedi. Elis são o quê? Dois ou três médicos. \_Mi dá um leitu. Chega us da pediatria: \_ **Mi dá uma maca dona A N disocupada**. Intão toda hora eu vô ligá lá? Eu naun tenhu tempu pra issu. Não tenhu ramal disponível pra issu.

ENTREVISTADORA- Pelo visto vocês aqui trabalham muito. Não dá tempo pra nada. Nem prum bate papo, porque quando você está no intervalo do café o colega está no seu lugar. Não é assim? A rotina é pesada não é?

A N- “...Iiii si é. Antis eu sigurava muintu a fomi, a vontadi de uriná. Eu naun cumia. **Passava a tardi intera neim cumia urinava bebia só.** Aí adquiri uma hipoglicemia, purque a tendência da genti é olhá pru trabalho y isquecê a genti mesmu. Eu agora, todú setor queu chegu eu falu qui tenhu qui lanchá duas vezis pur períodu y façú issu mesmu. Olha! Queu tive qui trabalhá muintu issu cumigu pra miducá, mi respeitá”.

ENTREVISTADORA- Parece que o serviço é muito pra pouco funcionário. As vezes alguém também adocece não é? Tem motivos particulares. Como é que faz, tem substituto?

A N- “Um colega quandu si afasta, a genti num critica. Desdi qui eli si afastô é purque teim algum problema, mais a genti fica sobrecarregada, brava, brava né. Cum tempu, sei lá... A raiva é di não tê uma pessoa qui substitui a genti **de não podê cumê essa pessoa atrapalha** tira os direitu da genti, seim querê, claru. Num é di propositu podi acontecê cum qualqué um di nois, né? Mais teim genti qui incosta. Issu teim mesu. Aqui a genti passa raiva, purque sempri teim a colega qui faiz corpu moli, aí sobra mais trabalhu. A genti sobrecarrega e acaba fazenu tudu. Eu num falu nada. Fico queta. Aí, ficu levanu problema pra casa. Intão lá eu ficu brava. Brigu cum meu maridu, batu nus meus gatu. Ê o queu façú. Purisso qui eu falu, di lá eu num tragu problema, mais daqui eu levu pra lá. Eu tenhu uma colega di serviçu, no mesmu setor, mexi cum os mesmu aparelhu tudu. Ela falta dimais. Ela é da noite. Intão, quer dizer, ela tá mi sobrecarreganu e eu vô sobrecarregá a funcionária que é da tardi. Ela tá prejudicanu a genti. Mais eu vou falá cum ela? Naun. Purquê às vezes o próprio colega num aceita, num admite e veim contra a genti. Quandu eu passei pra manhã, todú mundu falô assim: Nossa! ocê vai passá pra di

manhã? **Di manhã o pessoal é terrível menina horrível.** Mi colocarum assim, cumu fim du mundu o turnu da manhã. Purquê ninguêim ajuda ninguêim. Todu mundo é assim, uma briga cum um, uma briga cum otro. Intão eu fiquei super preocupada, tensa mesmu. Ainda mais eu na fisioterapia, porque a genti precisa muito delis (da infermagi). Purexemplu: Eu tenhu qui virá um pacienti, eu precisu delas, seu tenhu qui apoiá um pacienti qui tá cum aparelhu, eu num possu fazê issu sozinha. Intão pra ajudá não teim otra pessoa a não sê a infermagi. Cum tempu issu foi modificanu, as pessoa adaptarum-si e eu taméim”.